UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

EDUARDO BORGES LEAL DA SILVA

O rompimento do conceito de bom governo em *O Príncipe* de Maquiavel e a ética que privilegia a consequência dos atos praticados.

São Paulo
2012

EDUARDO BORGES LEAL DA SILVA

O rompimento do conceito de bom governo em *O Príncipe* de Maquiavel e a ética que privilegia a consequência dos atos praticados.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em Filosofia sob a orientação do professor doutor Renato Janine Ribeiro.

São Paulo
2012

õTodos veem aquilo que pareces, mas poucos sentem o que és; e estes poucos não ousam opor-se à opinião da maioria, que tem, para defendê-la, a majestade do estado. Como não há tribunal onde reclamar das ações de todos os homens, e principalmente dos príncipes, o que conta por fim são os resultados. Cuide o príncipe de vencer e manter o poder: os meios serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo está sempre voltado para as aparências e para o resultado das coisas, e não há no mundo senão o vulgo; a minoria não tem vez quando a maioria tem onde se apoiarõ.

(MAQUIAVEL, *O príncipe*, Cap. XVIII, págs. 85-86).

Para meus pais, Ademar Leal da Silva e Vera Lúcia Borges da Silva, pelo incentivo, inspiração e amor incondicional.

Para Carolina Costa Micheletti que sempre esteve do meu lado em todos os momentos.

In memoriam de Carlos Augusto de Almeida Júnior, amigo de colégio e de ambas as faculdades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao prof. dr. Renato Janine Ribeiro que aceitou orientar essa dissertação. Foi uma honra e um orgulho trabalhar com o professor que sempre admirei. Obrigado pela paciência, pela confiança e pelas críticas que contribuíram para o trabalho.

Aos membros da banca de qualificação, prof. dr. Sérgio Cardoso e prof. dr. Milton Meira do Nascimento, pelas críticas e sugestões.

À Maria Helena do Departamento de Filosofia pela atenção desde o começo do mestrado.

Ao meu pai Ademar Leal da Silva pelo apoio, inspiração e ajuda nos momentos mais difíceis.

À minha mãe Vera Lúcia Borges da Silva e aos meus irmãos pelo carinho e amor.

À minha esposa Carolina Costa Micheletti, pelo companheirismo, amor, carinho, paciência e compreensão ao longo dessa jornada.

Aos colegas de pós-graduação, Patrícia Nakayama, Maria Luiza Tonelli, Alexey Dodsworth, Eduardo Lionel, Moisés e Márcia Hoffman pelos encontros e pela troca de ideias.

Ao dr. Paulo Eduardo Fucci, pelos debates, correções, incentivos e ajuda para que esta dissertação pudesse ser concretizada.

À Maria Joaquina, pela ajuda e apoio também em todos os momentos.

A todos os colegas de escritório pela descontração, incentivo e apoio para terminar o mestrado.

RESUMO

Silva, Eduardo Borges Leal da. O rompimento do conceito de bom governo em *O Príncipe* de Maquiavel e a ética que privilegia a consequência dos atos praticados. 2012. 142 f. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

A hipótese levantada no presente trabalho é a de que Maquiavel propõe uma ação política criativa em *O príncipe* que não se insere no contexto da ética cristã, considerada própria da política em seu tempo. Na realidade, essa ação política está dentro de uma ética que se preocupa com os efeitos e as consequências do ato praticado.

Maquiavel percebe a situação de insegurança do príncipe, na qual ele não tem regras fixas para agir e não está limitado pela ética convencional. Por não ter um modelo a seguir, a ação do príncipe será criativa. Isso não quer dizer, porém, que tudo é permitido, como na frase de Dostoievski (õse Deus não existe, tudo é permitidoö), nem que os fins justifiquem os meios, como na frase erroneamente atribuída ao nosso autor; ao agir, o príncipe tem responsabilidade pelo resultado de seus atos, por suas consequências. Maquiavel assusta quando mostra que nem sempre se segue a moral convencional para produzir um bom resultado.

De certa forma, é uma ética que também pode valer hoje para os cidadãos comuns.

Palavras-chave: Maquiavel, ação criativa, política, ética, responsabilidade.

ABSTRACT

SILVA, Eduardo Borges Leal da, The disruption of the concept of good governance in Machiavelli's *The Prince* and the ethics that emphasizes the consequence of the committed acts). 2012. 137 f. Dissertation (Master's Degree). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

The hypothesis in this paper is that Machiavelli proposes a creative political action in *The Prince* that is not within the context of Christian ethics, considered trait of politics in his own time. Actually, this political action is within an ethics that concerns with the effects and consequences of the act.

Machiavelli realizes the insecurity of the prince, in which he has no fixed rules to act and is not limited by conventional ethics. Not having a role model, the action of the prince will be creative. This does not mean, however, that everything is permitted, as in the phrase of Dostoevsky "If God does not exist, everything is permitted"), or that the ends justify the means, as in the phrase erroneously attributed to our author; acting, the prince has responsibility for the outcome of his actions by their consequences. Machiavelli scares when he shows that the conventional moral does not always makes a good result.

In a way, it is an ethic that can also avail today for ordinary citizens.

Key words: Machiavelli, creative action, politics, ethics, responsibility.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
PARTE I: A AÇÃO POLÍTICA CRIATIVA DE MAQUIAVEL	
1-Objetivo da obra <i>õO Príncipeõ de Maquiavel</i>	15
2-A tradição dos espelhos de príncipes.....	17
3-O rompimento com o conceito de bom governo: o príncipe deve saber como agir diante das circunstâncias.....	26
4- Os súditos devem reconhecer o bom efeito da ação.....	36
5- A política como aparência.....	47
6-Conclusão da primeira parte.....	57
PARTE II: ÉTICA NA POLÍTICA	
1-Maquiavel não propõe uma política antiética.....	60
2-Maquiavel não concebe uma política amoral.....	77
3-Maquiavel e a oposição entre a ética cristã e ética pagã.....	87
4-Conclusão da segunda parte.....	96
PARTE III: A ÉTICA DE <i>O PRÍNCIPE</i>	
1-A ética da responsabilidade em <i>O Príncipe</i>	99
2-Qual seria a boa consequência?.....	105
3-A boa consequência é a criação do consenso.....	116
4-A ética da responsabilidade também para o homem privado.....	126
CONCLUSÃO.....	134
BIBLIOGRAFIA.....	137

INTRODUÇÃO

A questão central de *O Príncipe*¹ de Maquiavel é saber como ele (o príncipe) consegue adquirir a obediência de seus súditos e, ao mesmo tempo, manter sua condição de governante.

O presente trabalho mostrará que ao responder a essa questão, Maquiavel sugere uma ação política totalmente criativa, que rompe com a tradição e que está inserida dentro do contexto de uma ética da responsabilidade. Para atingir esse objetivo, a dissertação está dividida em três partes.

A primeira parte irá apresentar o rompimento que Maquiavel faz com a tradição ao responder à questão central de sua obra. Todos os pensadores que antecederam o florentino e escreviam os chamados *õespelhos do príncipe*², defendiam que ação política estaria obrigatoriamente pautada pela ética cristã. Havia uma forte convicção medieval de que o príncipe deveria, ao agir, seguir a moral e os princípios cristãos em toda e qualquer circunstância. O governante iria espelhar sua conduta na moral cristã e esta era a chave para o bem governar. Portanto, já havia um consenso de que para ter a obediência dos súditos e o conseguir o êxito em manter a condição de governante, bastaria agir de acordo com a ética cristã.

A ética cristã pregava que o príncipe deveria conduzir-se visando à morada celeste e a salvação da alma. O quadro moral dizia que tanto o príncipe quanto o súdito deveriam obedecer à religião em todas as situações. O príncipe, portanto, não tinha liberdade para agir. Sua conduta já estava predeterminada e limitada por valores cristãos; ele já tinha um conjunto de regras definidas para observar. Ao decidir, o príncipe não teria qualquer dilema ou qualquer escolha, pois bastava seguir as determinações da moral cristã. O pensamento político medieval propunha apenas uma única solução para todas as decisões.

¹ A tradução utilizada é da Maria Júlia Goldwasser, com revisão de Zélia de Almeida Cardoso, na edição do *Príncipe* da Editora Martins Fontes, São Paulo, 2008.

² Quentin Skinner em *õAs Fundações do Pensamento Político Moderno* (Companhia das Letras:1996) explica que os *õespelhos do príncipe* eram livros que traziam a ideia de oferecer conselhos práticos aos dirigentes políticos, explicando-lhes como conduzir a coisa pública. A ideia era de se estender um *õespelho* aos príncipes, oferecendo-lhes dessa forma uma imagem real e pedindo-lhes que nela procurassem divisar seu o seu reflexo.

Dessa forma, pode-se afirmar que o príncipe estava em uma condição segura, pois já tinha um modelo de conduta a ser seguido e isso lhe garantia o bom governo.

Maquiavel será o primeiro a escrever que nem sempre aqueles que pautaram suas ações apenas pelos valores cristãos foram bem-sucedidos. Será o primeiro a retirar do príncipe a segurança em ter regras de condutas já definidas. A moral cristã não dará mais conta de auxiliar o governante em todos os momentos. Maquiavel entende que o príncipe não está submetido a nenhuma autoridade, a nenhum poder. Para agir, ele não tem a proteção de qualquer rede. O príncipe não tem garantias de que acordos e tratados serão cumpridos pela outra parte ou de que a palavra dada pelo outro será respeitada. O florentino reconhece que o príncipe está em uma situação de alto risco. Sua condição de governante e seu Estado estão constantemente ameaçados. Mas, diante desse quadro, como o príncipe deverá agir?

Essa situação de insegurança é o que determina a autonomia do príncipe. Não há regras predefinidas ou modelos a seguir. É por isso, e somente por isso, que o príncipe deve usar o máximo sua criatividade para que ela ocupe o vazio de regras no qual ele se encontra. O fato de não existirem regras fixas faz com que governar seja tomar a iniciativa política; por essa razão, é um trabalho extremamente criativo e sem parâmetros anteriores.

A primeira parte também irá apresentar essa ação política criativa exposta em *O Príncipe* de Maquiavel. Será mostrado que o bom príncipe não será mais aquele que segue os valores cristãos em todas as situações, mas aquele que, diante das circunstâncias, saberá quando ser prudente³. Será verificado que a prudência para Maquiavel é perceber quando ser cauteloso e quando ser audacioso ao agir; às vezes, o príncipe poderá seguir os valores e princípios nos quais acredita e as vezes não poderá fazê-los. Saber o momento mais apropriado de agir é o que ele chamará de *virtù*⁴.

Ainda na primeira parte, será destacado o papel fundamental do súdito para o príncipe. Não existe governante sem os governados; os súditos devem aceitar se submeter ao comando do príncipe. Se os súditos conferem obediência ao príncipe, sua condição de governante estará mantida. E o príncipe não irá conseguir esse objetivo apenas pela coação ou pelo uso da força; nada seria acrescentado para a compreensão da política se somente a força fosse utilizada. A grande percepção de Maquiavel foi verificar que os súditos irão julgar a

³ Maquiavel, Capítulo XVIII, pág. 83.

⁴ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense:1988. Pág. 65

conduta do príncipe. Assim, não basta o governante saber como agir diante das circunstâncias, mas ele deve mostrar ao súdito que aquela era a melhor alternativa para aquele momento.

Se os súditos concordarem que aquela decisão, ainda que tenha contrariado os valores e os princípios cristãos, a condição do príncipe estará mantida. Portanto, bom governante não será mais aquele que pauta suas ações de acordo com a moral cristã. O que importa para o príncipe é que os súditos tenham o consenso de que aquela era a melhor decisão para aquela situação. Esse é o bom resultado para a política, pois mantém os governados satisfeitos em se submeter ao poder do príncipe e vai ao encontro com o interesse do governante, que é manter-se no comando⁵.

Se a ação política do príncipe não está sob o prisma da ética cristã, a segunda parte do trabalho irá debater com os comentadores da obra de Maquiavel se é possível afirmar que ela (a ação política) está inserida em alguma ética ou até mesmo discutir se existe ética na política.

A segunda parte começa apresentando as primeiras reações à leitura de *O Príncipe*. Em um primeiro momento, a obra foi recepcionada pela Europa cristã, onde o bom governante era o governante ético por excelência⁶, ou seja, que pautava suas ações de acordo com as regras definidas pela moral cristã. A tese de Maquiavel que o assim chamado *ômalô* pode ser visto como normal na política chocou gerações de bem pensantes. Ela acaba com a justificação religiosa para o poder político. Desnuda a relação de poder entre os homens. Era impensável referi-lo como pensador ético. Ele foi considerado como um pensador da política na medida em que ela fosse uma recusa da ética. O pensador florentino foi considerado o criador da expressão de uma política voltada exclusivamente para seus fins, sem considerações de qualquer natureza para sua consecução.

Para os primeiros leitores de *O Príncipe*, a ação política proposta por Maquiavel não era pautada por nenhum valor e não era possível vislumbrar nenhuma ética nela. Tudo seria válido para manter a condição de governante. Esta interpretação construiu a má fama de Maquiavel e permitiu que o termo *ômaquiavelismo* ganhasse os contornos que tem hoje, tanto na vida pública quanto na vida privada. Após um longo debate, serão refutadas essas considerações. Entre os vários pontos que serão levantados, o principal deles é que esses comentadores não levam em consideração que o os súditos julgam as ações dos príncipes.

⁵ FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006. Professor: Cláudio Vouga. Pág. 228

Nenhum governante conseguirá manter-se no poder se sempre praticar condutas consideradas más. Por essa razão, Maquiavel defende que a conduta considerada má é circunstancial; por isso, é preciso saber quando praticá-las. E quando praticá-las, é preciso estabelecer o consenso nos súditos de que a conduta era apropriada para aquele momento. Assim, sua condição de governante estará mantida. Se os efeitos da ação foram considerados bons para os súditos, será bom para o governante.

Continuando na segunda parte, serão apresentados comentadores que entendem que Maquiavel não fez qualquer juízo de valor sobre a conduta do príncipe; ele apenas teria descrito as ações políticas sem se importar se elas eram boas ou ruins, e se elas estavam inseridas em alguma ética. Neste pensamento, o florentino é visto como técnico da ação, alguém que concebe a política como uma atividade situada fora do domínio da moral, acima do bem e do mal. O livro *O Príncipe* não seria um tratado moral ou imoral, e sim uma obra técnica em que não se encontram regras de condutas éticas, sejam elas do bem ou do mal. O próprio prefácio de Fernando Henrique Cardoso à recente edição brasileira do *Príncipe* navega nessas águas.

Também são apresentados diversos argumentos aptos a afastar esta interpretação da obra do florentino. Talvez o principal deles seja o de que não se podem afastar as considerações éticas de *O Príncipe*. A ética é parte da filosofia que lida com as ações humanas, discutindo quais são as melhores ou piores. Ela trabalha com a prática, com o modo como as pessoas vão agir. Como se age? Diante de cada situação, qual a ação mais adequada? E Maquiavel traz estas questões para sua obra. Ele quer saber se o governante deve agir sempre em conformidade com princípios cristãos aceitos em seu tempo e esperar atingir seus objetivos, ou se ele deve aprender a seguir outros caminhos quando confrontado com situações difíceis⁷. Ele não vai apenas descrever as ações políticas como são; ele trabalha com o dilema ético, ou seja, ele mostra a situação de desconforto do príncipe ao decidir por vezes contrários aos valores convencionais, sem a garantia que os súditos irão reconhecer que isto era a melhor alternativa. Sua obra suscita questões éticas importantíssimas, que não podem ser ignoradas. Seu discurso não é técnico ou edificante.

Ainda na segunda parte, será mostrado que o século 20 conhece uma releitura de Maquiavel. Alguns comentadores, entre eles Isaiah Berlin, colocam o florentino como um pensador ético na medida em que ele propõe ao príncipe que pautar suas ações pela

⁶ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Pág. 30.

moral pagã enquanto os súditos devem seguir a moral cristã. Seria um conflito rico entre duas éticas, que permite que Maquiavel seja mais que um autor didático. Ele deixa de ser o autor da antiética ou o pensador que separou a moral da política. O florentino teria sugerido que a conduta do príncipe deveria ser pautada por valores e ideias pagãs. Os valores pagãos seriam mais adequados à prática política, pois resgatavam o amor pela vida em sociedade e pela cidade. Já os valores cristãos seriam próprios para a vida privada, uma vez que eles estão voltados para a salvação da alma. O grande dilema ético estaria em escolher entre a vida pública (valores pagãos) e a vida privada (valores cristãos).

Assim como em todos os pontos da segunda parte, vários argumentos são utilizados para rebater essa interpretação. O principal deles é que o dilema ético de Maquiavel não está entre escolher a vida pública ou a vida privada, mas está no próprio agir político: quando o príncipe deve contrariar valores que ele acredita? Será que produzirá um bom resultado?

Na terceira e última parte do trabalho, será defendido que a ação política que Maquiavel propõe está inserida na ética da responsabilidade. A ideia de que a ética da responsabilidade é própria da política foi trazida por Max Weber em 1919 na obra *Ciência e Política: Duas vocações*. Weber mostra que uma ética de princípios não é própria da política. O governante não pode agir em todas as situações de acordo com seus princípios sem pensar nas consequências de seus atos. Ele pode até contrariar valores e princípios, mas tomará essa decisão sempre tendo em vista produzir uma boa consequência, um bom resultado. O governante é responsável por seus atos, por esta razão ele deverá pensar sempre nas consequências que poderá produzir.

Essas ideias do pensador alemão serão apreciadas sob a luz de *O Príncipe* de Maquiavel. Serão expostos os pontos de concordância e de discórdia entre os dois pensadores. E a conclusão será de que a ética que Maquiavel trabalha é a ética da responsabilidade. O príncipe não pode em toda e qualquer circunstância agir sempre de acordo com os valores cristãos (ética de princípios); deve, às vezes, contrariar valores nos quais acredita ou valores vigentes para ter uma boa consequência, pois ele será responsável por sua ação (ética da responsabilidade).

Ainda na terceira parte, será mostrado que muitos comentadores entenderam que a boa consequência que o príncipe deveria pensar em produzir era o bem comum dos

⁷ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Pág. 31.

súditos. Outros defenderam que a boa consequência seria criar um Estado e instituições seguras aos governados capazes de perpetuar o poder do príncipe. Entretanto, é Merleau-Ponty que traz a melhor ideia do que venha a ser a boa consequência buscada pelo príncipe. Depois de uma minuciosa análise da obra desse comentador, será defendido que o importante é criar um consenso, uma adesão ou consentimento do súdito em torno das decisões tomadas pelo príncipe. O príncipe deve saber que em determinadas situações não agirá de acordo com os valores cristãos, mas que é importante que os súditos julguem que aquela decisão era a mais apropriada para o momento. É isso que garantirá a obediência dos súditos e manterá a condição de governante do príncipe.

Ao final da terceira parte, será discutido se a ética da responsabilidade pode não ser apenas da política, mas se aplicar a todos os cidadãos ao agir.

PARTE I

A AÇÃO POLÍTICA CRIATIVA DE MAQUIAVEL

1- Objetivo da obra *O Príncipe* de Maquiavel.

Em *O Príncipe*, Maquiavel coloca a questão central de como adquirir a obediência e a manutenção da própria condição de governante pelo príncipe novo que conseguiu o poder pelas armas alheias e graças à fortuna de outro. O florentino entende que conseguir o Estado dessa maneira não é uma tarefa complicada, o difícil é mantê-lo⁸. Para Maquiavel, os príncipes novos que conquistaram o principado com armas alheias *estão na dependência exclusiva da vontade e boa fortuna de quem lhes concedeu o Estado, isto é, de duas coisas extremamente volúveis e instáveis*⁹. Assim, as armas alheias não são confiáveis para manter o Estado¹⁰. E muitos príncipes, nessa condição, se arruinaram¹¹. Maquiavel destaca como agir nessa situação de insegurança¹². O objetivo da obra, portanto, é capacitar quem adquiriu o poder dessa maneira para aparentar uma permanência já longa no exercício dele, de modo a tornar mais seguro e firme em seu Estado do que se o tivesse governando por longos anos¹³.

⁸ Maquiavel. Cap. VII. Pág. 27: *“Aqueles que, somente pela fortuna, de cidadãos particulares se tornam príncipes fazem-no com pouco esforço, mas com muito esforço se mantêm. E não encontram dificuldades no caminho porque passam voando por ele; mas todas as dificuldades surgem quando chegam ao destino. Isto se verifica quando um Estado é concedido a alguém ou por dinheiro ou pelas graças de quem o concede...”*

⁹ Maquiavel. Capítulo VII. Pág. 27.

¹⁰ Maquiavel. Cap. XII. Pág. 57: *“Digo, portanto, que os exércitos com que um príncipe defende seu Estado ou são próprios ou são mercenários ou auxiliares ou mistos. Os mercenários e os auxiliares são inúteis e perigosos. Quem tem o seu poder alicerçado em exércitos mercenários jamais estará seguro e tranqüilo, porque eles são desunidos, ambiciosos, indisciplinados, infiéis, valentes entre amigos e covardes entre os inimigos, sem temor a Deus nem probidade para com os homens. Adia-se a derrota pelo tempo que for adiado o ataque, sendo-se espoliado por eles na paz e pelos inimigos na guerra. A razão disso é que ele não tem outra paixão nem motivo que os mantenha em campo senão um pequeno soldo, que, todavia, não é suficiente para fazê-los morrer por ti. Querem muito ser teus soldados enquanto não há guerra; mas durante a guerra querem fugir ou ir embora”*.

¹¹ Maquiavel. Cap. VII. Pág. 28.

¹² RIBEIRO, Renato Janine. *A Ética na política*. Pág. 146: *“E com isso, Maquiavel é um dos raros pensadores na política a pensar, não só no exercício, mas a tomada do poder e não a continuidade, mas a novidade”*.

¹³ Maquiavel. Cap. XXIV. Pág. 117: *“As recomendações anteriores, se observadas prudentemente, farão um príncipe novo parecer antigo e logo o tornarão mais seguro e tranqüilo seu Estado do que nele já fosse antigo”*. Ver também SKINNER. Quentin. *Maquiavel*. Pág. 51. *“Em consequência, a próxima questão que Maquiavel coloca é a seguinte: quais são as máximas e os preceitos a serem*

Por esse motivo, ele exclui a análise do principado antigo, hereditário. Nesses principados, para mantê-los, basta não abandonar a praxe dos antecessores e contemporizar-se com as situações particulares ¹⁴. A legitimidade e a obediência são maiores nas dinastias antigas. Ademais, no período medieval a tradição validava a obediência¹⁵. Maquiavel também afasta da sua apreciação os principados eclesiásticos. O florentino entende que, sendo eles regidos por poderes superiores, estabelecidos e mantidos por Deus, seria presunçoso e temerário tratar deles¹⁶.

E o príncipe novo que conquista o território com armas próprias tem um período de governo garantido até a conquista de obediência. A grande preocupação desses novos príncipes que adquiriram o principado com suas armas e suas qualidades é o estabelecimento de novas leis ¹⁷. O florentino destaca que o novo príncipe terá por inimigos todos aqueles a quem as leis antigas beneficiavam e terá tímidos defensores nos que foram beneficiados pelo novo estado de coisas.¹⁸ Por essa razão, para firmar a persuasão nos súditos, esses príncipes novos podem recorrer a sua própria força. Vencidas as dificuldades, eliminando os inimigos, esses príncipes atingem a sua segurança.¹⁹.

O que chamou a atenção de Maquiavel é que o príncipe novo que adquiriu seu poder pelas armas e fortuna de outros está em uma situação de insegurança. Maquiavel percebeu que o príncipe nessas situações vive em uma condição precária. O príncipe está em um lugar sem regras, onde não se pode prever o que os outros príncipes irão fazer; a ação do outro príncipe não pode ser antecipada. Ele também não pode confiar nas armas que não são

oferecidos a um governante novo, que sejam de natureza tal que, uma vez postos em prática com prudência, possa fazê-lo parecer um governante antigo? É, sobretudo, à resposta a essa questão que se dedica o resto de O Príncipe.

¹⁴ Maquiavel. Cap. II. Pág. 5: *õDigo, pois, que, nos Estados hereditários e acostumados à linhagem de seus príncipes, são bem menores as dificuldades para conservá-los do que nos novos, pois basta não descuidar da ordem instituída pelos antepassados e, depois, saber contemporizar os acidentes; de modo que, se um príncipe é de capacidade mediana, ele se manterá em sua posição, desde que dela não seja privado por alguma força excessiva e extraordinária. E se o for, ele a reconquistará qualquer que for seu usurpador.*

¹⁵ Maquiavel: Cap. II. Pág. 6 .

¹⁶ Maquiavel: Cap. XI. Pág. 53: *õMas, sendo eles regidos por razões superiores, que a mente humana não pode alcançar, não falarei sobre eles, pois, sendo erguidos e mantidos por Deus, seria homem presunçoso e temerário se discorresse a seu respeito.*

¹⁷ Maquiavel. Capítulo VI. Pág. 25.

¹⁸ Maquiavel. Capítulo VI. Pág. 25.

¹⁹ Maquiavel. Capítulo VI. Págs. 25-26: *õ(...) a natureza dos povos é variável; se é fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firmá-los naquela convicção. Por isso, convém estar organizado de modo que, quando não acreditarem mais, seja possível fazê-los crer à força (...). Depois de vencerem esses perigos e passarem a ser venerados, tendo aniquilados os que tinham inveja de suas qualidades, tornam-se poderosos, seguros, honrados e felizes.*

suas. Por sua vez, o súdito, diferentemente do príncipe, se ampara na lei: o respeito a ela garante ausência de punição e uma vida tranquila. Já o príncipe está acima da lei e não tem para quem recorrer²⁰. Como agir nessa situação?

2- A tradição dos espelhos de príncipes.

Uma forte convicção medieval era de que o governante deveria pautar suas ações pela moralidade cristã. Essa era a chave do bom governar.²¹ Ao príncipe, bastaria praticar suas ações de maneira congruente com a moralidade cristã para que tivesse êxito e alcançasse o que realmente interessava: a salvação da alma. Para Quentin Skinner²² os postulados que perduraram por toda Idade Média muito provavelmente vieram da obra *Cidade de Deus* de Santo Agostinho. Para Santo Agostinho, a presença do homem no mundo era sem importância quando comparada com a plena existência humana na *Cidade de Deus*. As verdadeiras ações dignas de elogio eram praticadas sob inspiração divina, pela graça, e não tinham qualquer ligação com as qualidades individuais dos homens²³.

Para ele, era graças à divina providência que os reinos humanos são instaurados, em um processo que jamais poderia ser de forma fortuita ou improvisada. Santo Agostinho²⁴ entendia que os súditos virtuosos obedecem aos governantes sábios, cujos espíritos estão sujeitos à lei divina. Essa seria a harmonia que haveria prevalecido caso os homens tivessem preservado o estado de justiça original. Nesse estado, os homens se beneficiam de todas as vantagens da sociedade sem nenhum de seus inconvenientes. Não verificada essa hierarquia na sociedade (razão governada por Deus), os homens são submetidos, contra sua vontade, por outros homens e passam a competir pela posse dos bens terrenos materiais, em vez de comparti-los em perfeita amizade e liberdade.

Para Santo Agostinho, supõe-se que Deus sabe todas as coisas antes que elas existam, e os homens sempre atuaram de acordo com este conhecimento divino. Ele está por cima do tempo e fora dele, Deus sabe tudo desde a eternidade, por meio de um conhecimento

²⁰ RIBEIRO, Renato Janine. *Ob.Cit.* Pág. 146. *“Talvez a razão disso seja simples: o príncipe, para Maquiavel, ocupava o lugar de quem, por mandar, por não ter autoridade nenhuma sobre si, não tem garantia do resultado de suas ações. Nós, cidadãos, estamos sob uma lei, que nos diz em que resultarão nossos atos. O príncipe não tem essa certeza. Anda em chão ensaboado”*.

²¹ Idem. Pág. 147.

²² SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Pág.117.

²³ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. Pág.115.

que não se mede pelas coisas e sim em si mesmo; Ele é a medida de todas as coisas e de sua perfeição. Os ensinamentos de Santo Agostinho realmente influenciaram a ética na Idade Média. Bertolo Valle²⁵ mostra que a ética medieval mantinha a convicção de que a boa ação, inclusive a conduta política, deveria ser espelhada na Verdade Revelada (Verdade de Deus transmitida aos homens), e a plena felicidade só seria alcançada em uma vida futura. A lei moral estaria profundamente ligada à vontade de Deus. Dessa forma, a única fonte de moralidade seria Deus e só restava ao governante e aos governados o dever de obedecer aos seus mandamentos. O homem somente seria livre para decidir quando em conformidade com a vontade divina; se a vontade tende para Deus a ação seria boa. Agora se homem busca viver longe da Vontade de Deus, optará pelo caminho do mal e será vencido pelo pecado.

Também há uma herança cristã deixada por São Tomás de Aquino. Para ele, não há nada mais frágil entre as coisas humanas que a ambição pela glória e honra em favor dos homens. O príncipe que busca como prêmio os prazeres e as riquezas virá a ser um ladrão insolente, ficando presunçoso e dissimulador²⁶. Para São Tomás de Aquino²⁷, o Estado seria fundado no poder divino e ordenado a um fim superior, qual era o gozo da beatitude eterna. Deus constituía, para o homem medieval, o fim supremo da vida social, nacional e da ordem natural. Segundo os próprios termos de São Tomás, governar é conduzir ao seu fim o que é governado; e, como esse é de ordem sobrenatural, a cidade terrestre deve preparar a cidade divina, encaminhando os homens a uma felicidade que esteja ela própria em harmonia com a felicidade eterna, impedindo, quando for possível, o que lhe possa ser contrário. As qualidades do governante para São Tomás de Aquino eram religiosas. O conceito forte da política medieval é um governo voltado eticamente para a busca do bem definido pela Igreja. Um bom governante é fiel a moral religiosa. Assim, a política medieval não tem distância da ética cristã.

Não se podia conceber uma moral sem um Deus julgador. Arnaldo Cortina²⁸ destaca que durante o período da Idade Média, o homem vê em Deus a razão da sua existência; sua vida na Terra está atada ao pecado que faz parte do seu próprio nascimento.

²⁴ STRAUSS, Leo. *História de la filosofía política*. Págs. 182-183.

²⁵ VALLE, Bortolo, *A ética na Idade Média*. In: *Abordagens e perspectivas*. Org. Cesar Candiottto. Pág. 53.

²⁶ AMES, José Luiz. *Maquiavel: A lógica da política*. Pág.141.

²⁷ STRAUSS, Leo. Ob. Cit. Pág. 248.

²⁸ CORTINA, Arnaldo. *O Príncipe de Maquiavel e seus leitores. Uma investigação sobre o processo de leitura*. Págs. 127-128.

Para justificar o poder de uns sobre outros, recorre-se às prescrições divinas. O papa e o rei existem em razão dos desígnios de um Deus Supremo que tudo vê e tudo determina.

Portanto, o medieval agrega a política, a moral e a religião. Um bom governante governava de acordo com os princípios religiosos, com objetivo de atingir um bem religioso. Dessa forma, o governante também pensa na salvação de seus súditos. O bom governante é aquele que introduz um ãããã entre aquilo que o súdito quer e não pode para seu bem. Se o súdito é mandado a fazer ou não fazer algo, é para seu bem. Há um poder que se legitima: é um poder feito para o bem dos governados.

Assim, não há um governante para seu povo e sim um povo para seu governante. O governante existe para o bem de seu povo. O bom governante é aquele que vai seguir a lei suprema divina para a salvação da sociedade. O poder medieval é dado sem que se passe pela aprovação dos governados. Nesse quadro, não há soberania popular. O governante, por seguir os princípios religiosos, é a fonte da justiça e é soberano. A bondade do bom governante está ligada a uma lei superior e exterior a própria sociedade. A moral religiosa é o discurso chave da política medieval. O governante era visualizado como resultado de uma rede política, moral e religiosa.

Já os Renascentistas desconhecem o Estado fundado no poder divino e ordenado a um fim superior²⁹. A política medieval tinha as raízes no céu e, como tudo nessa época de alto sentimento religioso, visava à outra vida. A atividade especulativa da política medieval era exercida em volta do problema das relações entre o poder espiritual e temporal. A ruptura com o pensamento medieval está no fato de que era necessário repensar a ação humana na sociedade. O indivíduo emancipa-se até certo ponto dos quadros tradicionais que lhe prendiam os movimentos e rompe, de certo modo, com o centro espiritual a que sujeitara toda a sua vida durante a Idade Média. Era a descoberta do homem; o movimento humanista revela o homem a si próprio, libertando as energias e afirmando o livre jogo de todas as suas forças. O ideal renascente é o homem universal, singular e único que quer viver por si, desenvolvendo a plena consciência de todas as suas faculdades, satisfazendo todas as necessidades, desfrutando plenamente todos os gozos da vida terrena.

O Renascimento, no campo político, afirma o princípio da personalidade livremente criadora nas sociedades humanas. Um cristão era incapaz de ser virtuoso sem a

²⁹ TABORDA, Vergílio. *Maquiavel e antimaquiavel*. Pág. 30.

intervenção da graça divina; já para um renascentista, o homem deveria buscar o mais alto nível de perfeição, com qualidades pessoais e virtudes públicas.

Para os humanistas renascentistas italianos, principalmente os florentinos do final do século XIV e início do século XV³⁰, havia a necessidade de se criticar a concepção religiosa medieval da ação humana. Eles não aceitavam que o ato verdadeiro ou ato bom só poderia existir por meio da iluminação do agente pela graça divina; ao contrário, o homem é soberano de seus atos e, assim, é capaz de agir de acordo com o Bem, desde que possuísse *virtù*. QUENTIN SKINNER³¹ aponta que eles se voltam para os historiadores e moralistas romanos para tratar da ação política, retomando a relação existente entre *virtù* e Fortuna.

Para os romanos, a deusa òFortunaö era caprichosa e a ela cabia o governo do mundo; ela distribuía o bem e o mal a seu bel-prazer. Representavam-na como mulher e a tratavam com admiração e apreensão. A Fortuna dispunha de todos os bens que os homens desejavam. Não a consideravam má, mas a tinham como uma deusa boa, aliada potencial cuja atenção valia a pena atrair³². Para os escritores romanos, a Fortuna podia ser influenciada e ser persuadida a derramar sobre o homem os dons de sua cornucópia. A Fortuna é o ônus de agir³³; ela aparecia para o homem de ação. Como mulher, ela se deixa atrair pelo homem verdadeiramente varonil. Assim, considera-se que a qualidade que mais a atraía era a *virtus*, atributos de um homem verdadeiramente viril.³⁴ Os romanos sempre lhe atribuíam grande poder sobre os negócios humanos. Ressalvavam, porém, que sua dominação não era inexorável, já que é possível cortejá-la e o homem de autêntica *virtus* pode até mesmo

³⁰ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. Pág. 53.

³¹ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Pág. 55.

³² Idem. Pág. 45: *òAo contrário, viam-na como uma boa deusa, òbona deaö, e uma aliada potencial cuja atenção vale a pena tentar atrair. A razão para procurar sua amizade reside, naturalmente, no fato que ela dispõe dos bens da Fortuna, que, segundo se supõe, todos os homens desejamö.*

³³ RIBEIRO, Renato Janine. *A última razão dos reis*. Pág. 28.

³⁴ SKINNER, Quentin. Ibidem. Pág. 46 : *òAssim, a principal questão levantada por estes escritores é a seguinte: como poderemos persuadir a Fortuna a olhar em nossa direção e a derramar sobre nós os outros dons de sua cornucópia? A resposta é que, embora a Fortuna seja uma deusa, ainda sim ela é mulher; e, como mulher, deixa-se atrair, sobretudo, pelo òvirö, o homem verdadeiramente varonil.Considera-se assim, que uma qualidade que ela gosta especialmente de recompensar é a coragem viril. Titio Lívio, por exemplo, cita várias vezes o adágio segundo qual òa Fortuna favorece os bravosö. Mas a qualidade que ela mais admira dentre todas é a òvirtusö, o atributo eponímico de um homem verdadeiramente viril. A ideia subjacente a esta crença é apresentada em sua forma mais clara nas òControvérsias Tusculanas de Cícero, onde ele estabelece que o critério para ser um verdadeiro homem, um òvirö. Consiste na posse da òvirtusö em seu mais alto grau. As implicações de tal argumento são amplamente exploradas na História de Tito Lívio, onde os êxitos alcançados pelos romanos são quase sempre explicados em termos do fato de que a Fortuna gosta de seguir e mesmo de servir à òvirtusö, e geralmente sorri para aqueles que demonstram possuí-laö.*

subjugá-la. E a ideia convencional romana de *virtù* era a do nome dado ao conjunto de qualidades que permitem ao homem aliar-se com a Fortuna e conseguir a honra, glória e fama³⁵.

Com o triunfo do cristianismo, a análise clássica da Fortuna foi abandonada. Santo Agostinho defendia que a vontade de Deus era que governava o mundo, e não a deusa da sorte, a Fortuna; desta maneira, ninguém pode traçar seu destino da maneira a subjugar Deus. As pessoas podiam alcançar a grandeza apenas pela vontade exclusiva de Deus, e não pelos desígnios de uma Deusa. Inclusive houve a tentativa de equacionar a Fortuna com a providência divina, lhe colocando como instrumento celestial, guia ordenada por Deus para dispor de bens desse mundo³⁶. O cristianismo concebe a Fortuna como traiçoeira, pouco confiável, que distribui seu dom independente dos méritos de quem os deseja. Dessa forma, seus bens (honra, glória, riquezas) são indignos de serem buscados, devendo os cristãos preferir os bens imperecíveis do além³⁷. Quentin Skinner³⁸ aponta que Santo Agostinho criticava o politeísmo romano. O santo afirmou em sua obra *Cidade de Deus* que o culto à deusa Fortuna implicava necessariamente uma negação ao caráter benfazejo da providência divina.

Os humanistas italianos, ao restabelecer essa relação romana entre *virtù* e Fortuna³⁹, não podem afastar os valores cristãos; pelo próprio período histórico, eles não

³⁵ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Pág. 65.

³⁶ Idem. Pág. 65.

³⁷ NEDEL, José. *Maquiavel: concepção antropológica e ética*. Pág. 38. ãAnísio Mânlio Torquato Boécio (374-524), escritor romano cristão, firma ponto de vista do cristianismo sobre a fortuna. Concebe-a como feiticeira que dispensa carícias aos que pretende enganar, até o dia em que os abandona e os joga na desolação (De consolatione philosophiae, L. II, prosa I, 3). Trata-se efetivamente, para ele, de uma òpotência cegaõ, de dupla face ó velada para uns e descoberta para outros (ibid. II, I, 11), que dá golpes cegos, abatendo até monarquias fortes e poderosas (ibid., II, I, 12). Indiferente aos méritos, oferece seus dons de forma indiscriminada. Já não é vista como amiga potencial, mas como força impiedosa, que usa òartimanhasõ (ibid. II, I, 12-15), comparável a umaõ roda inconstanteõ que não se pode deter sem deixar de ser o que é (ibid. II, I, 19). Aos homens, quando os contraria, lhe é mais proveitosa de quando os favorece. Mostrando-se propícia (a boa fortuna), engana com suas falsas aparências de felicidade; sendo adversa (a má fortuna), é sincera e instrui, pois suas alternativas lhe evidenciam a instabilidade (ibid. II, VII, 3-5)õ. Sendo a fortuna assim, os bens dela (a honra e a glória mundanas, as riquezas) são indignas de serem buscadas, devendo os cristãos preferir a eles os bens imperecíveis do além. Destarte, a fortuna passa a ser vista como òancilla Dei, agente da providência benévola de Deusõ.

³⁸ SKINNER, Quentin. Ob. Cit. Pág. 116.

³⁹ Idem. Pág. 58: òNo final do século 15, constituíra-se já uma vasta literatura humanista de um novo gênero, os livros de conselho para os príncipes, que alcançaram uma difusão sem precedentes graças a um novo meio de comunicação, a imprensa. Autores ilustres como Bartolomeu Sacchi, Giovanni Pontano e Francesco Patrizi escreveram tratados destinados a guiar a conduta de novos governantes, baseando-se todos eles em um mesmo princípio fundamental: que a posse da virtus constitui a palavra

podem se opor à Igreja. A figura da Deusa romana volta à cena porque era fundamental a busca das honras terrestres. Contudo, os humanistas irão dar um novo conceito para a *virtù*. Ao conceito clássico romano, foram incluídas virtudes principescas e cristãs. Os livros de aconselhamentos de príncipes proclamavam que a genuína *virtus* incluía as principais virtudes cristãs, bem como as virtudes ócardeais listadas pelos moralistas da Antiguidade. A fé cristã era absolutamente legítima, mas não era por si só suficiente para atingir os objetivos que o príncipe desejava⁴⁰. Entretanto, quais seriam esses objetivos a que o príncipe deve propor-se a alcançar?

Todas as obras do gênero dos espelhos dedicados aos príncipes que antecederam a obra do pensador florentino aconselhavam que o propósito básico, principalmente de um governante novo, era a manutenção de seu estado⁴¹. Diziam eles que se um governante pretende ómanter seu estado e ao mesmo tempo alcançar as metas de honra, glória e fama, deviam acima de tudo cultivar o elenco mais completo de virtudes tanto cristãs quanto morais. Os humanistas, assim, aceitavam a importância das virtudes cristãs, e tentaram conciliar a ideia de *virtù*, como capacidade de ação, com a exigência da humildade da filosofia cristã.

chave para o êxito de um príncipe. Como proclama Pontano de maneira grandiloquente em seu panfleto sobre O Príncipe, todo governo que quiser alcançar seus mais nobres fins ódeve estimular a si mesmo para seguir os ditames da virtus em todos os seus atos públicos. Virtus é a coisa mais esplêndida que existe no mundo, mais magnífica até mesmo que o Sol, pois os cegos não podem ver o Sol, mas os mesmos eles podem ver a virtus do modo mais claro possível.

⁴⁰ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Pág. 58: *Os moralistas romanos haviam legado à posteridade uma complexa análise do conceito de virtus, retratando de modo geral, o verdadeiro óvir como possuidor de três série de qualidades, distintas e no entanto associadas. Consideravam-no dotado, em primeiro lugar, das quatro virtudes ócardeais: sabedoria, justiça, coragem e temperança. (...) Mais uma vez, essa análise foi adotada integralmente por aqueles que escreviam livros de conselhos para os príncipes renascentistas. Seu principal pressuposto era o de que o conceito geral de virtus deve referir-se à lista completa das virtudes cardeais e principescas, lista que passaram a ampliar e a subdividir prestando tanta atenção aos matizes que, em um tratado como o de Patrizi sobre a Educação do Rei, a ideia arquitetônica de virtus acaba, enfim, por se desdobrar em uma série de cerca de 40 virtudes de virtudes morais distintas que, segundo se espera, o governante deve adquirir. Em segundo lugar, esses autores endossaram sem hesitar a tese segundo a qual a conduta racional que o príncipe deve seguir será sempre a conduta moral, argumentando em favor dessa ideia tal força que finalmente acabaram por converter em adágio a expressão óhonradez é a melhor política. E, finalmente, contribuíram para criar uma objeção especificamente cristã a qualquer forma de separação entre a conveniência e o reino moral. Insistiram que, mesmo se tivéssemos êxito ao cuidar de nossos interesses perpetrando injustiças nesta vida presente, ainda sim poderíamos esperar que estas vantagens aparentes seriam anuladas quando fossemos justamente castigados com a retribuição divina na próxima vida.*

⁴¹ SKINNER, Quentin. *Fundamentos do pensamento político moderno*. Pág. 150: *A essa altura, porém, já se terá evidenciado que o formato, os pressupostos e vários entre os argumentos centrais do Príncipe fazem que seja fácil identificar esse livro como pertencendo a uma tradição já consolidada no pensamento político do final dos Quatrocentos.*

Segundo Quentin Skinner⁴², para os humanistas, as primeiras qualidades (além das virtudes cristãs) que merecem ser admiradas nos príncipes podem ser diversas daquelas admiradas nos cidadãos particulares. Há muitas qualidades, especialmente aquelas que convêm a uma disposição modesta, que despertam maior louvor quando aparecem em um cidadão comum. O elemento que os doutrinários introduziram no conceito de *virtù* consiste em um conjunto de qualidades morais individuais.

Para Skinner, as virtudes cardeais a serem reconhecidas nos príncipes seriam a prudência ou a sabedoria, a temperança, a fortaleza da alma e a virtude totalizante da justiça. Também podem ser incluídas a liberalidade e a magnificência. Nada seria mais aviltante, em um príncipe, do que a falta de generosidade; além disso, é indispensável, para honra principesca a construção de nobres edifícios, igrejas e teatros esplêndidos. Outra virtude seria a clemência. Alguns autores reconheciam que não há nada mais desumano em um príncipe do que sua crueldade. Ademais, os humanistas defendiam que um rei jamais poderia mentir, iludir ou permitir que os outros mintam. Nada seria mais infame do que um governante que não cumprisse com a palavra dada. O príncipe deveria respeitar a fé prometida até mesmo aos seus inimigos. Nas numerosas memórias da época, um príncipe que desse mostras dessas qualidades era destinatário de elogio e sinais de admiração. Cultivando estas qualidades, o príncipe seria capaz de agir desse modo em todas as circunstâncias e adquirir seus objetivos.

Ainda na relação *virtù* e Fortuna, os humanistas entendiam que a capacidade humana de ação era limitada pelo poder caprichoso da Deusa, e não pela força inexorável da providência divina. A Fortuna aparece no curso dos atos humanos como o acaso, o inesperado, o que escapa ao cálculo e a previsão; ela é a indeterminação do mundo, a força de oposição, o obstáculo a ser transposto, a marginalidade incontrolável cujos golpes é importante saber escapar⁴³. Com as novas qualidades acrescidas pelos humanistas ao conceito de *virtù*, há uma ênfase na capacidade criativa do homem; criou-se a idéia de que o homem pode usar suas forças para transformar o mundo físico. Os humanistas concluem que um homem com essa autêntica *virtus* podiam se aliar à Fortuna e atingir a honra, a glória e a fama mundana.

⁴² SKINNER, Quentin. *Fundamentos do pensamento político moderno*. Pág. 146.

⁴³ NEDEL, José. Ob. Cit. Pág. 37.

Maquiavel também pertence a essa corrente humanista italiana do renascimento. Nesse sentido, sua obra não seria um novo gênero literário⁴⁴. Leo Strauss⁴⁵ assevera que a obra *O Príncipe*, diferente dos *Discursos*, pertence a uma tradição do gênero espelho dos príncipes. O florentino também resgata a relação da *virtù* e Fortuna em sua obra. Em Maquiavel, a Fortuna é que determina parte de nossas ações.⁴⁶ E, da mesma maneira que seus autores contemporâneos, ele também resgata a idéia de que os homens podem utilizar suas *virtus* de modo a triunfar sobre os poderes dela⁴⁷.

Leo Strauss⁴⁸ destaca que para Maquiavel a Fortuna mostra menos seu poder quanto mais o homem possuir *virtù*. Quentin Skinner⁴⁹ aponta que, para Maquiavel, a Fortuna pode ter um prazer perverso em ser tratada de maneira brutal. Ela, como mulher,

⁴⁴ SKINNER, Quentin. *Fundamentos do pensamento político moderno*. Pág. 149: *“Até aqui, no exame do Príncipe de Maquiavel, concentramo-nos em analisar em que medida se pode dizer que essa obra encarna os valores e preocupações que caracterizam, num plano mais amplo, o gênero literário dos espelhos dos príncipes. Pareceu-nos absolutamente necessário principiar por essa perspectiva. Ela nos permitiu, em primeiro lugar, reconhecer um equívoco que ocorre com bastante frequência no tocante à relação entre O Príncipe e a literatura política mais convencional da mesma época. Assim, muitas vezes se afirma que o livro de Maquiavel é inteiramente ôsui generis, que ônão pode ser classificado em nenhuma categoria, e até mesmo que ignora por completo os conceitos e categorias nos termos dos quais os outros teóricos políticos de sua geração costumavam exprimir-se. A esta altura, porém, já se está evidenciado que, o formato, os pressupostos e vários entre os argumentos centrais do Príncipe fazem que seja fácil identificar esse livro como pertencendo a uma tradição já consolidada no pensamento político do final dos Quatrocentos.”*

⁴⁵ STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Pág. 74.

⁴⁶ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Pág. 24. *“Fortuna e virtù, esses foram os termos empregados por Maquiavel para interpretar dois pólos em torno dos quais giram o sucesso e o insucesso das ações humanas. Ao longo de toda sua obra eles se repetem, sugerindo que devemos sempre estar atentos a seu aparecimento e a seu significado para a compreensão do acontecimento que estamos analisando.”*

⁴⁷ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Pág. 58: *“Maquiavel reitera precisamente estas mesmas crenças sobre a relação entre virtù, Fortuna e a conquista de objetivos próprios a um príncipe. De início deixa clara sua adesão a estas idéias humanistas no capítulo 6 de ôO Príncipe, onde procura demonstrar que ônos principados inteiramente novos, em que o príncipe é novo, as dificuldades para mantê-los são maiores ou menores, conforme o príncipe que os conquista mais ou menos virtuoso (25). Isso se confirma mais tarde, no capítulo 24, cujo objetivo é explicar ô Por que os príncipes da Itália perderam seus estados (88). Maquiavel insiste em que eles ônão deveriam culpar a Fortuna por sua desgraça, porque ôela só mostra seu poder quando homens de virtù ô não se preparam para resistir-lhe (89-90). Suas perdas se devem simplesmente ao fato de não reconhecerem que ôsomente são boas aquelas defesas que dependem de ti e de tua própria virtù. Finalmente o papel da virtù pe mais uma vez ressaltado no capítulo 26, a apaixonada ôExortação que encerra O Príncipe. Nesse ponto Maquiavel retoma os aos líderes incomparáveis mencionados no Capítulo 6 por sua assombrosa ôvirtù ó Moisés, Ciro e Teseu. Sugere que tão somente a união de suas espantosas habilidades com a maior boa Fortuna será capaz de fazer com que a Itália se salve. E acrescenta ó em um momento inabitual de despropositada bajulação ó que para tanto ôa gloriosa família Medici felizmente possui todas as qualidades necessárias: têm extraordinária virtù, são imensamente favorecidos pela Fortuna; e são em igual medida ôfavorecidos por Deus e pela Igreja.”*

⁴⁸ STRAUSS, Leo. *Idem*. Pág. 216.

necessita ser subjugada, espancada. Maquiavel entende que ela se deixa vencer por homens que usem tais métodos do que por aqueles que procedem friamente. A Fortuna, como mulher, é prontamente seduzida por qualidades viris. Há uma possibilidade real que alguém possa a se tornar aliado da Fortuna e aprender a agir em harmonia com seus poderes, neutralizando sua natureza mutável e conseguindo assim êxito em todos os negócios⁵⁰. No capítulo VI de *O Príncipe*, Maquiavel ressalta que as dificuldades do príncipe novo para manter os principados novos são maiores ou menores conforme a sua *virtù*. E no capítulo XXIV, Maquiavel destaca que a Fortuna só mostra seu poder quando homens de *virtù* não se preparam para resisti-la. Maquiavel aponta que a Fortuna é levada à ira e ao ódio, sobretudo, pela ausência de *virtù*. A presença da *virtù* age como um dique contra sua investida, de igual modo ela sempre dirige sua fúria onde sabe que não há diques ou represas a ponto de contê-la. Daí se infere que ela admira de tal modo essa qualidade que nunca dá vazão ao seu rancor mais letal em presença daqueles que demonstram possuí-la⁵¹.

A astrologia pode ajudar a entender a Fortuna na obra do florentino⁵². Astrólogo era uma profissão real; tinha a função de traçar um mapa astral para o rei. Maquiavel escreve em um tempo que a crença na astrologia era grande. As previsões astrológicas levam em consideração a fortuna e a infortuna. A dúvida que se coloca é a de que se os astros determinam a vida da pessoa. Se a afirmativa for válida, há a sensação de que o homem não é plenamente livre e os astros são a causa do infortúnio e da fortuna. A astrologia permite ao homem a possibilidade de utilizar-se do saber para melhor conduzir seus atos. Os astros vão orientar, mas não determinar. A pessoa que vive sob o regime das estrelas, estará sob o regime da Fortuna. O sábio dominará as estrelas⁵³. Aquele que tem *virtù* não será regido

⁴⁹ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Pág. 50.

⁵⁰ Idem. Pág. 50.

⁵¹ Maquiavel. Capítulo XXV. Pág. 119: *õComparo a sorte a um desses rios impetuosos que, quando se irritam, alagam planícies, arrasam árvores e as casas, arrastam terras de um lado para levar a outro: todos fogem deles, mas cedem ao seu ímpeto, sem poder detê-los em parte alguma. Mesmo assim, nada impede que, voltando a calma, os homens tomem providências, construam barreiras e diques, de modo que, quando a cheia se repetir, ou o rio flua por um canal, ou sua força se torne menos livre e danosaõ.*

⁵² RIBEIRO, Renato Janine, *A última razão dos reis*. Pág. 30: *õA astrologia nos permitirá, quem sabe, melhor compreensão da fortuna õ não apenas por ela ser uma forma de pensamento das mais influentes na passagem do Medievo para a Renascença, como, sobretudo, por constituir o terreno de eleição para ideia de fortunaõ.*

⁵³ Idem. Pg.30: *õNuma carta de 1505 a Soderini, diz Maquiavel que, se cada um pudesse õcomandar sua naturezaõsendo suficientemente sábio para acomodar-se aos tempos e as ordens das coisas (conforme estes peçam dele prudência ou audácia), então õa idéia de que o homem sábio teria o poder de governar as estrelas e o destino se converteria genuinamente em realidadeõ. Os temas dessa carta são os mesmos do capítulo XXV do Príncipe, com diferença de que no livro, escrito oito anos*

pelos astros.⁵⁴ Maquiavel, portanto, reitera as mesmas crenças sobre a relação entre *virtù*, Fortuna e a conquista de objetivos próprios para um príncipe. A posse de *virtù* constitui a chave para o êxito do governante.

Dessa forma, se o governante age com *virtù* e a Fortuna lhe sorri, terá melhor oportunidade também de atingir seus objetivos. Essa é uma análise que está em todos os humanistas italianos do final do século XV⁵⁵. Entretanto, em que ponto Maquiavel vai ser diferente de todos eles?

3- O rompimento com o conceito de bom governo: o príncipe deve saber como agir diante das circunstâncias.

Quentin Skinner⁵⁶ salienta que o autor florentino vai rejeitar totalmente o pressuposto humanista fundamental de que aquelas virtudes propostas ao governante são necessárias para alcançar seus objetivos. Todos os doutrinadores de espelhos de príncipes aconselhavam que os governantes devessem se pautar pelos princípios da religião cristã e da moralidade usual; o príncipe que desejasse alcançar seus mais altos objetivos acharia racional ser moral. Essa crença é considerada por ele como um óbvio e desastroso erro.

Maquiavel reconhece que as obras que aconselham os príncipes estão corretas ao apontar que o objetivo de todo o governante é manter seu estado e conquistar a

mais tarde, Maquiavel omitirá a referência aos astros; ora fazendo-a neste texto mais discreto, ele retoma o velho topos do sábio dominará as estrelas, o vir sapiens dominabitur astris, que designa o momento operativo do trabalho astrológico.

⁵⁴ Ibidem. Pág. 34: *o Mas é justamente porque a determinação não é plena e integral, e porque resta ao homem a possibilidade de valer-se do saber astrológico para melhor conduzir sua vida, que a astrologia teve importante papel em tratamentos de saúde dos mais variados tipos. Pense-se, por exemplo, no sistema curativo que Marsílio Ficino constituiu, o qual, partindo de um diagnóstico elaborado com recurso aos astros, incluía uma dietética, uma farmacêutica e ainda uma iatromatemática, ou seja, uma magia astral dos talismãs. O estudo do mapa dos pacientes permite recomendar os métodos mais apropriados a seu tratamento. Pouco importa, aliás, se a olhos modernos a talismânica soa menos racional que uma dieta alimentar, que hábitos saudáveis ou, ainda, remédios feitos de ervas: o que nos interessa aqui é que qualquer terapeuta de base astrológica pressupõe que os astros indiquem, orientem, mas não determinem.*

⁵⁵ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Pág. 58.

⁵⁶ Idem. Pág. 62: *o Naturalmente, concorda quanto à natureza dos fins que se deve buscar: todo príncipe deve buscar a glória para si mesmo. Mas objeta que, para alcançar esses objetivos, nenhum príncipe terá possivelmente condição de opossuir ou pôr inteiramente em prática todas as qualidades que são oconsideradas boas. A posição em que qualquer príncipe se encontra é a de tentar proteger seus interesses em mundo sombrio em que os homens em sua maioria não são bons. Segue-se que, se ele oinsistir em propor-se ser bom entre tantos que não são, não só deixará de realizar o grandes coisas, como também oserá certamente destruído.*

glória para si mesmo. Mas objeta que, para alcançar esses objetivos, nenhum governante terá possivelmente condição de possuir ou por inteiramente em prática todas as qualidades que normalmente são consideradas boas. Ele vai detectar que para proteger seus interesses em um mundo sombrio onde nem todos os homens são bons, o príncipe que insistir em ser bom não só deixará de realizar grandes coisas, como também será arruinado⁵⁷.

Sua crítica ao humanismo é simples, porém devastadora. Ele argumenta que o governante que deseja alcançar seus mais altos objetivos nem sempre achará prudente ser moral; pelo contrário, verá que qualquer tentativa coerente no sentido de praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons se revelará uma política irracional que causará sua ruína. A revolução produzida por Maquiavel no gênero dos livros de conselhos para príncipes na verdade teve por base a redefinição do conceito central de *virtù* que vinha sendo praticado; ele afasta o sentido do termo de toda e qualquer conexão necessária com as virtudes cardeais e principescas⁵⁸. Maquiavel utiliza a palavra *virtù* no sentido italiano. Contudo, ela não é traduzida como virtude. Talvez seja para destacar que a *virtù* que Maquiavel apresenta não é *virtù* clássica⁵⁹. Em latim *ōvirō* gera *virtus* e varão. Quem tem *virtù* tem o *vir* e é varão. A *virtù* é uma antagonista humana à Fortuna⁶⁰. A noção definitiva do que é um príncipe de *virtù* para Maquiavel é de um homem de *ōdisposição* flexível, capaz de variar sua conduta do bem ao mal, e do mal ao bem, conforme lhe ditar a fortuna e as circunstâncias⁶¹.

Lauro Escorel⁶² também acompanha o pensamento de Quentin Skinner e defende que Maquiavel apresenta um novo conceito de *virtù*. A *virtù* teria o direito de lançar mão de todos os recursos para sobrepujar a Fortuna. Entre esses recursos, estariam usar o mal quando necessário e saber como usá-lo. É a capacidade de afirmar a liberdade em relação à Fortuna, empregando meios justos e adequados à situação de fato, tanto na prática do bem

⁵⁷ Maquiavel. Capítulo XVIII.

⁵⁸ SKINNER, Quentin, *Maquiavel*. Pág. 65.

⁵⁹ Bignotto. Newton. *Maquiavel*. Pág. 24: *ōA virtù, que ele evita traduzir para o italiano para não confundi-la com as virtudes cristãs, diz respeito à capacidade do ator político de agir de maneira adequada no momento adequado.*

⁶⁰ RIBEIRO, Renato Janine, *A última razão dos reis*. Pág. 30. *ōPara ele, a virtù será, como para os moralistas romanos, o que nos capacita a resistir aos golpes da Fortuna e, assim, a atrair o seu favor.*

⁶¹ Maquiavel. Capítulo XV. Pág. 74 *ō(...) é necessário que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste, se lhe é possível; mas, não podendo, com a menor preocupação, pode-se deixar que as coisas sigam seu curso natural.*

⁶² ESCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Pág. 152.

quanto na prática do mal. O homem de *virtù* é aquele que se prepara para agir com consciência diante das circunstâncias apresentadas. O homem virtuoso para Maquiavel é aquele que nunca perde de vista as peculiaridades de cada situação de fato, pois seu êxito dependerá da adaptação de seus métodos de ação (bons ou maus) às circunstâncias e às condições que ele deve atuar. As necessidades e as circunstâncias são o que definem como o príncipe deve agir.

Newton Bignotto⁶³ destaca que esse conceito de *virtù* não pode ser confundido com a idéia de prudência aristotélica. A prudência também seria a capacidade do governante de agir em conformidade com a situação, sem que para isso tenha-se de recorrer a um saber de cunho estritamente teórico. Só que esta prudência deve ser entendida no contexto de uma ética que coloca como finalidade última de todas as ações a busca da felicidade. Para Newton, a *virtù* maquiaveliana não possui os mesmos objetivos. O florentino apenas exige habilidades dos governantes para conquistar e conservar o poder, mas não atribui a isso nenhuma finalidade que transcenda à própria busca de uma posição de mando na sociedade.

Maquiavel repele a idéia predominante de que o meio mais seguro para manter seu estado é sempre agir de modo virtuoso⁶⁴. A crítica fundamental que assim dirige aos pensadores de sua época e aos pensadores medievais, é que aquele modelo de conduta (seguir as virtudes cristãs e principescas) em todos os momentos, não produz os efeitos almejados pelo príncipe. Na verdade, Maquiavel possui outro entendimento das qualidades necessárias para a vida política, que é completamente diferente da tradição clássica e da tradição cristã.

Os autores dos espelhos dos príncipes diziam que o governante teria êxito se conseguisse viver de acordo com as regras defendidas pela ética cristã. O bom governante era o governante ético por excelência⁶⁵. Maquiavel tira o príncipe dessa garantia, por assim dizer. Seu sucesso seria incerto. Agora, se o príncipe não deve sempre seguir as virtudes cardeais e cristãs, ou em outras palavras a moralidade convencional, de que maneira ele deve agir diante das circunstâncias? Nessa situação, a ação política será planejada, exigindo argúcia e invenção. Essa ação deliberada, planejada, eficaz, se dará no plano do que ele chamou de *virtù* e que nada tem a ver com a virtude cristã ou moral⁶⁶.

⁶³ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Pág. 24.

⁶⁴ SKINNER, Quentin. *Fundamentos políticos do pensamento moderno*. Pág. 154.

⁶⁵ BIGNOTTO, Newton. Idem. Pág. 24.

⁶⁶ RIBEIRO, Renato Janine. *Ética na política*. Pág. 147.

Maquiavel traz uma nova ideia de bom governo. O bom governo é o governo eficiente. O bom governante será aquele que controla as circunstâncias. Maquiavel inverte a idéia de salvação da alma e dá pouca importância com o futuro na Terra. Toda questão medieval do bem é deslocada e o que vai importar é como o governante pode ter êxito, sucesso em governar. O sucesso da ação vem de quanto mais virtuoso o príncipe pode ser; como o governante pode adequar sua personalidade a cada momento específico.

A questão que se põe é como se adequar a cada circunstância. O príncipe bem sucedido é aquele que, diante das contingências, das necessidades que aparecem, sabe escolher alternativas eficazes em cada conjuntura. Maquiavel pensa a ação política como um planejamento. Portanto, a ação política vai se definir a partir do domínio do jogo complexo entre Fortuna, *virtù* e conhecimento. O que se planeja está no campo da virtude. A Fortuna é a circunstância que limita, é aquilo que não se pode prever, enxergar. A capacidade do príncipe é saber como agir, como planejar diante desse quadro. É no capítulo XXV de *O Príncipe*⁶⁷ que os limites da Fortuna estão claramente delimitados pela maior ou menor extensão da *virtù* do governante⁶⁸. A extensão da influência da Fortuna é diretamente proporcional à extensão da *virtù* do agente político, de sua capacidade de análise das situações e de avaliação das conseqüências da ação, assim como o conhecimento prático da história e dos homens. Quanto maior e mais adequada for essa capacidade, maior será o seu poder de ação e menor, portanto, a influência da Fortuna⁶⁹. Dessa forma, o príncipe não deve se opor as condições exteriores. Ao invés disso, precisa submetê-las e adequar-se a elas viabilizando a melhor opção a partir das possibilidades abertas por elas⁷⁰.

Claude Lefort mostra que para o florentino, a Fortuna é nome dado ao que desfaz e sempre irá desfazer os cálculos dos homens; é uma força que existe independente da vontade deles⁷¹. Já a *virtù* é a capacidade de se analisar e interpretar as situações e adversidades que se apresentam e inventar uma ação para aquele fato concreto. É a ação criativa. Ela consiste em prever e forjar instituições que resistam à adversidade.⁷²

⁶⁷ Maquiavel. Cap. XXV. Pág. 119.

⁶⁸ AMES, José Luiz .Ob. Cit. . Pág. 95.

⁶⁹ Maquiavel. Cap. XXV.Pg. 120: *õCreio ainda que é feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as exigências do tempo e, similarmemente, que são infelizes aqueles que, pelo seu modo de agir, estão em desacordo com os temposõ.*

⁷⁰ AMES, José Luiz . Idem. Pág. 95.

⁷¹ LEFORT, Claude. *Maquiavel e a veritá effettuale*. Pág. 158.

⁷² Idem. Pág. 161: *õComo dar a mais devida importância ao acontecimento, à incessante mobilidade das coisas do mundo, à experiência sempre renovada da complicação? A inteligibilidade da*

Destaca ainda Lefort, que Maquiavel não está, assim, eliminando a Fortuna. Pelo contrário, ele estaria criticando aqueles que crêem que as coisas do mundo são governadas por Deus e pela Fortuna e que a sabedoria dos homens é incapaz de corrigi-las. Não se pode dar mais importância ao acontecimento e a mobilidade das coisas do mundo do que a capacidade de agir diante deste quadro. As adversidades e problemas sempre se colocarão diante dos homens; o que interessa é como o governante irá agir. A responsabilidade política do governante passa por sua ação⁷³. E Maquiavel se opõe aos escritores anteriores quando mostra que não há uma norma a seguir⁷⁴; o governante terá que inventar uma ação.

Sebastian de Grazia entende que Maquiavel propõe que apenas os prudentes têm a capacidade de enxergar à frente, de ver de antemão os problemas quando surgem⁷⁵. O planejamento da ação depende do conhecimento do príncipe. O príncipe, pela posição que ocupa, dispõe de uma condição privilegiada para conhecer e garantir maior eficácia na sua ação⁷⁶.

Para Sebastian de Grazia, a primeira tarefa por assim dizer do príncipe, é como conhecer verdadeiramente o Estado. Muitos autores concebem ou imaginam um Estado ideal; o príncipe deve antes de tudo afastar o *ô* como se deveria viver *ö* para buscar realmente *ô* como se vive *ö*. E esse conhecimento provém da leitura, da experiência e da cogitação. A leitura permite conhecer os modelos de ações históricas descritos pelos grandes historiadores

necessidade mostra-se, por um lado, indissociável da exigência de interpretar o que ocorre aqui e agora, dentro das constelações dos fatos não almejados que solicitam uma invenção da ação (...). A virtù consiste em prever, forjar instituições que resistam à adversidade.

⁷³ Ibidem. Págs. 161-162: *ô* Porém, não concluamos que o homem possa eliminar a Fortuna. É preciso, aliás, prestar atenção às primeiras palavras do capítulo. Maquiavel combate aqueles que ajuízam que os assuntos deste mundo são governados por Deus e pela Fortuna e disso concluem que a sabedoria dos homens é incapaz de corrigi-los. Tanto lhe apraz pôr em ridículo os que, imbuídos de sua sabedoria, ignoram que *ô* o tempo desmancha tudo que está em sua frente *ö*, quando condena os que se livram de sua responsabilidade política invocando desígnios secretos da Providência e da Fortuna *ö*.

⁷⁴ Ibidem. Pág. 156: *ô* Maquiavel quer ser o fundador de uma ciência segura que forneça a inteligibilidade da sociedade e das coisas do mundo; pretende desarraigar a idéia de que haveria uma virtude em si, uma justiça e si, as quais, mesmo sendo de fato inacessíveis, constituiriam uma norma para a conduta humana e organização social *ö*.

⁷⁵ DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no Inferno*. Pág. 307: *ô* A capacidade de enxergar à frente, *ô* dada apenas aos prudentes *ö*, a sabedoria de ver os problemas quando surgem, *ô* dada a poucos *ö*, a inteligência que permite ler com sensatez, o entendimento que permite acesso a *ô* O príncipe *ö* a degustação do sabor da história e das ações humanas provado por tão poucos, a percepção e o tato de sua magnificência que faltam a todos os outros que sabem usar só os olhos, o julgamento pelo toque das mãos vedado à generalidade dos homens *ó* todos esses sentidos usados na leitura da história ou no julgamento dos homens são, ao que tudo indica, herdados ou concedidos apenas a uma minoria. Pelo visto, o que temos aqui é o embrião de uma teoria dos bem-dotados *ö*.

antigos para cada situação. A leitura da história deve ser feita com diligência, ou seja, com cuidado, e sensatamente com inteligência. A leitura com inteligência é a busca do que é realmente útil. O objetivo é a utilidade. Sebastian destaca que a leitura permite um estudo histórico que contribui para a utilidade e formação de modelos de conduta. A leitura também leva ao conhecimento das coisas antigas.

Dentro do plano do conhecimento também está a experiência. São raros os momentos em que não se pode contar com a experiência. Em linhas gerais, a experiência permite o conhecimento das coisas modernas. É a longa prática. O que Maquiavel estaria propondo é que leitor deve saltar das páginas para a experiência ativa. Segundo Sebastian de Grazia, a leitura não se reduz a olhar as páginas de um livro aberto e a experiência não se reduz a viver o dia a dia. Observando os modelos históricos e aplicando seus precedentes à experiência moderna, o príncipe novo saberá como se conduzir. Entretanto, não basta apenas a leitura e a experiência. Maquiavel também inclui um terceiro elemento que é a reflexão, a cogitação. O conhecimento do príncipe provirá de sua experiência da Modernidade com a sua leitura da Antiguidade, após longo exame e cogitação⁷⁷. Sebastian vai até mais longe e entende que Maquiavel, em *O Príncipe*, estaria criando o embrião de uma teoria dos bens dotados⁷⁸.

Patrícia Fontoura Aranovich sustenta que o conhecimento que Maquiavel propõe é uma longa experiência das coisas modernas e um contínuo estudo das coisas antigas. Este seria um dos modos pelos quais é explicada a base histórica de seu pensamento⁷⁹. Patrícia aponta que no pensamento medieval, a história possuía um sentido moral, diretamente

⁷⁶ Maquiavel. Capítulo XIV.

⁷⁷ DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no Inferno*. Pág. 303: *õAssim, há três partes na fórmula cognitiva: a leitura; a experiência e a cogitação.(...) Assim como a leitura prática leva ao conhecimento das coisas antigas, analogamente a experiência prática leva ao conhecimento das coisas modernas. (...) Para que a leitura e a experiência se convertam em conhecimento, devem primeiro passar pelo pensamento e pela reflexão, num processo que Niccolò chama de õcogitaçãoö. A carta de dedicatória de õO Príncipeö indica o lugar apropriado nessa fórmula. O conhecimento do autor provém de sua experiência da modernidade e de sua leitura da Antiguidade, õtendo-as eu com grande diligência longamente cogitado e examinado (...)ö.*

⁷⁸ Idem. Pág. 302: *õPelo visto, o que temos aqui é o embrião de uma teoria dos bem-dotadosö.*

⁷⁹ ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*. Pág. 33. *õAs coisas do mundo englobam aquilo que é e foi vivido pelos homens e pode ser transmitido como experiência de vida. No Príncipe, esse conhecimento das coisas do mundo é apresentado por Maquiavel como algo que ele possui e oferece como presente ao príncipe: õuma longa experiência das coisas modernas e um contínuo estudo das antigasö. Nos Discorsi, Maquiavel enuncia esse conhecimento de um modo quase idêntico: õeu expressarei o quanto sei e o quanto aprendi por uma longa prática e contínuo estudo das coisas do mundoö. Este é um dos modos pelos quais é explicitada a base histórica de seu pensamentoö.*

religioso e voltado para a salvação. O exemplo histórico não era somente voltado para a boa conduta, nem à felicidade terrena, mas à salvação eterna⁸⁰.

Já no Renascimento, o sentido moral permanece, mas não será mais um discurso religioso e voltado para a salvação. A finalidade da história passa a ser pedagógica, no sentido de que ela torna-se um exemplo do modelo de conduta que deve ser seguido ou evitado. Dessa forma, existem os bons e maus exemplos. A crença é de que a história mostra que as virtudes e os vícios são os mesmos em todos os tempos e em todas as circunstâncias. Os exemplos históricos têm como objetivo exaltar as virtudes e condenar os vícios. Para os humanistas, o conhecimento do passado permite praticar ações virtuosas no presente, pois a virtude é imutável ao longo dos tempos.

Entretanto, para Patrícia, Maquiavel não acredita que a função da história seja apenas imitar a *virtù* e fugir do vício. O seu caráter pedagógico é outro. O conhecimento do passado permite reconhecer que determinada ação está vinculada necessariamente a certas circunstâncias e situações históricas. Os exemplos históricos estão ligados a circunstâncias específicas. A ação sempre é praticada de acordo com as circunstâncias que aparecem⁸¹. Assim, é necessário sempre verificar as condições que permitiram aquela conduta. O conhecimento destas circunstâncias passadas e das decisões tomadas auxilia na identificação das circunstâncias presentes⁸².

O reconhecimento das circunstâncias específicas e a experiência das coisas modernas (a prática) fazem com que o agente político veja a necessidade de agir de um modo e não de outro. Dessa forma, não há como Maquiavel concordar com os humanistas de que *virtù* é um modo fixo de agir e por isto pode ser imitada ao longo dos tempos. Para o florentino, *virtù* e vício estão embaralhados na ação política. Agir com *virtù* em determinada

⁸⁰ ARANOVICH, Patrícia Fontoura. Ob. Cit. Pág. 54: *Segundo esses autores, o exemplo medieval não é uma simples ilustração do enunciado abstrato de uma verdade ou de uma lição religiosa ou moral, mas é ele mesmo um argumento retórico assim como outros enunciados. Em uma definição resumida, o exemplo é uma narrativa breve dada como verídica e destinada a ser inserida em um discurso (em geral um sermão) para convencer um auditório para uma lição salutar. Apenas para precisar que o seja esta lição salutar é preciso acrescentar que, do ponto de vista da finalidade, o exemplo não é somente voltado para boa conduta (pelo que se nota a insuficiência da caracterização moralizante), nem à diversão, nem a felicidade terrena, mas à salvação eterna.*

⁸¹ Idem. Pág. 64: *Do ponto de vista do conhecimento, a apreensão do exemplo está vinculada à consciência das condições históricas que o tornaram possível, ele não pode ser considerado isolado destas condições.*

⁸² Ibidem. Pág. 67: *O reconhecimento da natureza dos inconvenientes é possível apenas pelo conhecimento de situações semelhantes e dos resultados das decisões tomadas, ou seja, pelo conhecimento da história.*

circunstância não será em outra, porque os tempos variam. Portanto, o exemplo histórico serve para que o agente verifique as circunstâncias que o tornaram possível. Com sua experiência e reflexão das situações que aparecem, o agente político irá agir⁸³.

A imitação pode se tornar insuficiente para enfrentar as novas circunstâncias. Estudar as condutas dos grandes governantes do passado, compreendendo seus erros e seus acertos podem servir de referência para novas ações políticas. Dessa forma, não basta apenas o estudo do passado. É necessário que o governante também saiba compreender seu tempo. Somente assim terá condições e capacidade, a partir das tendências reais da história presente, de agir de modo eficaz para alcançar suas finalidades. Analisando o passado, é possível propor remédios antigos para doenças novas. Caso não seja possível utilizar o remédio antigo, o passado permite pensar remédios novos pelas semelhanças das doenças. Assim, conhecendo a história, pode se conhecer tendências futuras do Estado. Esse conhecimento permite a adoção de ações preventivas, características dos governos prudentes⁸⁴.

Portanto, o príncipe prudente não encontra o seu modelo de conduta em uma ordem preestabelecida; sua ação política será uma invenção permanente. Sua ação prudente não se resume a percepção do objetivo a ser atingido, e sim na análise das circunstâncias que interferem entre sua intenção e seu objetivo⁸⁵. O conhecimento que o príncipe possui da história e das estruturas sociais dadas lhe confere uma gama de escolhas para agir diante das circunstâncias⁸⁶.

⁸³ ARANOVICH, Patrícia Fontoura. Ob. Cit. Pág. 69.

⁸⁴ Maquiavel. Capítulo VI. Pág. 23: *õQue ninguém se espante se, ao falar dos principados inteiramente novos quanto ao príncipe e ao governo, eu recorrer a exemplos notáveis. Como os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações pelas imitações, embora não possa seguir em tudo os caminhos dos outros nem igualar a õvirtüö daqueles que imita, um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes. Mesmo não alcançando sua õvirtüö, deve pelo menos mostrar algum indício dela, e fazer como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem alcançar e conhecendo bem o grau de exatidão de seu arco, orientam a mira para bem mais alto que o lugar destinado, não para atingir tal altura com flecha, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao seu objetivoö.*

⁸⁵ ARANOVICH, Patrícia Fontoura. Idem. Pág. 67.

⁸⁶ Maquiavel. Capítulo XIV. Pág. 71: *õQuanto ao exercício da mente, deve o príncipe ler obras históricas e refletir sobre as ações dos homens excelentes, ver como se comportaram nas guerras, examinar as causas das vitórias e derrotas a fim de poder escapar destas e imitar aquelas. Mas, sobretudo, deve agir como antes agiram alguns homens excelentes que se espelharam nos exemplos de outros que, antes deles, haviam sido louvados e glorificados, e cujos gestos e ações procuraram ter sempre em menteö.*

Maquiavel percebe que conhecer a história da humanidade, cria bases para a ação eficaz. Conhecer a história política ou o modo e as razões que determinaram aquela ou esta ação dos grandes homens do passado, é condição necessária para a construção de uma ação eficaz e para o exercício eficaz de ações políticas no presente e no futuro. Maquiavel nota que na política, os governantes se preocupam muito mais em praticá-la do que estudar e conhecer esta prática, verificar o passado e planejar o futuro.

Além desse conhecimento que o príncipe necessita ter, Maquiavel também faz um uso do juízo pessimista acerca da natureza humana para que o governante responda de maneira eficaz aos desafios da realidade múltipla, contraditória, conflitual e moralmente incompatível, o que requer dele a capacidade de agir de modo sempre novo e diverso em cada circunstância determinada. Como bem asseverou José Luiz Ames, a maldade para Maquiavel não é concebida como um dado imodificável da natureza humana, e sim a maldade é uma hipótese, uma suposição necessária para agir no mundo da política⁸⁷. Partindo da maldade humana como uma hipótese, pode-se considerar cada vez mais difícil a ação política. Sabendo que os homens são maus, o governante deverá precaver-se e a ação política poderá ser mais planejada. Além disso, essa hipótese também faz com que o governante pratique uma conduta considerada má dependendo das circunstâncias que aparecem. O mal passa a ser um meio que é preciso empunhar, se e quando as circunstâncias o exigirem⁸⁸. No capítulo XV de *O Príncipe*, Maquiavel, partindo da premissa de que os homens são maus, conclui que é necessário para que o príncipe se mantenha saber ser mau de acordo com a necessidade⁸⁹. Dessa forma, também a pressuposição da maldade humana auxiliará a ação política.

Em suma, não há regras predefinidas de conduta. As alternativas do agir do príncipe dependem, assim, do seu conhecimento e da sua *virtù* diante das circunstâncias⁹⁰. A ação do príncipe é criativa porque está implicada a capacidade humana de tornar real o que não está posto, de presentificar o novo, tanto para o bem, quanto para o mal. O governante tem o poder de promover o advento do desconhecido, do não existente. Mas não se trata de

⁸⁷ AMES José Luiz. Ob. Cit. Pág. 96: *“Antes, o fato de partir de uma pressuposição fundamentalmente pessimista a cerca da natureza humana tem uma finalidade prática: partindo da hipótese da maldade humana, pode considerar cada vez a situação mais difícil da política”*.

⁸⁸ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Pág. 58. *“A posição em que qualquer príncipe se encontra é a de tentar proteger seus interesses em mundo sombrio em que os homens em que a maioria não são bons. Segue-se que, se ele insistir em propor-se a ser bom entre tantos que não o são, não só deixará de realizar as grandes coisas como também será certamente destruído”*.

⁸⁹ Maquiavel. Capítulo XV. Pág. 73. *“Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade”*.

⁹⁰ FORNAZIERI, Aldo. Ob. Cit. Pág. 28.

um poder absoluto de criação. Não sendo o homem Deus, terá sempre os poderes limitados pela circunstância⁹¹. O conhecimento da história é uma condição de prudência. O conhecimento permite a adoção de medidas preventivas, os remédios de que fala Maquiavel⁹², característica dos governos prudentes. Maquiavel mostra que algumas pessoas têm uma personalidade mais cautelosa ou mais arrojada. O prudente para Maquiavel não é o cauteloso, mas sim aquele que tem a capacidade de ter uma atuação em cada caso, alguém que pode ajustar a personalidade hora uma hora outra, a uma determinada situação. Além disso, o príncipe deverá compreender seu tempo. O conhecimento e capacidade farão com que o governante saiba o momento de ser prudente e o momento de ser ousado. Diante das circunstâncias, esses elementos fazem um governante ousado ser prudente e podem exigir ousadia de um governante prudente⁹³.

Maquiavel representou um divisor de águas. Até a obra *O Príncipe*, esperava-se que o governante seguisse caminhos já traçados pela moral e pela religião. Laudo Escorel⁹⁴ mostra que toda organização político-jurídica do Estado estava submetida a uma ética cristã; a ação do político era limitada por uma moral que constituía uma instância superior, da qual ele não podia violar. O governante deveria obedecer aos valores superiores, extraterrenos, que deveriam ser observados em toda e qualquer circunstância. Era a chave do bom governar, ou seja, a garantia de êxito.

Já para Maquiavel, o conceito de bom governo se afasta da moral e cria a figura do governante eficiente. A descrição do bom governo medieval é questionada sobre sua eficiência. O bem governar medieval era moral. O bom governar de Maquiavel é ser eficiente. O governante deve saber se adequar a cada situação. O florentino mostra que não existe mais uma moral estética, pronta ao governante. Sua ação política, portanto, não está inserida dentro da ética cristã, própria da política em seu tempo. Maquiavel reconhece que muitas vezes para

⁹¹ FORNAZIERI, Aldo. Ob. Cit. Pág. 23.

⁹² Maquiavel. Capítulo XXV. Pág. 122.

⁹³ No Capítulo XVIII, Maquiavel utiliza a metáfora da raposa e do leão. O príncipe sábio precisa ter as qualidades da raposa, ou seja, ser cauteloso quanto precisa ser cauteloso, e ter também as qualidades do leão, isto é, ser audacioso quando necessitar ser audacioso: *ôVisto que um príncipe, se necessário, precisa saber escolher bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Os que fizerem simplesmente a parte do leão não serão bem-sucedidosô*. No Capítulo XXV, pág. 121, Maquiavel diz que: *ôDisto também depende a maior ou menor prosperidade, porque, se um príncipe se conduz com prudência e paciência, e os tempos e as coisas contribuem para que seu governo seja bom, será bem sucedido; mas se mudarem o tempo e as coisas e ele não mudar seu modo de proceder, então se arruinaráô*.

⁹⁴ ESCOREL, Laudo. Ob. Cit. Pág. 152.

se adequar a cada situação, o príncipe pratica atos que não são considerados bons. Porém, ele entende que o governante deveria praticar o mal apenas por necessidade. O mal não é desejado enquanto tal. O que importará é se esse ato considerado mal possa produzir um bom efeito. O bom agora será eficiente.

4- Os súditos devem reconhecer o bom efeito da ação.

Ao príncipe não basta apenas saber como agir diante das circunstâncias. É preciso que os súditos reconheçam o bom efeito da ação. O objetivo do príncipe é manter sua condição de governante. E para manter o Estado, o príncipe depende de seus súditos. Desta forma, para assegurar sua condição de príncipe, é necessário que os súditos o reconheçam como governante⁹⁵.

Maquiavel dirige sua visão para a conquista de obediência pelo governante. O florentino mostra que no Estado novo, o respeito dos súditos é difícil de conseguir pela falta de tradição do governante no poder. O jovem governante tem defeito de título. O príncipe novo que adquiriu seu principado com armas alheias não pode confiar nelas. Sem armas próprias, nenhum principado está seguro. Um dia as armas estrangeiras vão embora. Por essa razão, Maquiavel defende que as forças próprias de um Estado devem vir dos súditos⁹⁶.

Os medievais apontavam que o bom governante devia mandar e o povo obedecer. Já Maquiavel traz a tona a idéia de como conquistar esta obediência. E esta obediência não se dá com o uso da força. Não será mais visto quais as qualidades do príncipe para ascender ao governo, mas sim a sua eficiência para mantê-lo. Como o príncipe consegue cativar a obediência dos novos súditos? Maquiavel tenta entender como uma pessoa merece obediência⁹⁷.

⁹⁵ ADVERSE, Helton. *Maquiavel Política e retórica*. Pág. 55: *Para assegurar-se de seu estado, o príncipe necessita que seu povo o reconheça como governante, como aquele que possui não apenas potência (potenza, poder de fazer agir, de coagir e de destruir), mas também império e, em certos casos, autoridade*.

⁹⁶ Maquiavel. Capítulo XIII. Pág. 66: *Concluo, então, que sem ter um exército próprio nenhum principado estará seguro; aliás, estará inteiramente à mercê da fortuna, não havendo virtù que confiavelmente o defenda na adversidade.(...) Os exércitos próprios são os compostos ou de súditos ou de cidadãos ou de pessoas a quem conferiste o poder*.

⁹⁷ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Pág. 19-20. Antônio Gramsci, a partir da leitura de *O príncipe* de Maquiavel, mostra que o primeiro elemento da política é a existência real dos governantes e governados. Em razão disto, caberia somente verificar como se pode governar de maneira mais eficaz e de como preparar melhor os dirigentes; além disto, é fundamental também

Sebastian de Grazia entende que Maquiavel, ao escrever *O príncipe*, se difere dos outros escritores deste mesmo gênero literário, porque o foco da obra é voltado para a conduta que o príncipe deve ter para que seja louvado por seus súditos e governantes amigos. Os espelhos dos príncipes traziam modelos de conduta prescritos por Deus. Já Maquiavel mostra que o príncipe jamais poderá seguir esta conduta em todas as situações. O governante depende de seu povo e só se manterá por causa dele. Desta maneira, ainda que o príncipe não se comporte bem, conseguirá salvar seu Estado se tiver o apoio dos súditos. Buscar no povo o modelo para a conduta de um príncipe foi a guinada absolutamente original de Maquiavel⁹⁸.

Para ter a confiança de seus súditos e assim manter sua condição de governante, o príncipe novo deve evitar ser odiado⁹⁹. O ódio gera mais empenho em destruir o odiado. Não ser odiado pelos súditos é condição para que o Estado seja forte. Não ser odiado faz com que os governados estejam ao lado do príncipe¹⁰⁰. No capítulo X, ao discorrer sobre

identificar onde há menor resistência para alcançar a obediência dos governados. É difícil retirar dos governantes ou dirigentes a ideia de que a obediência virá sem ser solicitada; ou seja, é difícil tirar a convicção dos dirigentes de que uma coisa será feita porque o governante considera justa e racional que seja feita. E os governantes acabam lançando sobre os governados a responsabilidade por aquilo que deveria ser feito e não foi. O que Gramsci chama a atenção é que o governante não leva em consideração que toda ação exige sacrifícios. O governado irá se sacrificar pelo governante desde que reconheça a necessidade de fazê-lo. Mas irá atacá-lo quando o governante não atender às suas expectativas. Inclusive ele se utiliza de comparação interessante para ilustrar este pensamento. Gramsci traz a figura dos soldados nos campos de batalhas; os soldados vão arriscar a própria vida nas trincheiras pelos oficiais sempre quando for necessário. São capazes de jejuar muitos dias quando sabem que a comida não pode chegar por motivos de força maior; mas amotinam-se quando não recebem uma refeição por desleixo, burocracia, etc. Por esse motivo, sempre é importante examinar a responsabilidade dos governantes sobre qualquer revés.

Antônio Gramsci vê em *O príncipe* um trabalho lógico de reflexão do povo. Maquiavel teria mostrado como o príncipe deve levar um povo à fundação de um novo Estado. E o partido político seria o protagonista do príncipe moderno para ele. Ele seria o modo mais adequado para aperfeiçoar os governantes e a capacidade de direção. E na sua obra, ele vai definir o que vem a ser este partido político o que, evidentemente, não é objeto deste trabalho.

⁹⁸ DE GRAZIA, Sebastian. Ob. Cit. Pág. 307: *“O típico manual de regras para o príncipe expõe como deveria se pautar sua conduta. Analogicamente, o capítulo XV de O Príncipe começa anunciando que irá considerar a conduta do príncipe com os súditos e outros governantes. Mas há uma diferença. Enquanto o espelho dos príncipes apresenta um modelo prescrito por Deus, transcrito por filósofos morais, pelos confessores e pela consciência O príncipe apresenta o modelo do povo. Um príncipe deveria se conduzir de forma a ser louvado por seus súditos e governantes amigos (...) Buscar no povo o modelo para conduta de um príncipe, constitui uma guinada absolutamente original”*.

⁹⁹ Maquiavel. Capítulo XIX. Pág. 87: *“(...) que o príncipe procure evitar, como em parte se disse acima, as coisas que o tornam odioso e desprezível; cada vez que as evitar terá cumprido sua parte e não correrá perigo algum em outras infâmias”*.

¹⁰⁰ Maquiavel. Capítulo VIII. Pág. 41: *“E acima de tudo, deve o príncipe viver com seus súditos de forma que nenhum incidente, mau ou bom, faça variar seu comportamento; porque, vindo as vicissitudes em tempos adversos, não terá tempo para o mal e o bem que fizeres não te será*

como medir as forças de todos os principados, Maquiavel diz que o ideal para um principado forte é que o príncipe tenha em vista *ôde ter abundância de homens ou de dinheiro, formar um exército forte e fazer frente a qualquer assaltante.ö*. Contudo, se o príncipe não dispõe desses recursos, necessita não ser odiado por seu povo¹⁰¹.

Sebastian de Grazia mostra que para Maquiavel os soldados devem provir do povo, dos súditos. Esta seria a principal força armada. O florentino considerava a infantaria como a parte do exército que mais deve ser estimada. Para Maquiavel, a cavalaria era importante, mas ele considerava seu prestígio excessivo. O florentino teria acompanhado as experiências militares espanholas e percebido que cada vez mais a infantaria ganhava destaque nos campos de batalha, com os lanceiros e armas de fogo de mão, com projéteis capazes de perfurar armaduras e cascos. E quando se fala de infantaria, isso significava uma grande quantidade de homens. Assim, a segurança do príncipe era ter o povo como amigo. Da mesma maneira que o povo pode se reunir para defender o governante e o Estado, ele pode ser reunido para derrubar um príncipe. E por isto que o príncipe deve lhes dar atenção¹⁰².

Helton Adverse¹⁰³ sustenta que o príncipe de Maquiavel deve ter dois medos: um que seria *ôinteriorö*, relacionado aos súditos; o outro *ôexteriorö*, relacionado às potências externas. Das potências externas, o príncipe poderia se defender com as boas armas

creditado, uma vez que julgarão que o fizeste forçado, e não receberás, então, a gratidão de ninguém.ö

¹⁰¹Maquiavel. Capítulo XX. Pág. 101 *ô(...) não se pode ver facilidade no assalto a quem possui um Estado forte e não é odiado pelo povo.ö* E, *ô(...) um príncipe que tenha uma cidade forte e não se torne odiado não pode ser atacado, e mesmo que o fosse, o atacante regressaria com a cabeça baixa.ö*

¹⁰²DE GRAZIA, Sebastian. Ob. Cit. Pág. 307: *ôOs soldados, segundo Niccolò, devem provir do povo, cidadão ou súdito, tanto mais porque a cavalaria, base militar dos ricos e aristocratas, não é para Niccolò, a principal força armada. Nosso especialista em assuntos militares reconhece o mérito dos serviços que podem ser prestados pela cavalaria - a cavalaria ligeira, de fato, era útil para missões de reconhecimento, escaramuças e ataques móveis, mas breves- porém considera seu prestígio excessivo: ôO fundamento e o nervo do exército e o que mais deve ser estimado, devem ser as infantarias.ö* Nessa mesma época, a arte da guerra na Europa vem sofrendo transformações. Niccolò se dá conta disso e acompanha com cuidado os avanços das experiências militares espanholas. O cavaleiro maciçamente armado começa a abandonar o campo de batalha, excluindo do combate pelas densas formações de lanceiros e pelos projéteis mais recentes, capazes de perfurar armaduras: os arcos e as bestas, os canhões e as armas de fogo de mão.

Nas forças armadas, quando se fala em infantaria, isso significa uma grande quantidade de homens. No número reside sua força (...) A doutrina republicana de Niccolò, em todos os seus escritos, baseia-se no conjunto ampliado do povo politicamente ativo e militarmente participante.

Por mais enfático que seja em favor da milícia, Niccolò não é tolo: não se arma uma multidão indiscriminadamente ou às pressas, e sim ôcom ordem certa e modo certo.ö Vimos antes com que cuidado religioso ele recruta soldados. Os homens compõem a pátria, podem defendê-la e engrandecê-la, podem derrubar um príncipe; o príncipe deve-lhes atenção.ö

e com os bons amigos. Já para evitar o perigo interno, o príncipe deve sustentar seu poder no povo. Assim, é imprescindível que príncipe evite o ódio e o desprezo.

O príncipe que não é odiado por seu povo, fará com que eles se obriguem com ele¹⁰⁴. No capítulo XX, o florentino ressalta que o governo interno não pode se fundar apenas pela força. Um príncipe que se tranca em fortalezas e palácios por temor dos governados, assim procede pelo ódio e descontentamento que suas atitudes geraram¹⁰⁵. No capítulo XVII, Maquiavel conclui que um príncipe sábio *õdeve somente procurar evitar ser odiadoö*, pois um príncipe quando é odiado, deve temer tudo e a todos¹⁰⁶.

No capítulo XIX, fica evidente que se o príncipe não se tornar odiado, ninguém terá coragem de conspirar contra o governante porque as dificuldades serão infinitas¹⁰⁷. O príncipe prudente terá o povo de seu lado. E para Maquiavel, esse é o jeito mais seguro de manter o Estado¹⁰⁸. Assim, é fundamental para manter a condição de governante ter os governados ao lado do príncipe. Dessa maneira, o que importa na ação do governante é o que o súdito reconheça que isto é bom para ele ou que era a mais adequada para aquela situação. A consequência será a conservação da condição de governante do príncipe.

Dessa forma, para que o povo não odeie o governante, Maquiavel aconselha - no capítulo XVII - que o príncipe se abstenha de se apoderar dos bens e das mulheres dos seus cidadãos e de seus súditos. Deve até mesmo evitar matar algum cidadão, a não ser que haja justificativa plausível¹⁰⁹. No capítulo XVI, Maquiavel reforça a ideia de que o príncipe não deve abusar e retirar o dinheiro de seus súditos. Isso fará com ele se torne odioso e seu governo seja ameaçado¹¹⁰. No mesmo capítulo, Maquiavel conclui que é melhor que o príncipe tenha fama de miserável. Se ele gastar pouco, não será obrigado a roubar seus súditos

¹⁰³ ADVERSE, Helton. Ob. Cit. Pág. 99.

¹⁰⁴ Maquiavel. Capítulo XX. Pág. 103.

¹⁰⁵ Maquiavel. Capítulo XX. Pág. 104.

¹⁰⁶ Maquiavel. Capítulo XIX. Pág. 87.

¹⁰⁷ Maquiavel. Cap. XIX. Pág. 88: *õUm dos mais poderosos instrumentos de que dispõe um príncipe contras as conspirações e não ser odiado pela generalidade dos súditos, visto que o conspirador sempre acredita poder satisfazer o povo com a morte do príncipe; mas quando crê que ofende, desanima de tomar esse caminho, porque as dificuldades serão infinitasö*.

¹⁰⁸ Maquiavel. Capítulo XX. Pág. 103: *õPortanto, em qualquer tempo, teria sido mais seguro para ela não ser odiada pelo povo do que possuir fortalezas. Considerados portanto todos esses aspectos, louvarei quem fizer fortalezas e quem não as fizer também; e reprovarei quem quer que, confiando em nas fortalezas, pouco se preocupar em não ser odiado pelo povoö*.

¹⁰⁹ Maquiavel. Capítulo XVII. Pág. 81.

¹¹⁰ Maquiavel. Capítulo XVI. Pág. 76.

diante das necessidades, e assim, não será odiado¹¹¹. No capítulo XXI, o florentino destaca que o príncipe deve sempre pensar em desenvolver o Estado, incentivando as artes, as corporações de ofício, promovendo festas e espetáculos aos súditos¹¹². Nesse raciocínio, o pensador destaca que é sempre melhor ficar do lado do povo do que dos poderosos, pois em tempos incertos, os súditos lhe serão sempre fiéis¹¹³.

Além disso, Maquiavel ressalta que o príncipe jamais deve exercer atitudes injuriantes contra os súditos, porque a injúria leva ao ódio. Além de não poder injuriar os súditos, o príncipe não pode injuriar os inimigos. No capítulo VII, Maquiavel aponta que Cesar Bórgia, um príncipe novo e que atingiu o poder por armas e fortunas alheias, conseguiu não ser odiado pelos seus súditos; obteve o respeito de modo que eles fossem solícitos e tementes de ofendê-lo. Assim, a conduta do Duque é digna de ser levada em consideração e de ser imitada pelos outros. Contudo, o florentino diz que o erro que levou Cesar Bórgia à ruína foi consentir que Julio fosse eleito papa. Esse benefício não fez Julio esquecer as antigas injúrias. E a injúria levou ao ódio¹¹⁴.

Então, o raciocínio lógico para manutenção da condição de príncipe seria o governante ser amado. No capítulo XVII, Maquiavel salienta que é muito melhor ser temido do que amado, se não puder ser os dois ao mesmo tempo¹¹⁵. No primeiro momento, o príncipe novo sem armas próprias será aceito como governante se conquistar o respeito dos súditos. Isso alcançado, ele depois até poderá ter com eles relações de amor. O príncipe manda em seus súditos para o bem deles¹¹⁶. Existe no mandar a construção do amor não erotizado; o amor neste caso representa a imagem da família. Existe o amor que inclui o desejo, que é aquilo que tem um elemento possessório e existe o amor que quer o bem da pessoa amada. Contudo, o amor pode acabar. Em Maquiavel, o amor sacrifica o erotismo; ele não é ardoroso como São Jerônimo diz. Tampouco é um amor sacramentado. É esse o tipo de amor na

¹¹¹ Maquiavel. Capítulo XVI. Pág.76.

¹¹² Maquiavel. Capítulo. XXI. Pág. 108.

¹¹³ Maquiavel. Capítulo IX. Pág. 47: *õPor isso, um príncipe sábio deve encontrar um modo pelo qual seus cidadãos, sempre e em qualquer tempo, tenham necessidade do Estado e dele; assim, eles sempre lhe serão fiéisõ.*

¹¹⁴ Maquiavel. Capítulo VII. Pág. 34: *õPortanto, o duque, antes de qualquer coisa, deveria ter criado um papa espanhol e, não podendo, deveria concordar com a eleição de Ruão e não do cardeal de San Pietro in Vincoli. Engana-se quem crê que, nos grandes personagens, os benefícios novos fazem esquecer as velhas injúrias. O duque errou, portanto, nesta escolha, que foi a razão de sua ruína finalõ.*

¹¹⁵ Maquiavel. Capítulo XVII. Pág. 80: *õSurge daí a questão: é melhor ser amado que temido ou o inverso? A resposta é que seria de desejar ser ambas as coisas, mas, como é difícil combiná-las, é muito mais seguro ser temido do que amado, quando se tem de desistir de uma das duasõ.*

estrutura política: um governante amado é amado como pai e pode castigar o filho, o súdito. É uma forma de querer seu bem. O castigo passou a ser parte da educação, é um débito que faz parte do amor. Como pensar em uma sociedade privada de amor? Mas não um amor de carinho, mas um amor que permite hierarquia e castigo.

Em uma sociedade permeada pelo amor, o súdito aceita ser mandado até quanto existir o amor; passando para esfera política, o governado apóia o governante até o limite de sua concordância. Para que ele concorde com o governante, ele não pode desprezá-lo ou odiá-lo. E ser temido é não ser odiado e nem desprezado¹¹⁷. O temor não vira ódio enquanto houver respeito.

Para evitar ser odiado, portanto, é necessário que os súditos reconheçam que a ação praticada produziu um bom efeito para eles ou que ela era a melhor decisão a ser tomada para aquele momento. O príncipe jamais irá realizar grandes coisas ou exercer seu poder sem o assentimento dos súditos¹¹⁸. O desejo dos súditos para Maquiavel é indeterminado ao passo que o dos grandes é determinado. No capítulo IX, ao tratar do principado civil, o florentino aponta que o povo deseja apenas não ser oprimido¹¹⁹. O Estado não é visto por Maquiavel como uma somatória de homens, mas como um todo cindido em dois humores, oprimir e não ser oprimido. Oprimir é o desejo dos grandes; não ser oprimido é o desejo do povo¹²⁰. Claude Lefort sustenta que em Maquiavel pouca importa saber se os homens são bons ou maus. O que importa é saber a natureza das cidades e que elas são divididas em dois humores (oprimir e não ser oprimido). O conflito dos humores, dos desejos, é a questão central. Todos os conflitos decorrem da divisão dos humores¹²¹. As leis seriam os instrumentos que colocam òfriosõ aos interesses contraditórios. Elas nascem do

¹¹⁶ Maquiavel. Capítulo XVII. Pág. 80.

¹¹⁷ Maquiavel. Capítulo XVII, Pág. 82: *õAssim, voltando a questão sobre ser temido e amado, concluo que, como os homens amam segundo suas vontades e temem segundo a vontade do príncipe, deve este contar com que é seu e não com o que é dos outros, empenhando-se e evitar o ódio, como já dissemosõ.*

¹¹⁸ ADVERSE, Helton. Ob. Cit. Pág. 62.

¹¹⁹ Maquiavel. Capítulo IX. Pág. 44.

¹²⁰ ARANOVICH. Patrícia Fontoura. Ob. Cit. Pág. 80.

¹²¹ SKINNER. Quentin. *Fundações do pensamento político moderno*. Pág. 150. Quentin Skinner defende que Maquiavel não queria conciliar os dois humores (oprimir e ser oprimido), mas sim que este conflito produzisse um equilíbrio entre eles. Trata-se de produzir uma tensão entre os humores, de modo que cada um vigie o outro. O preço da liberdade é a constante vigilância. O verdadeiro bem comum é a liberdade. O desejo dos grandes tende à tirania e o desejo do povo a corrupção. A liberdade estaria no meio destes desejos. Quando os humores distintos são enquadrados e produzem leis, asseguram a liberdade. A natureza do conflito civil mantém a liberdade. Os dois humores são antagonicos e dependem um do outro.

contraditório, do conflito. O desejo dos grandes é insaciável; o desejo do povo coage os grandes à prudência e assim nascem leis novas favoráveis à concórdia. Só a lei traz igualdade. Desta forma, a lei é que confere a liberdade. Liberdade e lei estão ligadas. O traço característico de uma cidade livre é que o homem não depende de outro homem, ele obedece à lei. E a República seria o regime em que é reconhecida a igualdade dos cidadãos diante da lei. Contudo, na monarquia o príncipe jamais poderá conferir a plena liberdade aos súditos, pois está em uma posição desigual com relação aos seus comandados. Nesse caso, não será apenas a lei que irá controlar o equilíbrio entre os dois humores (oprimir e ser oprimido) e é essa questão que será agora trabalhada.

Se o príncipe não está em uma posição de igualdade com os súditos, ao mesmo tempo em que comanda, deve evitar parecer como opressor e, dessa maneira, evitar ser odiado. Dessa forma, conseguirá manter seu estado ou sua condição de governante¹²². Lefort busca em Maquiavel uma sociedade política. O campo da política não pode afastar o conflito. Maquiavel então ensina a analisar na sociedade o conflito de forças. O ator político, diante das circunstâncias que aparecem, é quem vai descrever os conflitos que estão por vir. Assim, não há lugar em Maquiavel para um determinismo; não pode o pensador político dizer como o ator político deve agir, sendo, portanto, sua ação criativa.

A elevação de um humor pode levar a aniquilação do outro. Povo e grandes não são extratos socioeconômicos da sociedade; são grupos de homens que possuem desejos diferentes. O povo não seria parte da cidade; não é um partido movido por impulsos passionais. No povo e só no povo é que ocorre o universal político. É a particularização do desejo negativo de não ser dominado. O desejo do povo se positiva na lei; a lei tem causa no humor popular e sua vigência depende dele. Para se chegar à compreensão política do povo, deve, assim, ter em mente a negação determinada de interesses. O povo se aglomera na negação; é uma intensidade de humor contra uma dominação. Não é um povo utópico. Só há povo quando se aglomera essa negação de interesses determinados. Povo seria a capacidade de aglomeração de forças contra interesses. O povo é tomado como uma negação a uma particularidade determinada. Povo enquanto não é tomado na negação da particularidade é mau, egoísta etc. O egoísmo só é superado quando acontecemos como povo. Somos povo contra a opressão da particularidade. As leis só vigoram pelo humor do povo. Na exigência da

¹²² LEFORT, Claude, Ob. Cit. Pág. 169.

lei, somos bons. A lei satisfaz o desejo popular quando impede a dominação. A lei controla a libido de domínio dos grandes. Maquiavel então coloca o povo como guardião da liberdade.

Uma ação é política enquanto negativa de interesses particulares. A ação política só será uma expressão popular quando agrega uma potência de negação para fazer frente a um interesse. Em outras palavras, a ação política será popular quando é capaz de fazer frente a um interesse particular. A política seria assim uma atividade do povo político. Dessa forma, cabe ao governante conhecer e direcionar o humor do povo.

Entretanto, como já mencionado, não bastam apenas as leis; é necessário que o povo veja no príncipe que ele pode realizar suas aspirações. Contudo, é preciso que o príncipe tenha em mente que ele jamais irá realizar todo o desejo do povo ou que ele jamais poderá ser o ódesejo popularö. Assim, ele nunca vai ser porta-voz da vontade plena popular, o que limitará sua força. Portanto, o próprio povo limita o poder do príncipe. Por essa razão, o apoio popular é a chave da potência do Estado. Se o príncipe não respeitar o povo e radicalizar sua vontade de poder, o mesmo povo que o ajuda a se manter também será uma resistência a esse poder¹²³.

A liberdade vem do desejo do povo em não ser oprimido e desta constante luta de classes. O que Maquiavel mostra é que no principado civil, não basta apenas um conjunto de boas leis para que se tenha um regime apto a resistir aos ataques externos e manter o Estado; e preciso que o povo tenha a certeza de que seus desejos podem ser atendidos (ainda que isso de fato não aconteça) para que ele não seja oprimido¹²⁴.

¹²³ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. Pág. 115. *õO príncipe que se alia ao povo deve satisfazer seu desejo de não opressão, mas não terá nele um concorrente ao poder. Essa característica do desejo popular faz do povo o aliado perfeito para aquele que quer governar, pois ele nunca encontrará em seu caminho alguém que vise o mesmo objeto. Mas o fato mesmo de que o príncipe não tenha de ver o povo um concorrente impõe limites a essa aliança. Com efeito, é próprio do que ocupam o poder desejar expandir as fronteiras de sua ação. (í) Maquiavel insiste que o element popular é a unica arma eficiente contra o inimigo externo, mas para que ela possa ser eficaz é preciso que ele veja na resistência uma defesa de suas aspirações. Ora, o príncipe pode dar ao povo segurança, jamais liberdade. Pode contrar com sua boa vontade, jamais sastisfazer seus desejos. Não podendo, portanto, ser plenamente porta-voz de sua vontade, ele não terá o gozo de toda sua forçaõ.*

¹²⁴ Idem. Pág. 118: *õA política não é, pois, o espelho das decisões jurídicas ou da escolha voluntária das formas constitucionais. Ela é o campo onde as forces sociais se batem e de onde nasce a possibilidade de vida social. Não é, portanto, estranho que a liberdade seja um problema em todas as formas de governo, uma vez que ela nasce do desejo de não opressão do povo, e do resultado das lutas que ele desencadeia na õpolisö. Das formas políticas, apenas as repúblicas podem se beneficiar inteiramente da força e da potência que resultam os desejos populares. Os principados civis, adotando algumas características das repúblicas e beneficiando-se de algumas vantagens, e de alguns de seus riscos, mostram-nos que não basta um conjunto de boas leis para que tenhamos um regime*

Sebastian de Grazia vai além. Para ele, Maquiavel não concebe o Estado sem súditos. O povo seria a razão de ser do Estado e destinatário de todos os atos. Em *O Príncipe* Maquiavel mostraria seu viés republicano ao ir contrário a opinião corrente e defender que o poder pode se fundar no povo. E o florentino estaria bem convicto disto. O povo, ao tempo de Maquiavel, tinha a má fama por ser considerado volúvel, ingrato e astucioso. Entretanto, para o florentino, o príncipe deveria ser reconhecido pelo povo, porque era a única maneira de se manter no poder¹²⁵.

Na realidade, é preciso que se tenha em mente que o príncipe não apenas deverá saber quando praticar um ato que não é bom, mas sempre deverá levar em consideração os efeitos da ação para o súdito¹²⁶. Dessa forma, no mundo da política a escolha entre vícios e virtudes se revela muito complexa¹²⁷. Um governante não pode apenas cometer vícios; há limites na conduta do príncipe. Em determinadas situações, é necessário

apto a conquistar e resistir aos ataques. É preciso que o povo tenha a certeza de ter onde afogar sua ira e seus desejos, para que a potência seja o resultado de suas lutas contra os grandes.

¹²⁵ DE GRAZIA, Sebastian. Ob. Cit. Pág. 304: *Podemos lembrar que o poeta Petraca, ao clamar pela libertação da Itália, apela aos governantes italianos, ao passo que Niccolò afirma que, a virtude militar se extinguiu na Itália, a razão reside na fraqueza dos chefes. Suas metáforas no último capítulo de O príncipe revelam que a matéria não falta, a saber, o povo, que corresponde aos membros, caso faltasse nas cabeças. Podemos lembrar que nosso filósofo político, ao definir o Estado, emprega a expressiva locução império sobre os homens. Sejam cidadãos ou súditos, sem eles não existe Estado. No seu quadro de coisas, um príncipe tem de viver com aquele mesmo povo. Por outro lado, pode muito bem passar sem aqueles mesmos grandes, podem fazer e desfazer deles todos os dias (...). O povo é a razão de ser do Estado, e é para seu bem comum que existe o Estado. Qualquer Estado que não o beneficie é um mau Estado, uma tirania. Deus sabe que os homens têm sérios defeitos, mas possuem também alguns méritos ó em comparação aos príncipes e aos grandes da terra.*

Niccolò, não podemos esquecer, é um republicano. Para defender o povo, ele investe contra a opinião corrente, como em O príncipe: E não venha alguém contradizer esta minha opinião como aquele batido provérbio de quem se funda no povo se funda na lama. E investe também contra o grande historiador antigo sobre o qual fundamenta os Discursos, nosso Tito Lívio, como todos os outros historiadores, por dizer que nada é mais vão e mais inconstante do que a multidão. Uma nobre passagem exprime sua posição: Não sei se tomarei um encargo duro e cheio de tantas dificuldades que terei ou de abandoná-lo com vergonha ou executá-lo com empenho, querendo defender uma coisa que, como eu disse, é acusada por todos os escritores. Mas, seja como for, não julgo e jamais julgarei ser um defeito defender alguma opinião com raciocínios, sem querer usar nem a autoridade nem a força. Afastar dos antigos é algo sério. Sua explícita divergência indica a força da sua convicção. O povo tem má fama por ser julgado, ao vivo, ou pelo que é escrito sobre ele, sob a influência deturpadora do poder. Mas a opinião contra os povos nasce porque dos povos todos falam mal sem medo e livremente, mesmo quando reinam (isto é, as Repúblicas); dos príncipes fala-se sempre com mil medos e desconfianças.

Se alguém criticasse os povos e os príncipes juntos poderia dizer a verdade - que são astuciosos, volúveis e ingratos -, mas, excluindo os príncipes engana-se. A diferença nas ações nasce não da natureza diversa (deles), porque o mesmo todos é da mesma maneira.

¹²⁶ Maquiavel. Capítulo XVIII. Pág. 83.

¹²⁷ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Pág. 33.

que o vício seja cometido e súdito deverá reconhecer que aquela era a melhor decisão para o momento. É necessário que fique claro que o príncipe novo, na insegurança, não tem licença para praticar o mal a todo custo para manter sua condição de governante¹²⁸. No capítulo XV, Maquiavel deixa evidente que o príncipe, sempre que possível, deve pautar-se pela moral convencional. Contudo, diante da necessidade, deve saber o momento adequado para ser mal. E deve ser visto pelo súdito como fundamental para aquela determinada situação.

No tratamento dado à crueldade fica evidente a preocupação de Maquiavel com os efeitos da ação e o reconhecimento do súdito. Para o florentino, as crueldades podem ser bem ou mal praticadas. As crueldades bem praticadas são aquelas que se transformam em vantagens para os súditos¹²⁹. No capítulo XVII, Maquiavel ressalta que não se pode aceitar a crueldade que não tem bons efeitos. No capítulo XIX, o florentino destaca que a crueldade de Caracala, Cômodo e Maximino foi a causa do ódio e do desprezo de seus súditos, o que os levou à ruína de seus impérios¹³⁰. Por outro lado, a crueldade de César Bórgia permitiu que ele reerguesse a Romanha, conseguisse uni-la e conduzi-la a paz¹³¹.

No capítulo VII, Maquiavel apresenta Cesar Bórgia. Para o florentino, César Bórgia adquiriu o Estado com a fortuna do pai o papa Alexandre VI¹³². A família ãBorgiaõ era protegida pelo papado e César Borgia era associado a piores práticas católicas e políticas e precisava de tropas alheias para conseguir territórios. Ao encontrar a Romanha mal governada, com o povo espoliado pelos governantes e tomada pela desordem e violência social, o Duque Valentino nomeia Remirro de Orco para governá-la. Remirro era um de seus capitães mais cruéis. Ele conseguiu instituir a ordem e pacificar a Romanha cometendo excessos e suscitando ódio nos súditos. Cesar Bórgia tinha diante de si um dilema: a manutenção do seu governo da Romanha nas mãos capazes, mas tirânicas de Remirro de Orco e se tornar um objeto de ódio para aqueles que viviam sob seu poder, ou adotar uma solução a sangue-frio e matá-lo. Era uma decisão muito difícil, pois não havia nenhuma garantia de que, matando Remirro de Orco, os súditos reconheceriam que esta era a melhor decisão. Cesar

¹²⁸ CHISHOLM, Robert. *A ética feroz de Nicolau Maquiavel. Clássicos do pensamento moderno*. Pág. 58.

¹²⁹ Maquiavel. Capítulo VIII. Pág. 41: *õSão bem empregadas as crueldades (se é legítimo falar bem do mal) que se fazem de uma só vez pela necessidade de garantir-se e que depois não se insiste mais em fazer, mas rendem o máximo possível de utilidade para os súditosõ.*

¹³⁰ Maquiavel. Capítulo XIX. Pág. 91.

¹³¹ Maquiavel. Capítulo XVII. Pág. 81.

¹³² Maquiavel. Capítulo VII. Pág. 28.

Bórgia escolheu a segunda opção. A sua ação produziu exatamente o efeito desejado¹³³, já que deixou o povo gratificado e petrificado de admiração e temor, ao mesmo tempo em que eliminara a causa do ódio que lhe poderiam voltar¹³⁴.

Em essência, Maquiavel buscou limitar os males da crueldade encorajando a eficácia de sua aplicação como uma ferramenta política. Ele rejeita a brutalidade gratuita, insistindo na eliminação da crueldade desnecessária, julgando os efeitos que seguem a ação. A crueldade é um instrumento que deve ser usado com parcimônia¹³⁵. Um governante que possui um caráter piedoso deverá aprender a ser cruel se as circunstâncias assim exigirem. O consenso geral é de que o governante deve ser sempre tido como piedoso e não como cruel. Entretanto, novamente a conduta a ser tomada deve levar em conta as circunstâncias e as condições de realidade que estão em jogo. O bom governante é aquele que vai saber agir com piedade e outras vezes com a crueldade dependendo do momento. Detectar quando deve ser cruel requer muita capacidade do príncipe. Em determinados momentos, agir com piedade pode ser uma conduta ruínosa para o governo e para o povo. E, em outras, agir com crueldade poderá representar uma conduta perversa e o governante poderá para sempre carregar a fama de cruel¹³⁶.

Assim, o príncipe novo, diante das circunstâncias, deverá saber quando praticar atos que nem sempre são considerados bons. Para agir, o príncipe necessita dos conhecimentos e sabedoria. Agir segundo as circunstâncias usando com sabedoria e eficácia os instrumentos do poder é o que dimensiona *virtù* do governante. E o príncipe deverá sempre ter em mente que os destinatários de seu ato são seus súditos. Se a ação ou decisão tomada for considerada boa ou adequada pelo súdito, ele irá se obrigar com o príncipe novo e auxiliar na manutenção de sua condição de governante.

¹³³ Skinner, Quentin. *Maquiavel*. Pág. 68.

¹³⁴ Maquiavel. Capítulo VII. Pág. 31: *õComo sabia que os rigores passados haviam gerado certo ódio contra ele, quis mostrar que, se ocorrera alguma crueldade, ela não se originava dele, mas da natureza dura do ministro para apaziguar os ânimos do povo e atraí-lo para si. Aproveitando-se de uma ocasião, em Cesena, uma certa manhã mandou que o expusessem em praça pública, cortado em duas partes, tendo ao lado um bastão de madeira e uma faca ensanguentada. A ferocidade do espetáculo fez o povo ficar, ao mesmo tempo, satisfeito e estarrecidoõ.*

¹³⁵ Maquiavel. Capítulo XVI: Pág. 82.

5- A política como aparência.

Desde o capítulo XV de *O Príncipe*, Maquiavel coloca a questão de como fazer o mal e não ser odiado. O príncipe não pode observar sempre as qualidades reconhecidas como boas, pois corre risco de perder sua condição de governante. Para que o governante realize seus projetos e atinja os resultados esperados, nem sempre ele irá praticar atos considerados bons¹³⁷.

Entretanto, esses atos que não são considerados bons podem causar entre os súditos a reprovação do príncipe. E a reprovação ameaça sua condição de governante. Para que sua ação política seja eficaz, é necessária uma avaliação positiva por parte dos súditos¹³⁸. Em certas circunstâncias, fazer o mal é condição para o bem, mas de nada adianta se a imagem do mal for associada ao do governante¹³⁹.

Helton Adverse considera que o príncipe deve construir uma imagem¹⁴⁰ a partir de certas posturas, de certas atitudes para lhe assegurar louvor. A imagem construída pelo príncipe ajudaria o súdito a reconhecer os resultados da ação. E se o súdito reconhecer o bom efeito da ação, sempre julgará honroso e louvado os meios empregados pelo príncipe¹⁴¹.

A imagem do político depende de suas ações¹⁴². Os homens julgam de acordo com aquilo que vêem e o que vêem são ações. No campo político, temos um juízo do olhar e um juízo do tocar. O juízo da maioria é o juízo do olhar; o juízo do olhar é o juízo do vulgo. Para Helton Adverse, na obra do florentino fica claro que a maioria dos homens se deixa iludir pelos olhos. E esses homens acabam se contentando com a superfície da aparência. O juízo do tocar necessita que as distâncias sejam eliminadas, o que vai garantir um conhecimento parcial, mas efetivo do objeto. Seria como o médico que se aproxima do objeto, o segura pelas mãos e emite um diagnóstico. O juízo do tocar caberia a poucos homens.

¹³⁶ Maquiavel. Capítulo XVII. Pág. 86.

¹³⁷ Maquiavel. Capítulo XV. 73: *ô(...) pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disto segundo a necessidadeô.*

¹³⁸ ADVERSE, Helton. Ob. Cit. Pág. 62.

¹³⁹ Idem. Pág. 99.

¹⁴⁰ Ibidem. Pág. 62.

¹⁴¹ Maquiavel. Capítulo XVIII. Pág. 85: *ôComo não há tribunal onde reclamar das ações de todos os homens e, principalmente, os príncipes, o que conta por fim são os resultados. Cuide o príncipe de vencer e manter o poder: os meios serão sempre julgados honrados e louvados por todos, porque o vulgo está sempre voltado para os resultados das coisas, e não há no mundo senão o vulgoô.*

¹⁴² ADVERSE, Helton. Ob. Cit. Pág. 62.

Entretanto, o juízo do tocar não é próprio do príncipe¹⁴³. O príncipe deve se servir dele para produzir uma aparência e assim construir um juízo do olhar. O juízo do tocar permite ao príncipe õpegar com as mãosõ e compreender com mais clareza a natureza dos acontecimentos políticos e, desta forma, produzir uma imagem para o juízo do olhar. O governante deve criar uma imagem, uma aparência muitas vezes daquilo que ele não é para auxiliar na formação do juízo do olhar, ou seja, para garantir o assentimento dos súditos no juízo do olhar¹⁴⁴. O vulgo é tomado por aquilo que parece.

Aldo Fornazieri¹⁴⁵ aponta que para os súditos, o príncipe é aquilo que politicamente o que ele parece ser. Portanto, pouco importa se o governante é religioso ou pratique a caridade ou qualquer coisa do gênero. O que interessa é que ele seja eficaz e que governe bem para os súditos. E será muito útil para sua eficácia e o bom governo que aparente ser piedoso, ter fé, integridade e humanidade. Maquiavel destaca que o Rei Fernando de Aragão da Espanha, o Católico, foi um governante que nem sempre agiu com fé e buscou a paz. Se realmente tivesse seguido esses princípios, estaria arruinado ou não teria a reputação que teve. Contudo, sempre as pregou¹⁴⁶. Utilizando-se da religião, dedicou-se a inúmeras guerras e conquistas. Seus súditos sempre o admiraram e esperaram o sucesso final de suas empreitadas. Suas ações foram consideradas grandiosas, de tal sorte que nunca sofreu nenhuma conspiração¹⁴⁷. No capítulo XIX, o florentino defende que o príncipe que conseguir formar grande opinião de si adquire grande reputação. E dificilmente quem é reputado é

¹⁴³ ADVERSE, Helton. Ob. Cit. Pág. 37.

¹⁴⁴ Idem. Pág. 37: *õCabe ao ator político fazer a passagem entre um e outro, isto é, norteadado pelo juízo do tocar que é elaborado pelo pensador político, o ator político deve produzir a imagem que garanta o assentimento no juízo do olharõ.*

¹⁴⁵ FORNAZIERI, Aldo. Ob. Cit.. Pág. 221.

¹⁴⁶ Maquiavel. Capítulo XVIII. Pág. 86: *õHá um príncipe, nos tempos atuais, cujo nome não convém citar, que não prega outra coisa a não senão a paz e a lealdade, sendo porém inimigo de ambas; e tanto uma como outra, se ele as tivesse respeitado, lhe teriam mais de uma vez tirado a reputação e o poderõ.*

¹⁴⁷ Maquiavel. Capítulo XXI. Pág. 105: *õTemos em nossos dias Fernando de Aragão, atualmente rei da Espanha. (...) Considerando-se suas ações, observa-se que todas são grandiosas e algumas até extraordinárias.(...) Põde manter exércitos, com o dinheiro da Igreja e do povo e, graças àquela longa guerra, lançar os fundamentos de suas milícias, para depois ser honrado por elas. Além disso, para poder realizar maiores feitos, servindo-se sempre da religião, voltou-se para uma piedosa crueldade, expulsando e saqueando os marranos do seu reino, um exemplo que não podia ser mais infeliz nem mais extraordinário. Sob este mesmo pretexto, invadiu a África, fez a campanha da Itália e por fim atacou a França. Assim, sempre realizou e planejou grandes coisas para pasmo e admiração de seus súditos, empregados com o sucesso final dessas aventurasõ.*

atacado¹⁴⁸. Maquiavel aponta que cada príncipe deve trabalhar para que sua ação lhe confira fama de um grande homem¹⁴⁹.

A *virtù* do príncipe está relacionada também com a capacidade não só apenas em saber como agir, mas em lidar com a criação de aparências, com a fabricação de perspectivas. E é muito importante que o príncipe saiba fazer a disjunção daquilo que ele é e daquilo o que ele parecer ser. O que ele é pode ser compreendido como sua natureza, ao passo que o que ele representa constitui propriamente sua existência política. O termo natureza não se prende a nenhuma substância, nem mesmo deve ser confundido com as qualidades pessoais do príncipe. O ser do príncipe¹⁵⁰ é um lugar vazio; é um ser para produzir imagem. A imagem ocupará o lugar do ser. A natureza do príncipe, então, deve ser compreendida como a potência de se criar imagens. E essa natureza pode impedi-lo de exercer o poder de forma eficaz no enfrentamento das situações adversas. A natureza do príncipe pode enrijecê-lo e não permitir que se produza uma imagem para uma situação específica. O príncipe que deseja manter sua condição de governante, sempre deve experimentar uma alternância de imagens diante das adversidades que a Fortuna pode lhe trazer, além, é claro, de levar em consideração o juízo do olhar dos súditos.

O príncipe pode ser comparado a um ator e os súditos aos espectadores. Os espectadores fazem juízos com os olhos daquilo que eles vêem; o príncipe é aquele que coloca em cena aquilo o que se vê. Por essa razão, o príncipe deve sempre estar atento ao juízo que os súditos fazem a seu respeito, para saber exatamente o melhor momento de produzir a melhor imagem. Assim, para sempre garantir o bom juízo dos súditos, o príncipe deverá sempre exercitar a diferença daquilo que ele é daquilo que ele aparenta. E a construção da imagem seria uma tarefa mais árdua do que se pode imaginar.

Para que os súditos reconheçam que a ação política produz um bom efeito; para que o governante consiga realizar seu projeto; e para que sua ação seja eficaz, seria necessário o príncipe aparentar todas as qualidades que são louvadas mesmo que ele não as possua. Maquiavel coloca em evidência que o senso comum dos súditos se define pelo julgamento das aparências, assim o governante deve parecer ser o que é mais conveniente aos seus interesses políticos¹⁵¹.

¹⁴⁸ Maquiavel. Capítulo XIX. Pág. 98.

¹⁴⁹ Maquiavel. Capítulo XXI. Pág. 109.

¹⁵⁰ ADVERSE, Helton. Ob. Cit. Pág. 70.

¹⁵¹ Maquiavel. Cap. XVIII, pág. 85.

Na vida política, as regras não estão predefinidas¹⁵². Nesse sentido, o governante, para governar, não pode agir sempre de acordo com aquelas condutas que os homens moralmente bons são obrigados a observar. O homem comum pode observar até as últimas consequências o mandamento moral e cristão do ão mataráso. O governante, muitas vezes, para atender às exigências da política, manda soldados à morte na guerra ou manda matar para defender a ordem pública e a pátria. Sabendo dessas implicações, o governante não poderá deixar de seguir aquela regra geral de conduta que recomenda que ele aparente ter aos olhos e ouvidos dos súditos todas as qualidades que são louvadas.

Maquiavel aconselha que não apenas o príncipe deve aparentar ter todas as qualidades recomendadas para um bom governo, como deve também saber disfarçar suas verdadeiras intenções entre governantes e aqueles que o cercam. O florentino, partindo do pressuposto que os homens são maus, conclui que nem sempre é prudente ser transparente na relação entre príncipes¹⁵³. No capítulo XVIII, Maquiavel mostra que o príncipe que sempre confiou nas palavras de outros príncipes se deixou enganar. Por isso, para ambas as situações, seja para aparentar as qualidades, seja para disfarçar as intenções, ao príncipe é necessário ser um bom dissimulador e um bom simulador¹⁵⁴.

Para Maquiavel, o domínio da arte da dissimulação e da simulação constitui uma das condições fundamentais para obtenção de êxito, pois auxiliam na criação do juízo do olhar¹⁵⁵. O governante tem que simular possuir todas as qualidades e virtudes principais inerentes ao empreendimento político e a sua eficácia. O príncipe precisa investir simbolicamente suas ações e sua personalidade com essas qualidades e virtudes necessárias para comandar. O governante também tem que simular intenções propostas, ações com determinados significados, para que pareça ser, visando a criar uma verossimilhança entre a aparência e a essência da realidade política a ser trabalhada. O governante para dissimular, deve ocultar todos os seus defeitos, conectando-se com o movimento da simulação das qualidades e virtudes. Outra dissimulação é trabalhar com as técnicas do disfarce e da ocultação de significados, realidades, ações, propostas e intenções.

¹⁵² FORNAZIERI, Aldo. Ob. Cit.. Pág. 221.

¹⁵³ Idem. Pág. 221: *õOu seja, não há uma plenitude de transparência nos relacionamentos interativos dos humanos. Essa ambivalência de transparência e ocultação, no domínio das ações humanas, é própria das interações humanas, seja na explicitação das ações, seja nas percepções e interações que elas suscitamõ.*

¹⁵⁴ Maquiavel. Cap. XVIII. Pág. 84: *õMas é necessário saber disfarçar bem essa natureza e ser grande simulador e dissimulador, pois os homens são tão simples e obedecem tanto às necessidades presentes, que o enganador encontrará sempre quem se deixe enganarõ.*

O êxito do governante no jogo da dissimulação e simulação depende de sua sabedoria e de sua capacidade de compreender as circunstâncias para poder saber usá-las de acordo com a necessidade. A verdade é que o príncipe não pode agir orientado pelas suas inclinações pessoais, mas deve ser astuto e saber se apresentar de acordo com aquilo que as circunstâncias exigirem. O governante deve saber a melhor situação para cada caso. Sendo a política uma ação criativa, o saber agir do governante deve orientá-lo para que ele se apresente naturalmente como é se assim as necessidades e as circunstâncias o exigirem; e que se apresente diferente de como naturalmente é se as circunstâncias forem outras.

Maquiavel sabe que o senso comum dos homens se define por um julgamento das aparências¹⁵⁶. Dessa maneira, o príncipe deve parecer ser o mais conveniente aos interesses políticos e as finalidades que estão em jogo. No julgamento político, além de julgar pelas aparências, os súditos julgam pelos resultados. Se os resultados forem bons, a tendência é que o príncipe tenha a aprovação geral. Aqueles que fazem julgamento crítico e fundado no conhecimento efetivo das ações do príncipe podem, em muitos casos, recriminá-lo, mesmo que o senso comum o aprove. Mas esses são minoritários em relação às pessoas comuns. Logo, o governante tem a prerrogativa de usar meios que podem até confrontar com a moral do senso comum, desde que estes meios produzam resultados que os governados considerem bons¹⁵⁷.

O jogo da simulação e da dissimulação não pode ser entendido como uma maneira maléfica de enganar o povo e sim como um modo de garantir o bem do governo, entendido como o bem dos governados¹⁵⁸. No capítulo XVIII, Maquiavel parte do princípio que os homens são perversos. Se os homens são maus, não há uma transparência total nas ações humanas. Se o governante agisse com a transparência que a moral da vida comum exige, ele se desmoralizaria, prisioneiro que se tornaria do juízo dos governados. Em determinadas situações, se a ação fosse transparente, o governante poderia ser julgado imoral. Portanto, a simulação e a dissimulação permitem a preservação moral do governante. O governo e ação do governante aparecem para os governados como uma imagem que suscitam e como a representação que estes criam daqueles. A simulação e a dissimulação também preservam a própria condição de governante diante de outros príncipes. No mesmo capítulo XVIII,

¹⁵⁵ FORNAZIERI, Aldo. *Ob. Cit.*. Pág. 221.

¹⁵⁶ Idem. Pág. 232.

¹⁵⁷ Maquiavel. Cap. XVIII. Pág. 86.

¹⁵⁸ FORNAZIERI, Aldo. Idem. Pág. 236.

Maquiavel destaca que pelo fato das ações serem pouco transparentes, o príncipe prudente não pode confiar cegamente na palavra de outro governante e daqueles o cercam.

Ademais, nenhum governo estará seguro se tiver o povo como inimigo. E para não tê-lo, o governante precisa governar bem. O bem do governo é o bem dos governados e vice-versa. O súdito é quem irá reconhecer e julgar se os efeitos da ação do príncipe. A dissimulação e simulação podem fazer com que o súdito atinja a compreensão de que aquela ação produzirá o efeito bom para ele. Como visto, o rei Fernando de Aragão pregou a paz e a fé incessantemente, mesmo que Maquiavel o considerasse incrédulo. Isso permitiu que ele fosse considerado o primeiro rei cristão e empreendesse uma série de guerras que encheram seus súditos de admiração e expectativa do sucesso final desses feitos. Usando a religião, o rei conseguiu fazer com que seus governados acreditassem que aquelas guerras produziram um resultado bom para eles¹⁵⁹.

Helton chama esta imagem produzida pelo príncipe também de marca¹⁶⁰. E preciso saber quando não ser bom e conseguir a marca do bom. A necessidade de fazer o mal para se assegurar de um bem, destaca a necessidade do cuidado com a marca. O príncipe, possuindo uma boa imagem de si, vai assegurar um juízo do olhar que lhe seja favorável, que lhe permita realizar seu projeto e se manter no poder. Helton assegura que a criação da imagem auxilia na avaliação positiva da ação e consequentemente lhe garante o louvor. Portanto, a criação de uma imagem, de uma marca, não só possibilita que os súditos reconheçam que aquela determinada ação política produz um efeito bom para eles, como também confere ao governante a possibilidade de efetivar seu projeto.

Neste ponto, é possível colocar uma questão: o que faz Agátocles ser pior que Cesar Borgia? O fato de não ter honra ou a glória. Mas o que consiste isto para Maquiavel? A resposta passa pela criação da imagem. Como visto, a *virtù* do príncipe também envolve a produção da imagem ou da marca do bom. Agátocles praticou uma série de

¹⁵⁹ ADVERSE, Helton. Ob. Cit. Pág. 40. Ao contrário deste entendimento, Helton compara a produção de uma aparência com a criação de um engano. Ser vítima de um engano é fazer uma série de juízos errôneos por causa das paixões. O equívoco que efetiva o engano é tomar uma aparência como realidade. O juízo do olhar também se equivoca na medida em que toma o que parece ser (a aparência, aquilo que se mostra) pelo ser (aquilo que se pode chamar de real). Sem isto, a vida civil não se estabelece. Helton mostra que o florentino deixa bastante claro no capítulo XV que o governante necessita do engano se quiser manter seu poder e realizar grandes coisas. O príncipe, portanto, tem a necessidade de enganar, de parecer ser aquilo que ele não é. O engano seria um estratagema, uma técnica aplicada a determinadas situações para a satisfação de interesses e para conservação do poder. O engano vai permitir que os súditos reconheçam o governante como tal e legitimem seu poder.

¹⁶⁰ ADVERSE, Helton. Ob. Cit. Pág. 72.

atos criminosos e nunca se preocupou com o julgamento dos súditos. Sua condição de governante foi conquistada e mantida pela força, pouco importando se ele fosse tido como cruel e desumano¹⁶¹. Como se poderia considerar glorioso ou honrado alguém tido como criminoso? Já Cesar Borgia também praticou uma série de atos criminosos, como na situação do assassinado de Remirro de Orco. Porém, neste caso ele procurou mostrar que agia daquela maneira para demonstrar que, se ocorrera alguma crueldade, ela não se originava dele, mas da natureza dura do ministro para apaziguar os ânimos do povo. Ou seja, se preocupou com o julgamento que os súditos faziam dele. Poderia se dizer de Cesar Borgia que ele é glorioso, pois agia pensando em seus súditos. Se ele mandou matar, fez pensando no bem que traria para seus governados e eles reconheceram isso. Assim, o uso da força pode até ser a única razão pela manutenção da condição do príncipe e do seu principado. Mas se ele não tiver construído uma imagem, uma marca do bom, jamais poderá ser considerado honrado, louvado ou glorioso.

Portanto, parece mais apropriado o pensamento de Victoria Kahn¹⁶². Essa comentadora entende que o príncipe ao agir com *virtù* automaticamente adquire glória¹⁶³. Desta maneira, *virtù* (que envolve a produção de imagem) e glória estariam ligados. Para ela, o exemplo de Agátocles mostra que os efeitos de sua ação forma malsucedidos¹⁶⁴, pois apesar de manter sua condição de governante, não foi capaz de produzir um julgamento dos súditos que lhe trouxesse a glória¹⁶⁵.

¹⁶¹ Maquiavel. Capítulo VIII. Pág. 38: *õNão se pode propriamente chamar de õvirtùõ o fato de assassinar seus concidadãos, trair amigos, não fé, piedade e nem religião. Deste modo, pode-se adquirir poder, mas não a glóriaõ.*

¹⁶² KAHN, Victoria. *Virtù and the Example of Agathocles in Machiavelli's Prince*. University of California. 1986. In *Representation* 13. Pg. 69: *õWhereas the earlier chapters were concerned with the necessary exercise of violence in the acquisition of power, the example of Agathocles introduces the necessity of representing oneself to the people in a certain way in order to hold on the power one has acquiredõ.*

¹⁶³ Idem. Pág. 69: *õIn this way, virtù itself is neither identical with nor exclusive of crime, but it does require glory, and it is this concern for glory that will induce the Prince to moderate his violence behavior and take greater interest in the welfare of his peopleõ.*

¹⁶⁵ Russell Price se opõe a este pensamento (*The Theme of Gloria in Machiavelli*. Pg. 51). Para ele, o reconhecimento do legado deixado pelo governante será *a posteriori* na obra de Maquiavel. Russel também entende que a glória consiste essencialmente no reconhecimento externo das ações e das realizações do governante. Este comentador pensa que não necessariamente sendo virtuoso o príncipe terá glória. O governante sendo virtuoso poderá obter o êxito ou sucesso, mas a glória será conferida pela história. Para ele, o governante não pode ser considerado glorioso até sua vida ou carreira terminar. A própria história irá se encarregar de conferir glória aos governantes. Ademais, Russell adverte que se governante que desejar ser lembrado, estimado ou considerado glorioso, deverá através de todas as suas ações tentar alcançar a reputação de um grande homem. E Russell mostra a

Nessa questão da honra e da glória, foi dito que a apenas a força é capaz de manter a condição do príncipe; contudo, é fundamental a criação de uma imagem. Claude Lefort¹⁶⁶ sustenta que a imagem do governante é mais importante do que a força para Maquiavel. A política não pode ser pensada apenas pela lógica da força; mas ela também não é só imagem. A intenção de Maquiavel ao se dirigir ao príncipe é recomendar maneiras de governar que lhe sejam mais proveitosas. O principal objetivo do príncipe é manter seu poder. É a satisfação do seu desejo de oprimir. E ele está na dependência do humor dos súditos. Todos têm olhos fixos nele. O súdito não se mantém apenas na dependência e obediência da lei, mas também na dependência do governante. Como já dito no capítulo anterior, a relação dos súditos é que interessa. E por essa razão que Lefort entende que, ao mesmo tempo em que o príncipe comanda, ele deve evitar aparecer como opressor para evitar ser odiado. O ódio pelo comando do príncipe o levará a ruína. A partir do momento em que o príncipe comanda, que ele manda e outro obedece, ele está oprimindo. Quem é comandado não é livre; está em uma posição desigual em relação a quem comanda.

Por esse motivo, jamais o príncipe deve transparecer como opressor. Isso não controlará o humor dos súditos. Irá gerar o ódio e sua condição de governante estará ameaçada. Assim, a política se sustenta na aparência e a imagem do governante é mais importante do que a força. Os valores cristãos não garantirão a manutenção do príncipe; é preciso que ele crie uma imagem de não opressor, para que os súditos possam nele confiar e se sentirem como cidadãos. O ser do político está do lado de fora. Claude Lefort busca uma percepção do agente político; o poder não será apenas força, mas também não será apenas imagem; ele estará na própria ação política. As ações políticas devem ser reconhecidas pelo povo.

O reconhecimento do efeito bom da ação, que por sua vez se dá no juízo do olhar, causa o consenso geral entre os súditos de que o príncipe é o governante. Dessa

importância de criar uma reputação boa para aquisição da glória. Ele defende que não basta o governante fazer grandes e maravilhosas coisas; é necessário que ele não seja considerado desonroso por seus súditos. A glória seria a reputação por grandes feitos na esfera pública. A boa reputação seria essencial para a aquisição da glória, ainda que futura. Russell contrapõe Ciro, o grande, dos *Discorsi* ao Agátocles de *O Príncipe*. Nos *Discorsi*, Maquiavel mostra os atos de Ciro. Suas vitórias, honrarias e principalmente sua boa reputação (*buona fama*) adquirida sendo afável, não sendo arrogante, ou não praticando os vícios que a poderiam macular, contribuiu para que ele obtivesse a glória. Não significa que Ciro não tenha praticado atos que não são considerados bons. Mas foi fundamental que ele tivesse uma boa reputação perante seu reino. Diferentemente era a Agátocles, que não conseguiu esta boa reputação. A boa reputação ou a boa fama, para Russell auxilia no futuro para que determinado governante seja considerado glorioso.

maneira, haverá uma concordância entre os súditos em se submeter ao poder do príncipe. Mais uma vez, é importante destacar que o consenso não se estabelece apenas pelo uso da força; pelo contrário, depende da habilidade do príncipe em saber quando ele deve praticar um vício ou uma virtude diante da circunstância que lhe é dada, e de como fazer com que os destinatários de seu ato (os súditos) reconheçam que isto é o mais apropriado para aquele momento.

Helton Adverse destaca a formação deste consenso ¹⁶⁷. A imagem a ser criada deve representar aquilo que os súditos esperam do príncipe, ou seja, ela deve ser a garantia de satisfação de seus desejos, ainda que efetivamente não se realizem. O príncipe somente conseguirá manter seu estado por muito tempo com o assentimento dos súditos. Este assentimento, então, estaria na persuasão obtida através da imagem. O príncipe não pode desprezar o juízo dos súditos; para que sua ação política tenha êxito, ele depende da avaliação dos governados. A avaliação positiva dos súditos cria um consenso. Este consenso permite a manutenção do príncipe no poder. O consenso é a concordância dos súditos em se submeter ao poder do governante. Este consenso não se confunde com o contratualismo que iria aparecer séculos mais tarde (o pacto entre os homens para se submeter a um Estado); e sim com a aquiescência a uma imagem do príncipe ¹⁶⁸.

¹⁶⁶ LEFORT, Claude. Ob. Cit. Pág. 169.

¹⁶⁷ Idem. Pág. 55.

¹⁶⁸ ADVERSE, Helton. Ob. Cit. Pág. 47: *Quando Maquiavel afirma no capítulo XVIII de O Príncipe que há somente o vulgo, está reconhecendo que o exercício do poder, para ser verdadeiramente eficaz, precisa se submeter à avaliação, ao juízo dos súditos. A conclusão do juízo dos súditos não é uma peça importante para a definição da verdade, mas para a legitimação do exercício do poder. A noção de imagem é despida da roupagem epistêmica que a tradição filosófica lhe atribuiu desde Platão: em vez do jogo do verdadeiro e falso, estamos agora no domínio da ação ou, para dizer de outro modo, a lógica da imagem não é a da imitação, da mimesis, mas da instauração. Maquiavel percebe claramente que o problema da política é o da constituição de um espaço público capaz de regular a vida dos homens, não o conhecimento da verdade. Porém, da mesma forma que não defende a tirania, o pensamento de Maquiavel não pode ser considerado uma espécie vulgar de pragmatismo político. O pragmatismo, se seguirmos aqui Horkheimer, é a identificação da verdade com a efetividade, identificação tornada possível por um ilimitada confiança no mundo existente: o padrão da medida do pragmatismo é o sucesso. Ora, quando insiste sobre a importância do juízo do vulgo para o exercício do poder, Maquiavel está no mostrando o peso que possui, na vida política, a deliberação a partir da imagem: não é tanto o sucesso político, quer dizer, o êxito na realização de um determinado projeto que constitui objeto de seu interesse, mas como aquilo que pode ser considerado sucesso desempenha um papel considerável na vida pública. Por fim, o consenso não é a produção de uma verdade: resultado da deliberação, ele garante a concordância dos homens em se submeter ao poder. Porém, à diferença do que iria posteriormente afirmar o contratualismo, o consenso, no pensamento maquiaveliano, não faz referência a um pacto entre os homens, mas à aquiescência a uma representação.*

Merleau-Ponty¹⁶⁹ salienta que para Maquiavel a vida em sociedade é muito complicada e que a coação do poder político é necessária. Entre o governante e o súdito há uma tensão; são dois lados rivais. A força é fundamental para o exercício do poder. Ela auxilia o governo a impor respeito aos súditos. Entretanto, a originalidade do florentino estaria em ir além da força. Usando as palavras de Merleau-Ponty, o príncipe deve evitar o despertar dos súditos. O príncipe está constantemente ameaçado e precisa do consenso dos súditos em torno do seu poder. O poder do príncipe estará fundado na opinião geral. Ele precisa que se forme um acordo, um assentimento dos súditos em se submeter ao seu governo. Merleau-Ponty defende que, mesmo com o uso da força ou qualquer outro meio de coação, se o acordo for rompido o príncipe verdadeiramente estará ameaçado. O rompimento deste acordo faz com que o príncipe passe a ser odiado.

Merleau-Ponty¹⁷⁰ mostra que uma das melhores maneiras de se criar o consenso no súdito é aliciá-lo ganhando sua confiança. Daí nasce a necessidade do príncipe em fazer com que os súditos tenham que aderir as decisões que ele tomar. Mas como fazer o povo aderir em torno de um ato que é considerado mal? Um ato mal pode abalar o consenso ao redor do poder do príncipe. A opinião geral pode ser alterada diante daquele ato. Logo, é uma condição do exercício do poder saber do juízo do olhar dos súditos e saber que a política se desenvolve na aparência. A criação de uma imagem, de um signo passa a ser fundamental para a formalização do consenso¹⁷¹. O príncipe deve se preocupar com os efeitos de sua ação junto aos seus súditos. É preciso que o príncipe saiba como se dirigir aos seus súditos.

Sebastian de Grazia¹⁷² também explora a questão de se criar um consenso entre os súditos pela imagem do príncipe. O príncipe consegue criar o consenso por aquilo que Sebastian chama de retórica da impostura. O príncipe nunca conseguirá governar da maneira como o súdito deseja, mas para ter o apoio do povo é necessário criar uma imagem.

¹⁶⁹ PONTY- Merleau. *Notas sobre Maquiavel*. Pág. 238.

¹⁷⁰ Idem Pág. 239.

¹⁷¹ Ibidem. Pág. 243. *O que torna, às vezes, a doçura em crueldade, a dureza em valor, e abala os preceitos da vida privada, é que os atos do poder intervêm num certo estado da opinião que lhes altera o sentido; despertam um eco por vezes desmedido; abrem ou fecham fissuras secretas no bloco do consentimento geral e iniciam um processo molecular que pode modificar todo o curso das coisas. Ou ainda: como espelhos dispostos em círculo transformam uma pequena chama em fogueira, os atos do poder, refletidos na constelação das consciências, transfiguram-se, e os reflexos desses reflexos criam uma aparência que é o lugar próprio e, em suma, a verdade da ação própria. O poder traz a tona à sua volta um halo, e sua maldição- como, aliás, também a do povo que não se conhece ó é não ver a imagem de si mesmo que oferece aos outros.*

Logo, é uma condição fundamental da política, desenrolar-se na aparência.

¹⁷² DE GRAZIA, Sebastian. Ob. Cit. Pág. 310.

A retórica da impostura permite ao príncipe parecer ou aparentar como os súditos enxergam a política. A retórica da impostura visa persuadir e firmar os súditos na persuasão de que o príncipe é o governante. Maria Tereza Sadek¹⁷³ também defende que o plano da aparência tem uma função política que é a de garantir o apoio dos governados.

Assim, a imagem, a marca ou a representação fazem parte da *virtù* do príncipe. O bom resultado passa também pela criação da imagem. Ao mesmo tempo em que o príncipe deverá saber quando praticar a conduta considerada má em determinadas situações, também deverá se preocupar com o modo como se apresenta aos súditos. A imagem auxilia no julgamento que os súditos fazem dos atos e resultados do príncipe. A imagem auxilia no convencimento dos governados de que aquela decisão era a melhor para aquele determinando momento. Ela provoca a adesão e o consenso de que o príncipe é o governante e a pessoa mais adequada para governar. Por esta razão, é fundamental para a política.

6- Conclusão da primeira parte.

O objetivo da primeira parte do trabalho é mostrar que a ação política apresentada por Maquiavel em *O Príncipe* não está inserida no contexto da ética cristã, que era considerada por todos os autores de espelhos dos príncipes como própria do governante. É o rompimento com o conceito de bom governo medieval.

Maquiavel pretende verificar como o príncipe novo, que adquiriu poder pelas armas alheias e fortuna de outrem, consegue manter seu governo. Maquiavel reconhece que o príncipe, nessas condições, está em uma situação de insegurança.

A tradição medieval e os livros de espelhos dos príncipes aconselhavam ao novo governante pautar suas ações pela moral cristã ou a moral convencional. Essa seria a garantia do êxito, a chave do õbom governoö. Toda ação política era pautada por uma ética cristã.

O Príncipe de Maquiavel representa o rompimento com esse conceito de õbom governoö. Maquiavel observa que nem sempre agindo de acordo com a moral cristã o governante conseguirá ser eficaz e produzir bons resultados. Sua ideia representa o rompimento com o õdever serö político ideal ou da boa forma última de governo da Idade

¹⁷³ SADEK, Maria Tereza. *A política como ela é*. Pág. 70.

Média e também dos humanistas italianos. Maquiavel destaca que a moral convencional limita a ação do governante diante da necessidade.

Contudo, o florentino não apresenta aos seus leitores um manual de como o príncipe deve agir. *O Príncipe* não apresenta regras a aplicar e esse é o erro de quem assim o interpreta¹⁷⁴. A primeira constatação é a de que em determinadas circunstâncias o príncipe deverá praticar atos que não são considerados bons. Mas Maquiavel não diz quando e nem como o príncipe deverá agir contrariamente a moral. A ação será criativa na medida em que ela não possui regras a seguir. Maquiavel vai modificar a relação *virtù* e Fortuna tal como era apresentada pelos escritores de espelhos de príncipes. O florentino redefine o conceito de *virtù*, passando ela a ser a capacidade de saber como agir (bem ou mal) diante das circunstâncias.

Como bem assevera Maria Tereza Sadek¹⁷⁵, a *virtù* é capacidade de avaliar as condições presentes e prever as consequências futuras das alternativas que se apresentam. Quanto maior a extensão da *virtù* do príncipe, ou seja, quanto maior for a capacidade do governante de reconhecer e identificar como agir nas circunstâncias, menor será a influência da Fortuna. Portanto, a ação política exige do governante conhecimento e *virtù*.

Entretanto, não basta apenas que o príncipe saiba quando praticar um ato que seja considerado um vício. Os resultados precisam ser considerados bons pelos súditos. Maquiavel destaca a importância do povo para o governante. Sebastian de Grazia aponta que Maquiavel foi o primeiro autor a se preocupar com os súditos e não apenas com o governante¹⁷⁶. O príncipe novo não pode confiar nas armas alheias. Maquiavel aponta que apenas os Estados que possuem armas próprias são fortes e considera que as armas próprias vêm dos súditos. Portanto, atingir o súdito é a condição de manutenção da condição do príncipe novo.

Agir com eficácia é produzir resultados considerados bons para os governados. Se os súditos reconhecerem o resultado como bom para eles, a ação praticada pelo príncipe será justificada e louvada. Como consequência, os súditos estarão ao lado do governante novo. Assim, o governante deve ter em mente sempre a consequência de seus atos, pois quando o efeito é considerado bom, ele justificará a ação. Não há problemas em praticar

¹⁷⁴ RIBEIRO, Renato Janine. *A ética na política*. Pág. 147.

¹⁷⁵ SADEK, Maria Tereza. Ob. Cit. Pág. 70.

¹⁷⁶ DE GRAZIA Sebastian de. Ob. Cit. Pág. 70.

o vício, desde que os resultados definam o efeito bom dessa ação. Ao agir mal quando necessário, o efeito deve ser julgado bom pelo súdito.

O que auxilia no reconhecimento desse efeito é o príncipe ser tido como bom. Na realidade, o bom efeito ou o bom resultado passa necessariamente pela criação de uma marca, de uma imagem. O governante, aos olhos dos governados, é aquilo que parece ser. Dessa forma, ser-lhe-á útil para eficácia e o bom governo que para o julgamento dos súditos ele seja tido como bom.

Em suma, do ponto de vista da eficácia e do exercício do bom governo, não há nenhuma necessidade que o governante sempre siga a moralidade convencional. Logo o governante tem a prerrogativa de usar meios que podem até mesmo confrontar com moral do senso comum, desde que estes meios produzam resultados considerados ou julgados bons pelos governados. O governante deve saber quando praticar um vício, ou seja, quando praticar o mal, desde que tenha o efeito do ato em mente. E os efeitos do ato devem ser considerados bons ao juízo do súdito. É fundamental para o bom resultado que o príncipe seja tido como bom. De nada adiantará ao príncipe atingir os resultados pretendidos se for reprovado ao juízo dos súditos. Reconhecido o bom efeito do ato, será criado um consenso entre os súditos e o príncipe terá sua obediência. Automaticamente o príncipe vai manter a sua condição de governante e manterá também seu Estado.

Portanto, a ação política para o florentino não está inserida na ética cristã. Seria ela antiética? Estaria Maquiavel propondo uma nova ética para o príncipe? A segunda parte do trabalho pretende desenvolver esse ponto.

PARTE II

ÉTICA NA POLÍTICA

1- Maquiavel não propõe uma ação política antiética.

Os autores dos espelhos para príncipes faziam da reflexão ética o ponto fundamental de toda interrogação sobre a política. O governante teria êxito se conseguisse viver de acordo com as regras defendidas pela ética cristã. O bom governante era o governante ético por excelência. Ao escrever que nem sempre quem pautou suas ações pela moral comum obteve êxito, Maquiavel foi visto como um pensador antiético, que rejeita a moralidade na política.

Os primeiros pensadores que estudaram *O Príncipe* eram convictos de que Maquiavel considerava a política e a ética como dois mundos separados, que não se regiam pelo mesmo código¹⁷⁷. A política para Maquiavel era o campo no qual o político não tinha nenhum choque traumático de consciência; tudo era válido para conquistar e manter o poder. O príncipe não precisava se pautar por nenhuma ética; poderia violar ou abandonar o dever moral cristão sem nenhum problema para alcançar seus objetivos de poder. A ética cristã para Maquiavel seria, por assim dizer, própria do súdito e inaplicável à política. Contudo, para esses pensadores não existia distinção entre a ética dos súditos e a ética da política. Deus era fonte dos padrões éticos. A ética cristã impunha práticas da vida no Estado e o governante deveria estar mais preocupado com sua salvação eterna, com o sacrifício de todas as vantagens mundanas e ser livre de buscar a glória terrena.

Maquiavel representa o rompimento com o mundo medieval. Obviamente seu pensamento vai esbarrar na Europa Cristã, principalmente na França, Inglaterra e Espanha. O nome de Maquiavel foi incluído no *Index* na lista dos autores cujos livros e todos os escritos são proibidos¹⁷⁸. As primeiras leituras colocam o florentino como o pensador que

¹⁷⁷ ESCOREL, Lauro. Ob. Cit. Pág. 163.

¹⁷⁸ CORTINA, Arnaldo. Ob. Cit. Pág. 169: *õO õIndexõ decretado durante o Concílio de Trento dividiu os livros proibidos em três grupos. No primeiro, condenam-se todos os autores que õex professo errasse depraehensi suntõ (que foram entendidos ter errado deliberadamente); no segundo, incluem-se os autores cujos livros õquod vel ad haersim, vel ad aliquod praestigiose impietatis genus, vel omnino ad inttollerabiles errores subinde alicere satis expertum estõ (que foram escritos ou para uma seita ou para algum tipo prestigioso de impiedade ou, frequentemente, para aliciar completamente a erros intoleráveis); no terceiro, agrupam-se os livros que õad incerti nominis haeretices confecti, pestilentissimis doctrinis respersi sunt (escritos por heréticos de nomes incertos que foram inundados por doutrinas muito perniciosas). Segundo o õIndexõ, seriam ainda punidos*

separou a ética da política, na medida em que ele propunha uma conduta que não se pautasse por nenhum valor, nenhuma virtude. A condenação ética da obra de Maquiavel baseava-se no fato de que ele teria defendido que um príncipe poderia executar qualquer tipo de ação para atingir seu fim último, que é conquistar o poder e mantê-lo, mesmo que, para isso, tenha que se colocar contra os dogmas da Igreja. Maquiavel teria afastado o julgamento moral que o político tinha que ter no direcionamento de suas ações para conseguir todos seus objetivos. Foi considerado o defensor da política na qual os fins justificam os meios. A política, então, era uma carência de ética. Ou, talvez, fosse a ética uma carência de política, sendo a ética valorizada positivamente. À política caberia o papel negativo, daquilo que pode ser a lei do mundo, mas não tem valor próprio.

O termo *maquiavelismo* passou a ser definido nos dicionários como sinônimo de *astuto*, *velhaco*, *ardiloso*, levando o vulgo usar *maquiavélico* para qualificar a ação livre de um compromisso ético, orientada simplesmente para busca de poder¹⁷⁹.

Não só Maquiavel foi considerado o pensador que propunha a ação política antiética e imoral, como ele próprio foi tido como uma pessoa má. Louis Gautier Vignal¹⁸⁰ entende que o *maquiavelismo* político passou a ser não apenas uma disposição de caráter, mas também os meios que se devem empregar para conquistar e conservar o poder. Essas expressões pejorativas sobreviveram, de certa forma, incólumes no tempo e no espaço, apenas alastrando-se da cena política para o cotidiano. E foi o que popularizou Maquiavel, levando a criação da frase erroneamente atribuída a ele de que os fins justificam os meios.

O *maquiavelismo* vai servir a todos os ódios, metamorfoseia-se de acordo com os acontecimentos, já que pode ser apropriado para todos os envolvidos em disputa. Passou a ser uma forma de desqualificar o inimigo, apresentando-se sempre como a encarnação do mal. Personificou a imoralidade, o jogo sujo e sem escrúpulos. Foi um mito

com excomunhão latae sententiae (abrangente) todos aqueles que, possuindo livros proibidos, não os entregassem aos inquisidores. Logo após os decretos que marcavam a punição dos livros heréticos, aparecia uma extensa lista de nomes em ordem alfabética. Na letra N, em 14ª lugar, aparecia o nome de Nicolaus Machiavellus, incluído na primeira lista, a dos auctores quorum libri & scripta omnia prohibentur (autores cujos livros e todos os escritos são proibidos).

A inclusão de Maquiavel no Index foi sua mais drástica leitura negativa. A partir desse período os termos maquiavelismo e maquiavélico passaram a ser utilizados em diversas línguas, sempre associados à ideia do mal.

¹⁷⁹ BATH, Sérgio. *In Maquiavel um seminário na política: Traduzindo Maquiavel*. Pág.11

¹⁸⁰ VIGNAL, Louis Gautier. *Maquiavelo*. Pág.99.

que sobrevive independentemente do conhecimento do autor ou da obra onde teve origem. Não há tirano que não tenha sido visto como inspirado por Maquiavel¹⁸¹.

Não se pode desejar apresentar todas as possíveis recepções negativas e que contribuíram para má-fama de Maquiavel, pois são muitos os autores que criticaram o florentino ao longo dos séculos. E também é desejável evitar o efeito colcha com o acúmulo de comentadores. O que se pretende é demonstrar, em linhas gerais, que as primeiras críticas e que permaneceram por muitos anos, acusavam Maquiavel de romper com a ligação íntima entre a política e a ética¹⁸². Serão apresentadas algumas leituras cruciais que mostram a política de Maquiavel como contrária à ética por não se importar e até mesmo incentivar a prática da conduta má, bem como com as consequências do agir (o mal poderia ser praticado independentemente da salvação da alma); qualquer ação seria válida para manter o poder. Em seguida, será rejeitada a interpretação de que para o florentino a política fosse antiética ou imoral.

Durante o século XVII, na Inglaterra, Maquiavel assume a força de um mito diabólico. O cardeal Pole (1500-1558) foi o primeiro a denunciar Maquiavel e por muitos é considerado o propulsor da má fama do florentino. Pole, antes de ser cardeal, era um admirador do Rei Henrique VIII. Quando o Rei Henrique VIII quis se divorciar de sua esposa e não obteve a permissão da Igreja Católica, se separou dela e fundou a Igreja Anglicana. Pole foi obrigado a deixar a Inglaterra e se refugiar na Itália, depois disso, seus dois irmãos foram presos e sua mãe decapitada, acusada de traição ao rei. Na Itália, além de cultivar o ódio por Henrique VIII e Cromwell, Pole também odiou Maquiavel. Ao conhecer *O Príncipe*, o cardeal escreveu a *Apologia* que contribuiu muito para criar a lenda do florentino¹⁸³.

O seu ódio teria começado no momento em que ele teve a primeira notícia da obra de Maquiavel. O ministro Cromwell o teria procurado para consultar em privado sobre o problema do divórcio do Rei Henrique VIII. Começou perguntando como Pole pensava que os conselheiros do rei deveriam agir. E ele respondeu que eles deveriam dar conselhos que conduzissem o rei ao caminho da honra segundo as leis da razão (leis divinas) e da virtude cristã. O ministro teria observado que aquelas eram belas noções para escola e para os seus pupilos, mas teriam pouco valor nos gabinetes do rei; muitas vezes, o príncipe não

¹⁸¹ WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da Política*. Pág.24.

¹⁸² BIGNOTTO, Newton. *A Má Fama na Filosofia Política: James Harrington e Maquiavel*. Pág. 176.

escutava seus conselheiros políticos e ocultava seus interesses sob uma òjaquetaö de aparências diferentes.

O ministro também teria dito que ao príncipe era conveniente utilizar o nome da religião, da justiça e de outra virtude; mas seria certo que as verdadeiras intenções do rei não eram definidas pelos seus conselheiros e que a eles bastaria descobrir seus propósitos e ajudá-lo a ter sucesso neles, sem romper aparentemente com a religião, de modo que o conselho tivesse sucesso em conciliar a aparência da virtude com os interesses essenciais do Estado. Pole diz em sua obra que, para não contrariar o ministro diretamente, salientou que essas máximas poderiam ser utilizadas por Nero para justificar o assassinato de sua mãe. Cromwell teria sentido culpa, mas teria dito ao cardeal que ele tinha pouca experiência na vida pública e que era acostumado a ler essas coisas nos livros escolásticos, mas que se ele quisesse, poderia aprender em outro livro baseado mais na experiência do que em especulações¹⁸⁴. Este livro seria *O Príncipe* de Maquiavel¹⁸⁵.

É certo que Pole contribuiu para a (má) fama de Maquiavel. Giuseppe Prezzolini traz a tona uma história curiosa¹⁸⁶. John Legh, um òvagabundoö de muitos países, teria passado alguns anos na Itália e depois retornado à Inglaterra onde foi preso e interrogado. Durante o interrogatório, ele teria dito que esteve em um almoço em Roma com o cardeal Pole (que naquele momento era chefe de um hospício¹⁸⁷), que informou aos presentes que a história de Nicolau Maquiavel já havia envenenado à Inglaterra, todo o cristianismo e

¹⁸³ PREZZOLINI, Giuseppe. *Machiavelli Anticristo*. Pág.271. Renato Janine Ribeiro também destaca este papel demoníaco atribuído por esta obra do Cardeal Pole em *O retorno do bom governo*. In *õÉticaö*;

¹⁸⁴ Idem. Pág. 273: *õCe n'è uno di acutissimo scrittore moderno il quale non há pubblicato i propri sogni, come Platone, e su quelli redatto um piano di Repubblica, che dopo tanto tempo non era mai stato possibile tradurre in pratica, ma aveva (invece) formulado massime e osservazioni, delle quali l'esperienza quotidiana conferma la verità; e che se glie ne avessi dato il permesso , e promesso di legger quel libro, me lo avrebbe mandatoö*

¹⁸⁵ RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. Pág. 304: *õReginald Pole, em sua õApologia a Carlos Vö, atribui a Cromwell a tese de que um rei está acima da lei, assim como da distinção entre certo e errado; o conselheiro deve estudar õaonde tende a vontade do príncipeö, captando até os seus desejos ocultos, em vez de moderá-lo. Segundo Pole, Cromwell era discípulo de Maquiavel. (...) Elton, admirador de Cromwell, desqualifica os dois últimos relatos: à época da suposta conversa com Pole, o õPríncipeö ainda não fora impresso (p.199); além disso, poucos meses antes de sua õApologiaö, Pole tivera sua família dizimada a mando do rei e de Cromwell (p. 195 et seq.); cardeal, primaz da Inglaterra sob o reinado de sua prima Maria I, Pole não era testemunha confiável para avaliar o artesão da Reforma inglesaö.*

¹⁸⁶ PREZZOLINI, Giuseppe. Ob. Cit. Pág. 275.

¹⁸⁷ Na realidade, no século XVII os hospícios proliferaram e não só tratavam os doentes mentais como todas as outras pessoas que eram marginalizadas.

que ele havia feito de tudo para colocá-lo no esquecimento. O ódio de Pole e a atribuição que ele faz a Maquiavel de ser aquele teórico que inspirava o fenômeno diabólico de um príncipe tirânico, vão auxiliar a criação do mito maquiavélico. Pole acusou o florentino de ser o conselheiro dos tiranos como Cesar Bórgia. Ele seria o mentor de ações políticas más, responsável pela conspiração na Inglaterra. Para Pole, Cromwell não teria feito o que fez se não tivesse lido Maquiavel. Pole foi um dos poucos que expôs a doutrina maquiavélica com uma boa consciência e maior precisão do que aqueles que iniciaram o ataque. O que ele não admitia era a ação política em absoluta contradição com catolicismo. A prática política proposta pelo florentino estaria em oposição aos ideais cristãos. De certa maneira, o ódio de Pole representa o ódio dos católicos; era na verdade uma animosidade política. Em seu tempo, a ação política nada mais era do que uma ação cristã, e não podia ser diferente disso.

Ainda na Inglaterra, não somente os políticos, religiosos e os filósofos, mas também uma grande parte dos poetas ingleses teve a sua parcela na propagação do mito de Maquiavel. A maioria dos elisabetanos, tanto dramaturgos como eruditos, o considerava como o homem inspirado pelo diabo para levar os homens à sua ruína, o grande subversivo, o professor do mal, o inspirador da Noite de São Bartolomeu e o original de Iago. Era o ãMaquiavel assassinoö, cujo nome acrescenta um novo ingrediente à figura mais antiga de *Old Nick*. Ou seja, não só a ação política que Maquiavel defendia era má como ele próprio passou a ser considerado uma pessoa demoníaca.

Maquiavel foi citado nas peças de Marlowe, Ben Jonson, Shakespeare, Webster, Beaumont e Fletcher. A expressão ãmaquiavelismoö passou a significar a encarnação da astúcia, da hipocrisia, da crueldade e do crime. Shakespeare no monólogo de Ricardo, duque de Gloucester, na parte III de Henrique VI, mostra este sentimento¹⁸⁸:

¹⁸⁸ CASSIER, Ernest. *O Mito do Estado*. Págs. 135-136: *õQue Ricardo III falasse de Maquiavel, era, certamente, um anacronismo; mas dificilmente seria notado por Shakespeare e pelo seu auditório. Porque quando Shakespeare escreveu sua peça o nome de Maquiavel tinha quase perdido a sua individualidade histórica. Era utilizado para descrever um tipo de pensamento. Mesmo mais tarde, a palavra ãMaquiavelö ou ãmaquiavelismoö era sempre rodeada com uma aura demoníaca de ódio e abominaçãoö*. Nesse sentido, Carlos Roberto Ludwing entende que a distorção da obra de Maquiavel na Renascença inglesa pode ter alterado, de algum modo, a percepção sobre os vilões no teatro elisabetano. Poderia se perguntar se as concepções distorcidas da obra do pensador italiano podem ter funcionado como um elemento para acentuar os traços de vilania, a reação e a percepção do público sobre esse traço podem ter sido unívocas. Quanto ao caráter maquiavélico em Shakespeare, as tensões são acentuadas não porque apresenta traços planos, unívocos e caricaturais, mas porque altera a profundidade das dimensões do mal de seus heróis.

*ÕPorque posso sorrir e matar sorrindo,
E gritar contente aquilo que alfige o meu coração,
E umedecer a minha face com lágrimas artificiais,
E afeiçãoar o meu rosto a todas as circunstâncias,
Afogarei mais marinheiros do que a sereia;
Matarei mais basbaques do que o basilisco;
Falarei tão bem como Nestor,
Enganarei mais astutamente do que Ulisses;
E, como Sínon, tomarei outra Tróia.
Posso acrescentar cores ao camaleão,
Mudar de formas como Proteu quando me convier,
E dar lições ao mortífero Maquiavel*¹⁸⁹

Shakespeare falou de Maquiavel para descrever um tipo de pensamento de ódio e abominação¹⁹⁰. Na obra *Emilia Galloti*, de Lessing, o ministro e conselheiro do príncipe, Marinelli, personifica ainda muitos traços desse pensamento: *ÕNão bastaõ, exclama o príncipe no final da tragédia de Lessing, õque os monarcas sejam homens? Devem os diabos disfarçar-se nos seus amigos?*¹⁹¹. Em suma, a dramaturgia inglesa idealizou o maquiavelismo como algo diabólico.

Na Península Ibérica, desde o começo, houve oposição à política trazida pela obra de Maquiavel. Os opositores de Maquiavel são filósofos, políticos, diplomatas e religiosos. Os problemas políticos e morais suscitam uma leitura que se estende por parte do século XVI e todo o século XVII¹⁹². As circunstâncias políticas eram fecundas para a fundamentação de uma doutrina antimaquiavélica. Em todo o continente europeu, foi em Portugal e na Espanha que o poder político se estabilizou mais cedo, afastando contendas religiosas e acolhendo fortemente a religião católica. Os hispânicos consideravam-se paladinos do catolicismo depois de muitos séculos de luta com os mouros. As duas nações fortificaram a unidade moral cristã e se empreenderam nas cruzadas. Nesses dois países, a ação política era inconcebível se não fosse pautada pela ética cristã.

¹⁸⁹ Carlos Roberto Ludwing explica em sua tese de mestrado *ÕTensões políticas e psicológicas em Macbeth e no drama de Shakespeare*õ que muitos críticos afirmavam que Skakespeare conhecia a obra de Maquiavel e que assimilou o caráter maquiavélico em muito de suas peças, como õRichard IIIõ, õHamletõ, õMacbethõ e õMuito Barulho por Nadaõ. No entanto, Skakespeare conhecia *O Príncipe* não através de uma leitura direta do pensador italiano, mas através das peças de Marlowe. Para Fluchère, ele poderia ter lido no máximo o *Discours contre Maquiavel*, escrito por Innocente Gentillet, em 1576.

¹⁹⁰ CASSIER, Ernest. Ob. Cit. Págs. 135-136.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² TABORDA, Vergílio. Ob. Cit. Pág. 56.

Ademais, nos dois países havia uma forte tradição escolástica, com a volta ao passado para as doutrinas filosóficas da Idade Média. Os princípios da escolástica encontram ecos na alma nacional; a ideia predominante era de que os reis e os súditos tinham a consciência de que o monarca representava a nação e que estava acima dela. Assim, os príncipes são adorados, não havendo exemplos de atentados contra suas pessoas. É esse cenário que a obra de Maquiavel vai ser lida pela primeira vez. E defendendo a fé em todos os campos, a península ibérica não deixaria de fazê-la também na política. O maquiavelismo vai ser visto como a política nova, pagã, realista e que precisa ser combatida.

Na Espanha, realmente surge uma doutrina antimachiavélica. Há uma forte reação contra o maquiavelismo durante o reinado de Felipe II. Muitos escritores combatiam ao maquiavelismo por não aceitarem que o príncipe não servisse de verdade a religião nas suas ações. Assim como aconteceu na Inglaterra, não apenas as ações políticas foram criticadas, como também Maquiavel foi visto como um homem mau e ministro de Satanás. Na Espanha, permanecia a ideia de que a concepção moral deveria dominar a concepção da política. Para os católicos, o Estado existe para manter a vida religiosa do homem e não para ser um fim em si mesmo.

Os jesuítas propunham um programa cristão de governo, oposto àquilo que era considerado machiavélico. O jesuíta Pedro de Ribadeneyra (1527-1611)¹⁹³ foi um dos primeiros escritores na península ibérica a criticar o autor florentino. No seu *Tratado de la Religión y Virtudes*, o católico se opõe a política machiavélica criando um ideal de um príncipe cristão. Essa obra não era uma dissertação escolástica: era uma oposição a Maquiavel e uma louvação da religião católica. Maquiavel é visto como um homem sem fé e a sua doutrina é considerada como uma água que nasce de uma fonte contaminada, turva e pestilenta. O florentino é tido como o fundador do princípio dos fins que justificam os meios, aconselhando os príncipes a desprezarem a lei de Deus para só olharem seus interesses. O que se tinha era o ideal do príncipe cristão, que tem seus atos pautados segundo o Evangelho; a política do interesse deveria ser substituída pela política de Deus. Somente os príncipes piedosos recebem de Deus a recompensa em bens temporais. O fim do governo, a felicidade na terra, está em Deus e na vida eterna. O governo do jesuíta espanhol é patriarcal, parecido com o que defendia os doutrinários da época, colocando o governante como pastor dos

¹⁹³TABORDA, Vergílio. Ob. Cit. Pág. 65.

súditos. O príncipe deveria sempre lembrar que é discípulo de Jesus Cristo e, por isso, deve ser simples, clemente, casto, misericordioso e exemplo vivo de todas as virtudes evangélicas.

Outro espanhol que se opôs ao pensamento de Maquiavel foi o jesuíta Juan de Mariana (1535-1624)¹⁹⁴. Ele já não concordava com o modo como o florentino concebia a formação do Estado; seria impossível imaginar uma sociedade humana organizada sem mencionar Deus ou a Providência Divina. Deus orientava a conduta dos súditos e dos príncipes. Para ele, Maquiavel defendia que a organização do Estado era oriunda da força humana, sendo que seu núcleo era mantido pela astúcia de um único homem, mais potente que os demais. Para Mariana, o príncipe proposto pelo florentino somente se preocupa com ele próprio e seu poder, sem se importar com o que realmente interessa que era a salvação da alma e a vida eterna.

O jesuíta espanhol Baltasar Gracian (1601- 1658)¹⁹⁵, em seu *Oráculo Manual* (1648), trata Maquiavel como um ôcharlatão de praçaô, um ôfalso políticoô que dá de beber seus falsos aforismos aos ignorantes, aforismos estes que não passam de imundice e pecado; o florentino seria um mestre do jogo de palavras que agradavam não ao Estado, mas ao estável. Ele não podia aceitar o mal como meio de ação e tão pouco o pessimismo humano trazido por Maquiavel.

Já o autor espanhol Quevedo (1580-1645)¹⁹⁶, em sua obra *Sonhos*, acredita que os príncipes deveriam imitar antes de tudo e acima de tudo Jesus Cristo, que desceu a terra e lhes ensinou a política da verdade e da vida. Os príncipes que não se pautavam pela moralidade cristã, eram diabólicos e se perdiam na crueldade e na ambição, sendo o inferno seu caminho natural. Um dos principais escritores do século 17, D. Diego de Saavedra Fajardo (1584-1648), cavaleiro da ordem de Santiago, do Conselho das Índias e embaixador do Rei católico Felipe IV¹⁹⁷, condenou severamente a política ensinada por Maquiavel. A doutrina maquiavélica só teria servido para fazer proliferar tiranos. E os príncipes se perderiam não por não saberem ser maus, mas por não conseguirem manter por muito tempo a sua maldade. Os crimes se emendariam uns nos outros como elos de uma cadeia, a qual acabaria por derrubar o próprio tirano. Para ele, o governo se sustenta pela virtude cristã, não pelo vício. E se algum príncipe virtuoso se perdeu, foi porque não soube ser bom e seguir a

¹⁹⁴ PREZZOLNI, Giuseppe. Ob. Cit. Pág. 348.

¹⁹⁵ Idem. Pág.357.

¹⁹⁶ TABORDA, Vergílio. Ob. Cit. Pág. 78.

¹⁹⁷ Idem. Pág. 90.

ética cristã. Para ele, as ações do príncipe devem ser julgadas pelos mesmos critérios que se julgam uma ação particular, isto é, de acordo com os princípios cristãos.

Já em Portugal, a ética e a política eram os principais temas dos escritos dos séculos XVI e XVII. Assim como na Espanha, a literatura portuguesa foi muito influenciada pelo espírito escolástico. A ciência política girava em torno da educação dos reis, com regras morais e políticas. Após a obra de Maquiavel, também foi criada uma doutrina antimachiavélica, no sentido de que coloca a religião e moral em primeiro plano. Mas poucos foram os que escreveram com o propósito de combater o autor de *O Príncipe*.

Um deles era Osório, bispo de Silves¹⁹⁸, que publicou o *De nobilitate christiana*, dedicado ao infante D. Luis, filho do Rei D. Manuel. Nele, encontra-se a refutação de Maquiavel. Sua ira se volta principalmente ao suposto argumento de que para o autor florentino o cristianismo enfraqueceu o mundo, exaltando algumas qualidades da humildade tais como resignação e renúncia, ao invés da religião antiga que formava homens em um ideal de glória. Entende ele que Maquiavel pensava que a religião cristã acabava com a grandeza da alma em que tanto se distinguiram os antigos; e imputava à religião cristã a ruína do Império Romano. Para ele, uma religião que ensina o pudor, a paz, a justiça e o amor não pode dissolver um Estado. Os valores cristãos seriam totalmente compatíveis com os valores necessários à defesa da pátria e ao governo dos súditos.

O jurista e político português do século XVII, Pedro Barbosa Homem¹⁹⁹, escreve contra Maquiavel em *Os Discursos jurídicos e a verdadeira razão do Estado*, publicado em Coimbra em 1626. Na última parte de sua obra, há uma análise da política contrária ao que Maquiavel teria defendido. Na literatura política dos séculos XV e XVI, a razão do Estado correspondia à ciência ou prudência política: eram as qualidades que o governante deveria ter para manter e conservar os Estados que governava ou para engrandecê-los. Para o autor português, no final do século XVI e início do século XVII, surge uma razão de Estado verdadeira, que se confunde com a prudência civil e que é ligada a moral e a justiça; qualquer outra razão de Estado é falsa, pois se aplica ao conceito de utilidade e serve para o governo justificar seus atos que de outro modo não saberia justificar.

O maquiavelismo de *O Príncipe* seria a expressão máxima da razão de Estado falsa, na qual o conceito de utilidade se sobrepõe à moral e ao interesse público. Essa

¹⁹⁸ TABORDA, Vergílio. Ob. Cit. Pág. 78.

¹⁹⁹ Idem. Pág. 127.

razão do Estado seria utilizada pelo governante para justificar a adoção de medidas extraordinárias diante de situações extremas. Era uma razão de Estado que não poderia ser imputada a Maquiavel; ela já tinha raízes na antiguidade clássica e seriam facilmente encontradas na Itália, onde as circunstâncias políticas e sociais explicavam a necessidade de apresentar o maquiavelismo tal como fora apresentado.

Desta maneira, existiriam duas razões de Estado: a régia, que era cristã, católica, justa, humana e legítima; e a tirânica, que, por sua vez, era pagã, despótica e leonina. Para alguns, essa segunda razão do Estado seria ateia ou herege. Por isso, a primeira seria justa ou verdadeira, utilizada para designar a prudência política. E Maquiavel seria o expoente da segunda razão. O autor florentino defenderia que para conservação do Estado é lícito, honesto e santo tudo que em outra ocasião poderia ser ilícito e abominável. A ação do príncipe não tem nenhum escrúpulo de fé divina e humana. A única solução para o autor florentino seria a fogueira²⁰⁰. Para o autor português, o florentino escreveu monstruosidades dignas de antigos hereges; se o príncipe pautasse sua conduta pelas lições maquiavélicas, não haveria profissão tão sórdida como a dele no mundo. Portanto, o príncipe só poderia pautar sua conduta pela moral cristã e não pela sua utilidade. Em resumo, o príncipe seria guiado por Deus e suas ações traduziriam a justiça. Todos os meios adotados seriam autorizados pela lei divina. E o príncipe não pode em nenhuma circunstância diminuir sua qualidade de cristão e nenhum motivo vai afastá-lo do caminho da justiça. Eis, assim, o motivo apontado para discórdia com Maquiavel²⁰¹.

Na França, o primeiro a confrontar Maquiavel foi Inocêncio Gentillet²⁰². Gentillet acusa a doutrina maquiaveliana de ser a responsável por instigar a ãNoite de São Bartolomeu, o massacre político na qual Catarina de Médici se libertou de uma minoria protestante hostil à concentração da força política na monarquia central francesa. Gentillet seria o primeiro inimigo protestante de Maquiavel e assim como o cardeal Pole, teve muita influência no desenvolvimento do mito do florentino. O autor francês aponta Maquiavel como o responsável por colocar na mente da Catarina de Médici o plano do massacre e de ter

²⁰⁰ TABORDA, Vergílio. Ob. Cit. Pág. 135: *õE seria eu sempre favorável por voto ó que em semelhantes pontos deixados em todos os argumentos, o negócio se tomasse logo, com as pessoas dos argumentadores, provendo-lhes a tempo; ao primeiro ãvômitoõ de suas heregias fosse alguma cátedra ou livro: o segundo, nunca, jamais, poderia ser senão em meio a uma fogueiraõ.*

²⁰¹ Ibidem. Pág. 135: *õE com a acostumada consciência ampla (Maquiavel), permite ao Príncipe Cristão, meios torquês: eu tendo diante dos olhos a limitação católica, ao Príncipe Cristão não se pode conceder meios que não sejam cristãosõ.*

²⁰² PREZZOLINI, Giuseppe. Ob. Cit. Pág.279.

introduzido na política francesa idéias estrangeiras (italianas). A doutrina maquiavélica permitiria comparar Cesar Bórgia aos dominadores da França, como Carlos Magno e Luís XI, o traidor, considerado um genocida de populações e classes sociais. Gentillet creía que Maquiavel fez tábua rasa dos direitos naturais ao acreditar que o homem sempre age com má-fé e que não procurava esconder traços evidentes de manipulação. O livro de Gentillet foi traduzido para o inglês em 1602 e teve imensa influência sobre a opinião pública inglesa, considerando ele como o grande inspirador das citações maléficas de Maquiavel nas obras de poetas como Shakespeare²⁰³.

Em solo francês, a origem do pensamento antimaquiavélico pode ser explicada pela rivalidade com a Itália: Maquiavel foi considerado o estrangeiro que traz um novo sistema político para a França. Como visto, Catarina de Medici foi acusada de ter trazido o pessimismo italiano para as cortes francesas com a inspiração de Maquiavel.

O príncipe Frederico II publicou em 1740, sob os auspícios de Voltaire, o livro *Anti-Maquiavel*. Essa obra foi escrita por um príncipe que no ano mesmo de sua publicação chegaria ao poder na Prússia e, curiosamente, agiu em relação aos seus inimigos de modo ômaquiavélico. O livro não possui grande valor teórico, mas é uma boa fonte para se compreender a recepção negativa que a obra do secretário florentino suscitou, sobretudo nos capítulos nos quais ele analisa a relação da ética com a política. Frederico II chega a dizer que se trata de uma das obras mais perigosas que já foram difundidas, ensinando o que os príncipes não deveriam fazer²⁰⁴.

Para Frederico II²⁰⁵, as afirmações de Maquiavel em *O Príncipe* são inadmissíveis, pois, no seu entender, um príncipe deve ser sempre bom e virtuoso, um modelo de homem que, assim, inspirará respeito em seus súditos. Os perigosos conselhos de Maquiavel levariam os homens à prática de atos condenáveis. O príncipe que comete vícios teria muito mais chances de ser traído, quer por seus auxiliares quer pelo povo, do que aquele que reina sob os princípios da bondade e da humanidade para com seus semelhantes. A

²⁰³ São paradoxais a recepção inglesa e a francesa de Maquiavel. Como visto, para Pole o florentino teria inspirado a Reforma henriquina, ou seja, ele teria colaborado para o desligamento da Igreja com o papado. Já na recepção francesa, Maquiavel é apresentado como o inspirador do massacre dos huguenotes. RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. Pág. 305: *ÔÉ interessante notar, a contrário, que na França são os huguenotes que começaram a denuncia do ômaquiavélico, nome que aplicam a Catarina de Medicis e seus conselheiros, depois do massacre de S. Bartolomeu*.

²⁰⁴ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Pág. 31.

²⁰⁵ CORTINA, Arnaldo. Ob. Cit. Pág. 185.

bondade sempre seria uma virtude e não um sinal de fraqueza. Não poderia ser aceito que o príncipe devesse simular todas as qualidades se quisesse manter-se no poder²⁰⁶. Segundo ele, em algum momento essa imagem iria desfazer-se, porque uma pessoa não consegue representar o que não é o tempo todo; os príncipes teriam que ser vistos como pessoas humanas capazes de cometer erros e acertos.

Na visão de Frederico, o texto de Maquiavel dá maus conselhos aos príncipes, os perverte em vez de instruí-los. Por meio de *O Príncipe*, Maquiavel influenciaria os governantes a seguirem o caminho do mal. Frederico defende a proposta de que o bem provoca o bem. Ele chama a atenção dos governantes para a importância de serem bons e humanos. Na verdade, defende que o comportamento deles seja um modelo para o súdito; o príncipe será venturoso se puder destruir inteiramente o maquiavelismo do mundo.

No pensamento moderno, também há autores que viram um Maquiavel imoral e antiético. Virgílio Taborda²⁰⁷ aponta que na teoria do pensador florentino, a moral não pode estar na política. Para Maquiavel, ao governante somente o fim lhe interessava. Já Giuseppe Prezzolini²⁰⁸ entende que Maquiavel é o pensador mais anticristo de seu tempo. A moral maquiaveliana faz com que a ação operada observando a moral cristã deixe de ser vista como grandiosa; um grande delito não será mais um delito, mas uma ação famosa. Uma reta não será mais uma reta, mas uma curva em um mundo curvo. Para ele, foram raríssimos os pensadores da época de Maquiavel que não aceitaram a moral cristã como a mais alta e bela do mundo; o florentino possuía um anticlericalismo político. Nos seus escritos políticos não haveria o senso do pecado, da caridade e tampouco de amor ao próximo. Sua história se desenvolveria independente da vinda de Cristo na terra, que foi responsável pelo engrandecimento do espírito humano e pela queda do Império Romano. Esse seria o ponto importantíssimo para se considerar quando se deve julgar se um pensador é cristão ou não. Para um pensador cristão, a história é dividida em duas partes: antes e depois da vinda de Jesus Cristo. Quem escreve a história sem levar em conta essa transformação da humanidade não é um cristão. Os estudos de Maquiavel se fundamentariam na implicabilidade da moral cristã na vida política.

Dessa forma, tudo seria lícito para a saúde da pátria e ela deve ser defendida de qualquer modo. Assim, Maquiavel aprovaria o uso de vias extraordinárias, isto é de meios

²⁰⁶ CORTINA, Arnaldo. Ob. Cit. Pág. 187.

²⁰⁷ TABORDA, Virgílio. Ob. Cit. pag. 11.

²⁰⁸ PREZZOLINI, Giuseppe, Ob. Cit.. Pág.30.

ilegais, rebeliões, assassinatos, etc. A ação política assim pode contornar os escrúpulos morais, romper com a legalidade e derramar sangue. Maquiavel seria o defensor de que somente o grande homem tem a capacidade de agir tomando sobre si toda a responsabilidade por violações éticas que essa ação envolve; apenas ele suportaria os pecados do mundo ou pelo menos os pecados civis. Se necessário, iria se manchar de sangue e assumir o peso desse pecado. Só um homem capaz de pecar, cristianamente falando, mas com bom senso político, seria capaz de fazer o bem comum, mesmo arriscando perder a própria alma.

Em outra leitura, *O Príncipe* teria trazido a teoria do sucesso político a qualquer preço²⁰⁹. O desejo de obter ou de manter o sucesso estaria dormente em quase todos os homens. Todos os homens estariam, portanto, dispostos a admitir que qualquer meio é bom, desde que sirva para seu fim. Maquiavel teria demonstrado de forma lógica e sóbria a necessidade da intriga, da crueldade e mesmo do crime, como meios indispensáveis do êxito político. O êxito político era o fim que os governantes almejavam, pouco importando como seria obtido, desde que fosse mantida uma aparência de respeitabilidade.

Portanto, por tudo que foi exposto, Maquiavel estaria denunciando uma política em que os fins políticos só podem ser alcançados por meios moralmente maus, divorciando, assim, ela da ética²¹⁰. A política seria um campo sem valores, sem qualquer regra ou conduta, onde se pode livremente praticar o mal. Maquiavel teria sido o único pensador político cujo nome entrou para história para designar um tipo de política que existe e que seguirá existindo qualquer que seja sua influência, uma política guiada exclusivamente por considerações de conveniência, que emprega todos os meios, justos ou injustos, o acerto ou o veneno, para alcançar seus fins; sendo seu fim o engrandecimento da própria pátria, mas também colocando a pátria a serviço do engrandecimento do político ou do próprio partido²¹¹.

Nessa visão, Maquiavel seria realmente um homem mal, pois somente um homem mal pode ensinar máximas de público e privado gangsterismo; ele teria pensado a política e o agir politicamente de maneira malévola. Maquiavel teria proclamado abertamente e de maneira triunfal uma doutrina corrupta, que antigos escritores ensinavam que deveria ser

²⁰⁹ SFORZA, Carlos. *O pensamento vivo de Maquiavel* Págs. 135-136.

²¹⁰ CROCE, Benedetto *Elementi di Política*. Pág. 64. Contudo, contrário a outros pensadores, Croce acredita que Maquiavel se sentia desconfortável com essa ação política e lamentava o fato destas decisões serem politicamente inevitáveis.

²¹¹ STRAUSS, Leo. Ob. Cit. Pág. 287.

repugnada. O florentino teria sido o único autor a proferir uma doutrina maligna em um livro e em seu próprio nome²¹².

Contudo, pela leitura de *O Príncipe*, essa interpretação pode ser rejeitada. Realmente Maquiavel representou o rompimento com um modelo medieval de ver a política como extensão da moral. É o rompimento com uma ética cristã. Não se podia imaginar um governante que não obedecesse cegamente à moral cristã ou que sua conduta não fosse pautada por uma ética cristã. O gênero literário do espelho de príncipe insistia nas virtudes ou nas qualidades de um príncipe como aspectos permanentes de um caráter reto²¹³. Um bom príncipe deveria ser também um príncipe bom. A descrição ética dessa literatura concentrava-se no ser e não no fazer, nas consequências. Para esses autores, o que deve ser era anterior e fundante em relação a o que deve fazer. Assim, a pergunta por resultados ou pelas consequências previsíveis da ação não vinha em questão, e sim a pureza das intenções antes de se agir. Nas ações orientadas por essa forma moral, o fim coincidia com o meio, isto é, partia-se do pressuposto de que o bem só pode engrenar o bem e o mal só pode dar origem ao mal. Por essa razão, a virtude deveria ser inculcada ao príncipe desde infância. Os vícios e virtudes supunham regras de condutas a serem rigidamente observadas, considerando-as como inalteráveis no tempo e no espaço e incondicionalmente obrigatórias, como se fossem normas cujo vínculo de obrigação era considerado categórico, independentes do resultado da ação.

Entretanto, ao romper com esse pensamento, não se pode dizer que Maquiavel via a política como o contrário da ética ou uma ética com sinal negativo, com deságio.

Maquiavel não propõe ao governante uma antiética, uma imoralidade. Muito menos que as ações políticas sejam guiadas apenas pela conveniência do governante e que o político deva empregar qualquer meio para alcançar seus fins. Ele não aconselha aos governantes a desrespeitarem as regras pelo mero prazer de fazê-lo. A política não pode ser um campo negativo, do óvale-tudo, dos fins justificam os meios, porque os meios tendem a colorir os fins, e, portanto, comprometer os resultados. Todos os meios só poderiam ser considerados válidos se houvesse a certeza absoluta de que os meios ótimos realmente

²¹²CHISHOLM, Robert. Ob. Cit. Pág. 56: *Devemos notar que Strauss não se satisfaz com simplesmente chamar Maquiavel de um ópreceptor do mal, mesmo que se declare estar de acordo com esse julgamento. Inúmeros críticos de Strauss parecem ter lido apenas a primeira página da óIntrodução, em vez de se darem ao trabalho de ler o livro todo, que procura apreciar o que é verdadeiramente admirável em Maquiavel através da óelevação sensata acima da óopinião simples.*

engendrariam fins õbonsö. Contudo, a experiência histórica mostra que não há esta garantia. Ou seja, a política não garante ao príncipe uma licença para que faça o que bem entender para manter seu poder. Não se pode fazer tábua rasa dos meios²¹⁴.

É verdade que ele não está interessado nas tradições da filosofia moral; contudo, ele não está cego para distinção entre bem e mal. Ao contrário, ele diz explicitamente que sempre que possível o príncipe deve pautar suas ações pela moralidade tradicional, mas deve saber fazer o que é mau quando preciso. O governante na medida do possível deveria de fato ser convencionalmente virtuoso, apegando-se ao que é certo quando pode e só se afastando das virtudes quando esta conduta foi ditada pela necessidade. O governante devem sempre pautar suas ações pela moralidade convencional se as circunstâncias permitirem. Mas deve saber quando utilizar dos vícios para obter o bom resultado²¹⁵.

O príncipe, antes de deliberar ou tomar qualquer decisão, deve levar em conta que seria melhor agir de outra forma, isto é, de modo a não merecer censura ou a não

²¹³ AMES, José Luiz. Ob. Cit. Pág. 163.

²¹⁴ RIBEIRO, Renato Janine. *Teoria sobre a ética*. Caderno Informe. Número 31: *õA boa política almeja determinados fins. No Brasil, não haverá decência enquanto não pusermos fim à miséria e à injustiça social. Quer isso dizer que todos os meios para chegar são válidos? Poderíamos responder que õsimö, mas apenas sob uma condição, que não se realiza na prática: é que tivéssemos certeza absoluta de que os meios õmausö realmente engendrariam fins õbonsö. Contudo, a experiência histórica e humana mostra que não há essa garantia ó longe disso. O grande exemplo do século XX é esse. Sabe-se que Eric Hobsbawm disse que o século XX foi um õséculo mortoö, começando com a Revolução Bolchevista de 1917 e terminando com a queda da União Soviética, em 1991: um século curto, e cujas datas de início e fim são as de começo e término do comunismo como alternativa mundial de poder. Ora, um dos traços que mais marcaram o período que vai pelo menos até a morte de Stalin, na URSS, foi a prática de sacrificar a moralidade dos meios para conseguir fins socialmente justos, e, no entanto, se notou, ao final, quando foram ejetados do poder em quase todos os países do mundo, que todo o sacrifício da moral não tinha dado em nada de positivo. Não haver democracia, por exemplo, impediu os regimes comunistas de se criticarem internamente, de evoluírem. Fez que se apodrecessem por dentro. (Penso que o maior crime político do século XX foi a invasão soviética que pôs fim à Primavera de Praga, em 1968: acabou com a grande chance de ligar o socialismo com a democracia. O belíssimo laboratório que foi a Tchecoslováquia durante alguns meses desapareceu, e com ele a única chance de um comunismo com rosto humano. A explicação dada acima é empírica: o testemunho histórico mostra que o meio compromete o fim. Mas é possível transpor essa experiência para o plano teórico. Fins não justificam os meios- porque os meios tendem a colorir os fins e, portanto, a comprometer os resultadosö.*

²¹⁵ Maquiavel. Capítulo XV: Pág. 73.õ(...) é necessário que um príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste, se lhe é possível; mas, não podendo, com menor preocupação, pode-se deixar que as coisas sigam seu curso natural. E ainda não lhe importe incorrer na fama de ter certos defeitos, defeitos estes sem os quais dificilmente poderia salvar o governo, pois que, encontrar-se-ão coisas que parecem virtude e que, se fossem praticadas, lhe acarretariam a ruína, e outras que poderão parecer vícios e que, sendo seguidas, trazem a segurança e o bem-estar do governanteö.

sofrer um juízo de reprovação do povo. Mas se é indispensável o proceder censurável, o governante, deve fazê-lo e mostrar aos súditos que aquela era a melhor alternativa²¹⁶.

O que Maquiavel ensina é que na política, a escolha entre vícios e virtudes é muito complexa; um governante terá que escolher entre valores contraditórios para definir o curso de sua ação diante das circunstâncias que aparecem. O príncipe é sábio e poderoso, no sentido maquiaveliano, quando sabe efetuar ações consideradas moralmente boas ou moralmente más, de acordo com a necessidade. Assim, a ética cristã não é suficiente para mostrar como agir na política em todas as situações. Maquiavel se mostra preocupado com o fato de que na política não existem regras fixas; agir politicamente é um trabalho criativo, sem parâmetros anteriores.

Maquiavel sabe que as ações detestáveis que violam a consciência moral do indivíduo, embora possam e devam ser cumpridas, se necessário, continuam moralmente condenáveis²¹⁷. O florentino não afirma que o ato mal passa a ser considerado bom; ele continua sendo mal, mas se não for praticado quando as circunstâncias assim exigirem, irá comprometer o resultado. Não são os fins que justificam os meios, mas sim os resultados que justificam a ação, o que não é a mesma coisa.

Na verdade, ele vai pensar em uma ética que proporciona algo que possa ser julgado bom pelos seus resultados. O governante sempre deverá pensar na consequência de suas ações, pois será julgado por ela. Ele deixa claro que os julgamentos sobre a ação política serão feitos pelos súditos. Na realidade, os próprios súditos limitam a conduta do príncipe. O príncipe tem a consciência de que se apenas praticar condutas consideradas más, causará o ódios nos governados e sua condição de governante estará ameaçada. Dessa forma, a conduta má é pontual é necessária diante das circunstâncias. Mas mais importante que isto, é criar o consenso entre os súditos de que esta era a melhor decisão a ser tomada para aquele momento. Esse assentimento em torno da ação e em torno da própria figura do príncipe é que pode ser considerado o bom efeito da ação ou o bom resultado. Como será analisada na terceira parte, esta é a ética implícita em *O Príncipe*²¹⁸.

²¹⁶ PEREIRA, Joacil de Brito. *Idealismo e Realismo na Obra de Maquiavel*. Pág. 78.

²¹⁷ AMES, José Luiz. Maquiavel, Ob.Cit. Pág. 155.

²¹⁸ CHISHOLM, Robert. Ob. Cit. Pág. 53: *“O propósito da ação política é estabelecer uma ordem coletiva estável e segura, com esse e somente esse propósito é que a tática da tirania pode ser usada sem incorrer na mera criminalidade (cf. o relato sobre Liverotto de Fermo, no capítulo VIII). Mas isso não quer dizer que Maquiavel acredita que os fins justificam os meios. Em vez disso, Maquiavel diz que quando o efeito é bom (...) ele sempre justifica a ação, o que não é a mesma coisa. A ação*

Dessa forma, a ação política em Maquiavel só poderá ser julgada pelo seu resultado. Se o autor critica a moral convencional não é por outro motivo a não ser para que ela não limite a ação do príncipe. Para o florentino, a operacionalidade da política não pode ser vista como devendo estar presa a rigores morais consubstanciadores das virtudes principescas²¹⁹. É por essa razão que Maquiavel enfatiza que a observância dessas virtudes em todas as situações pode destruí-lo, enquanto que certos vícios dos príncipes podem salvá-lo²²⁰. Assim, nem sempre o que é moral é adequado quando se está no governo. Isto permite ao príncipe agir com liberdade em face da ética cristã.

Talvez, a ideia de que o político tenha que ser ético por excelência não seja mais bem aceita como era na Europa Cristã. Aplicar uma ética da convicção ao governante é complicado. O político que somente segue a ética dos princípios, ou seja, que em qualquer circunstância segue ao pé da letra as suas crenças morais, religiosas ou políticas, dificilmente obterá êxito, apesar de a sua derrota ser nobre. Mas isso não pode dizer que ao político não lhe caiba uma ética, ou que ele seja imoral. Ele pensa na consequência de seus atos e vai responder por eles. Ao governante cabe arcar com todos os resultados. É por esse motivo que ele não pode fazer o que bem entender sabendo de sua responsabilidade. Ao agir, o governante vai abrir mão de alguns valores, mas não poderá deixar de levar em conta a consequência de suas ações.

Portanto, se o príncipe agisse o tempo todo amarrado às virtudes principescas, poderia perder seu reino, pois não teria a capacidade de atuar com flexibilidade ante as vicissitudes da política, nem de se adequar às novas situações. O que importa é o resultado da conduta do príncipe. Assim, o governante, diante das circunstâncias, terá que praticar atos que são considerados vícios para atingir os resultados almejados. Como foi analisado na primeira parte do trabalho, Maquiavel substituiu o paradigma formulado pela tradição (da formação do ser do príncipe de acordo com a ética das virtudes) por um novo paradigma, na qual o príncipe deve escolher os meios mais adequados para atingir seus resultados.

política deve ser julgada pelas suas consequências. Nem o objetivo buscado por um agente nem o valor moral inerente de um ato, nos termos da filosofia cristã ou clássica, é vital nessa avaliação. Não há problemas de mãos sujas ó a busca de bons objetivos através de meios maléficos ó há apenas bons e maus efeitos, definidos como os resultados dos atos, e não pelas intenções ou pelos objetivos dos agentes.

²¹⁹ BARROS, Vinicius Soares de Campos. *Introdução a Maquiavel*. Pág.202.

2- Maquiavel não concebe uma política amoral.

Alguns autores consideram que não se pode fazer qualquer juízo de valor ou juízo moral sobre a obra de Maquiavel. Talvez Ernst Cassirer seja o maior expoente de que a obra de Maquiavel era amoral. Para ele, o florentino não fazia qualquer juízo de valor sobre a ação política do príncipe. Ele era um técnico frio, sem compromissos éticos ou políticos; um analista político objetivo ou um cientista moralmente neutro, que apresentava a atividade política tanto ao Estado legal quanto ao Estado ilegal. Suas lições poderiam ser utilizadas tanto pelos déspotas quanto pelos libertadores, tudo sem qualquer juízo moral ou imoral do autor²²¹.

Assim como no capítulo anterior, o objetivo agora é trazer algumas considerações sobre a interpretação da obra de Maquiavel que o mantinha como o pensador que separou a política da ética. A política estaria afastada da ética não porque fosse contrária a ela, mas sim porque Maquiavel não trabalhava com a noção de bem e do mal ou com a responsabilidade pelos atos praticados. Para eles, o florentino teria sido um cientista que descreveu a ação política necessária para determinadas situações, sem fazer qualquer consideração moral sobre ela ou sobre a responsabilidade do príncipe. E, da mesma maneira, esta argumentação será rejeitada.

Para esses leitores, o príncipe estava em um ambiente inseguro, sem qualquer proteção ou garantia e Maquiavel teria descrito a ação política necessária para a proteção do governante contra todos os perigos, tal como o médico descreve os sintomas de uma doença. A diferença era que ele não louvaria e nem reprovaria estas ações políticas. O florentino reconheceu a circunstância política e destacou qual ato deveria ser praticado para aquele momento, pouco importando se os meios utilizados seriam bons ou maus. Seus conselhos seriam antídotos para conservar o poder²²².

²²⁰ Maquiavel, Cap. XVIII, pág. 85.

²²¹ CASSIRER, Ernest. Ob. Cit. Pág. 170: *“Do fato de O Príncipe não ser nem um tratado de pedagogia nem um tratado de moral não deve concluir-se que se trata de um livro imoral. Ambos os juízos são errôneos. O Príncipe não é um livro moral e nem imoral. É um livro técnico. Num livro técnico não se deve esperar encontrar regras de conduta ética, do bem e do mal. Basta-nos que nos diga o que é útil e o que inútil. Cada palavra de O Príncipe deve ser lida e interpretada dessa maneira. O livro não contém preceitos morais destinados ao governante, mas também não o convida a praticar crimes e vilezas”*.

²²² Idem. Pág. 170: *“Ele prevê os possíveis perigos que podem ameaçar as diferentes formas de Governo e prescreve os seus antídotos. Ele diz ao governante o que deve fazer para estabelecer e conservar seu mando, para evitar discórdias profundas e prevenir conspirações. (...) Ele nunca*

Sob esse prisma, Maquiavel ao escrever *O Príncipe* não teria qualquer compromisso, seria indiferente aos caminhos e meios de se adquirir e conservar o poder. O florentino estaria apenas preocupado em descrever a política como ela realmente é e não como ela deveria ser. Cassirer utiliza a metáfora do jogo de dados para dizer que Maquiavel estaria preocupado apenas no jogo pelo jogo, pouco importando quem eram os jogadores e o que eles faziam para ganhar a partida²²³.

Nesta visão, Maquiavel era um grande empírico, um cientista que os outros erroneamente tomavam como professor de moral²²⁴. O florentino teria apenas descrito a realidade italiana que tinha sob os olhos, sem tomar partido. Seu empirismo fez com que ele enunciasse uma série de regras muito gerais para a política²²⁵.

Assim, Maquiavel passa a ser interpretado por alguns como um cientista político e seus métodos poderiam ser descritos como os da ciência aplicada à política²²⁶. Por ser um cientista, suas palavras não poderiam expressar emoções ou suas atitudes, mas sim deveriam ser submetidas à prova e compreendidas em função do mundo real. Maquiavel estaria apontando um objeto de estudo claro como em todo o discurso científico. Esse objeto de estudo seria o campo da política. E o florentino delimita sua área de estudo ao apontar a política como as lutas de poder entre os homens. Assim, seria necessário conhecer o homem tal como ele é, partindo de como ele atuou na história. Maquiavel teria chegado à conclusão que os homens não aspiram uma sociedade boa ou um bem estar máximo. O que eles

reprova ou louva as ações políticas; dá apenas uma análise descritiva delas- da mesma maneira que o médico descreve os sintomas de certa doença.

²²³ Ibidem. Pág. 160: *õMaquiavel considera a luta política como o jogo de dados. Tinha estudado profundamente as regras do jogo. Mas não tinha a menor intenção de alterar ou criticar essas regras. A sua experiência política ensinara-lhe que nunca o jogo político fora jogado sem fraude, mentira, traição e felonía. Ele nem recomendava nem reprovava essas coisas. A sua única preocupação era descobrir o melhor lance ó o lance que ganha a partida. Quando um campeão de xadrez se empenha numa combinação atrevida, ou quando tenta enganar o parceiro por toda espécie de estratagemas, ficamos deliciados e admiramos a sua habilidade. Era essa exatamente a atitude de Maquiavel perante as velhacarias do grande drama político que se representava sob seus olhos. Não poderia impedir-se de dar a sua opinião. Algumas vezes admirava e aplaudia. Nunca lhe ocorreu perguntar por quem era jogado o jogo. Os jogadores podiam ser aristocratas, republicanos, bárbaros ou italianos, príncipes legítimos ou usurpadores. Isso não faz obviamente qualquer diferença para o homem que está interessado no jogo pelo jogo, e nada maisõ.*

²²⁴ MOUNIN, Georges. *Maquiavel*. Págs. 33-36.

²²⁵ Idem. Pág. 37: *õSeu empirismo leva-o a poder enunciar com vigor um certo número de regras psicológicas muito gerais que, desde õAristóteles até o Fio da espadaõ, alimentam tudo o que se escreveu sobre a psicologia do príncipe, isto é, do chefe (...). Sejam quais forem as agudezas de observação de Maquiavel, estamos longe das situações políticas reais de hoje em dia. Ainda que estas estejam ainda longe de uma seleção ideal de melhores situações, estão também pelo menos igualmente afastadas das técnicas primitivas descritas por Maquiavelõ.*

realmente querem é poder e privilégios. Partindo desta premissa, o florentino seria como um cientista que desenvolveu uma lei geral ao governante para aplicar em sua época, sustentando suas ponderações em exemplos tomados da história²²⁷.

Como um cientista, Maquiavel amaria a verdade e seria um político científico e não um psicólogo ou um moralista. Burnham o compara a Adam Smith em seu estudo sobre o *homem econômico*²²⁸. O florentino teria estudado o *homem político*. Adam Smith não se importava muito para natureza humana; ele apenas dizia que o homem, dentro de suas inúmeras atividades, ao ingressar no mercado capitalista tentar realizar o maior número de benefícios econômicos. Interessava para ele apenas quando o homem funcionava economicamente no mercado, pois o ajudaria a formular leis gerais da economia. Adam Smith, portanto, se valia de abstrações para poder generalizar sobre certo tipo de fenômenos. De certa forma, todos os cientistas procediam da mesma maneira. Newton, por exemplo, teria feito o mesmo ao introduzir na física a ideia de movimento sem fricção. O físico jamais poderia supor a existência real de suas idéias, mas partiu de abstrações para generalizar esses feitos.

Maquiavel como cientista político também teria feito o mesmo. Para o florentino não interessava o homem em si, nas suas relações familiares e pessoais. O que importava era o homem dentro do campo político, como ele funcionava politicamente e como ele reagia na luta pelo poder. Como cientista, só lhe interessaria formular leis gerais e não morais para o comportamento político. Maquiavel não estaria preocupado em saber se o agir político poderia ser considerado bom ou mau; ele queria era formular leis para uma ciência política extraídas da análise da história. Essas leis políticas ajudariam a entender por que se mudam as formas de governo ou porque uma determinada classe política foi derrotada. Maquiavel, portanto, seria um cientista que pretende escrever leis gerais para o homem político²²⁹.

Esse homem político incluiria tanto o governante quanto o governado. No primeiro grupo estariam todos os homens que ocupam ou ocuparam postos importantes, bem

²²⁶ BURNHAM, James. *Los Maquiavelistas*. Pág. 48.

²²⁷ Idem. Pág. 55: *õPode observar, ademais, que Maquiavel, para comprovar se confirmam as generalizações que formula, geralmente cita exemplos tomados de diferentes períodos da história. A razão que lhe leva a proceder assim é a de não confundir um tipo de comportamento característico de um período determinado com uma lei história geralõ*.

²²⁸ Ibidem. Pág. 57.

²²⁹ Ibidem. Pág. 59: *õPortanto, partindo do estudo dos feitos políticos, Maquiavel chegou a certas conclusões, mas estas não se referem ao homem, e sim ao õhomem políticoõ*.

como aqueles que pretendem ocupá-los. No segundo grupo, estão incluídas aquelas pessoas que não governam e nem tem capacidade para governar. Assim, a luta política estaria restrita a um pequeno grupo de pessoas, sendo todo o restante apenas passivos políticos. O segundo grupo não tem aspirações políticas e quer viver apenas sem preocupações. Os governados necessitariam de um líder, de um comandante para que os proveesse a segurança e mantivesse unido o povo. Assim, as leis gerais da ciência criada por Maquiavel forneciam embasamento para as ações pontuais do governante, a fim de que elas fossem úteis.

Cassirer além de também ver Maquiavel como cientista, o enxergava como alguém que teria escrito e desenvolvido uma teoria política que prega ações sem irresoluções e hesitações. Não há qualquer dilema e muito menos crise de consciência ao agir, pois as decisões políticas não poderiam ser dúbias e tardias; e o grande político não pensaria duas vezes em cometer crimes e atitudes reprováveis para atingir o bem comum. O grande ponto levantado por Cassirer seria julgar qual seria esse bem comum. Quem pode defini-lo? Para ele apenas o próprio príncipe pode definir o que venha a ser o bem comum. Assim, facilmente o bem comum poderia ser identificado como o interesse do príncipe. Desta forma, não seria possível fazer juízo moral da conduta do governante, pois todos os homens cometem erros e as ações são determinadas por motivos distintos. Os juízos políticos teriam a tendência de colocar extremos²³⁰. Maquiavel como cientista político não permite qualquer tipo de valoração sobre a lei ou teoria que ele apresenta. Para este comentador, ao analisar a ação política, Maquiavel não permite que seus sentimentos de simpatia ou antipatia se manifestem. A sua teoria política apenas descreveria; não poderia louvar ou condenar. Portanto, que importaria na ação política não era saber se o príncipe tem uma conduta ética, boa ou má, e sim se essa ação era útil ou inútil.

Cassirer compara a reflexão política de Maquiavel aos resultados das experiências feitas por um químico. O químico prepara em seu laboratório uma poção

²³⁰ BURNHAM, James. Ob. Cit. Pág. 62: *Quando Maquiavel chega a conclusão que nenhum homem é perfeitamente bom ou mau, não formula um juízo primordialmente moral. Em um sentido mais geral, quer dizer que todos os homens cometem faltas, quando menos algumas vezes; que não existem super-homens; pois nenhum homem é em todas as ocasiões inteligente, e que, por outra parte, ainda que estúpido, pode ter, alguma outra vez, uma idéia acertada; que os homens nem sempre são conseqüentes; que são volúveis, e suas ações podem ser determinadas por motivos distintos. Essas observações são justas, e entretanto costumam ser esquecidas no campo da ação política, que é o único que Maquiavel interessa. Ao formular juízos políticos existe a tendência de colocar extremos: o empregador, o proletariado, o povo, o partido ou o grande capitão sempre têm razão; a população ou o governo sempre estão equivocados. Este modo de pensar costuma conduzir a não poucas surpresas*

poderosa e não pode ser responsabilizado por quem vai usá-las. Nas mãos de um médico pode ser um remédio salvador, mas nas mãos de um criminoso pode ser um recurso destinado para matar. A mesma coisa se poderia aplicar na política; pouco importa quem irá empregar suas prescrições políticas e se as destinará para fins bons ou maus. O florentino não poderia ser responsabilizado por isso²³¹. Estaria afastada da interpretação de Maquiavel qualquer consideração ética, pois a pessoa pode decidir: ou leva uma vida privada inofensiva ou entra para a política e luta pelo poder e sua conservação pelos métodos mais desumanos e radicais. O que censurável no príncipe não era seus crimes e sim seus erros²³². O príncipe deve ganhar o jogo político custe o que custar. A ação do príncipe estaria, assim, atenta para adequação técnica dos meios aos fins predeterminados, sem consideração dos valores morais. O fim é que orienta a ação política, justificando quaisquer meios, inclusive os eticamente reprováveis, desde que necessários à obtenção do resultado pretendido. Seria a separação da ética com a política. Maquiavel seria o prepusor da política separada da moral e foi celebrado como o fundador da ciência política.

Alguns comentadores sustentavam que Maquiavel teria uma concepção de Estado desenvolvida como uma obra de arte²³³. Os artistas têm como objetivo a beleza, cuja qualificação essencial é a compreensão de seu material; e o objetivo do governante seria a compreensão dos homens no Estado. Assim, a política se afasta da ética e aproxima-se do reino da estética. A visão da ação política de Maquiavel seria da mesma forma que Aristóteles chamou de *ōfazerō* ó o objetivo é um artefato não moral, um objeto de beleza ou para uso externo do homem ó e não um *ōagirō*, cujo objetivo é interno e moral.

e desenganos quando os acontecimentos seguem um curso que, entretanto, poderia ter sido facilmente antecipado.

²³¹ CASSIRER, Ernest. *Ob. cit.* Pág. 171: *“Certamente um químico que prepara no seu laboratório um veneno fortíssimo não é responsável pelo uso que se lhe der. Nas mãos de um médico competente o veneno pode salvar a vida de um homem ó nas mãos de um assassino pode matar. Em qualquer dos casos não podemos louvar ou condenar o químico. Ele já fez por nós bastante se nos ensinou todos os processos necessários para preparar o veneno e se nos forneceu sua fórmula. O príncipe, de Maquiavel, contém muitas coisas perigosas e venenosas, mas ele considera-as com frieza e indiferença de um cientista. Dá simplesmente suas receitas políticas. Por quem serão utilizadas e com que fim, isso são coisas que não lhe dizem respeito.”*

²³² Idem. Pág. 163: *“Se para Maquiavel existe algo de repreensível em César Bórgia não é o seu caráter; não é sua falta de escrúpulos, a sua crueldade, as suas traições, a sua capacidade. Para tudo isso, ele não tem uma palavra de censura. O que censura nele é o único erro grave da sua carreira política: o fato de ter permitido que Júlio II, seu inimigo declarado, fosse eleito Papa após a morte de Alexandre VI.”*

²³³ BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios.* Pág. 394.

Como cientista político, Maquiavel teria se proposto a estudar as coisas como elas são e por esta razão, as pessoas deveriam observar o que se pode e é necessário fazer, não aquilo que seria certo fazer, pois quem quiser ser bom entre os maus ficaria arruinado²³⁴. Em outras palavras, o florentino não estaria interessado em saber o que é certo ou errado, bom ou mau, e sim no que é preciso ser feito. Dessa forma, Maquiavel teria retomado um tema que já foi de Aristóteles: a política é a arte do possível, é a arte da realidade que pode ser efetivada, a qual leva em conta como as coisas estão e não como elas deveriam estar. Existiria, desta forma, uma distinção nítida entre política e moral, pois esta última se ocuparia do que õdeveria serõ. Assim, Maquiavel não trataria da moral; ele discorre da política e estuda as leis específicas dela, começando a fundamentar a sua ciência.

Sendo um cientista, Maquiavel teria apresentado a política como uma atividade autônoma, com seus princípios e leis diversas da moral e da religião, o que por sua vez teria um grande alcance filosófico, pois inovaria toda concepção de mundo e até hoje é discutida e contraditada, sem conseguir tonar-se um õsenso comumõ. Para Antônio Gramsci²³⁵, não se pode dar uma interpretação õmoralistaõ para a política sob o ponto de vista de Maquiavel, pois a obra do florentino não só teorizou sobre o real, como revelou um objetivo que não era moral, mas sim político. O maquiavelismo seria uma ciência que serve tanto para os reacionários como aos democratas, como a arte da esgrima serve aos nobres e aos bandoleiros, ou seja, para defender-se e assassinar.

Maquiavel pretendia apresentar uma educação na qual se reconhece como necessários determinados meios, mesmo se próprios dos tiranos, porque se desejam determinados fins²³⁶. Estes meios nada mais seriam do que as leis gerais da política. Muitos políticos que se declaravam õantimaquiavélicosõ, assim o faziam para poderem aplicar as normas da ciência política õsantamenteõ. Quem já sabia estas lições eram os homens de governo, que absorveram todo o complexo da educação do ambiente familiar, no qual predominam os interesses das dinastias ou interesses patrimoniais. Assim, eles adquiriam automaticamente as características realistas. Entretanto, o povo deveria ser educado para esta õpolítica realistaõ, ou seja, era necessário apresentar as leis gerais da política para todos. Maquiavel talvez desejasse persuadir o povo da necessidade de possuir um comandante que soubesse aquilo que quer e como obtê-lo, e de aceitá-lo com entusiasmo, mesmo que suas

²³⁴ GRUPPI, Luciano, *In O pensamento vivo de Maquiavel*. Pág. 65

²³⁵ GRAMSCI, Antônio. Ob. Cit. Págs. 10-12.

²³⁶ Idem. Págs. 10-12.

ações pudessem estar ou parecer em contradição com a religião, ideologia difundida na época. Dessa forma, o maquiavelismo, visto como uma ciência política, serviria para melhorar a técnica política tradicional dos grupos dirigentes conservadores²³⁷.

Baseado nessas ponderações, Antônio Gramsci defende que não se pode fazer qualquer tipo de juízo de valor sobre a obra de Maquiavel²³⁸. Para apresentar sua tese, ele traz um conflito entre pessoas. Para ele, o que é julgado nas pretensões das partes envolvidas em um conflito são a õequidadeö e a õjustiçaö. Quem assim faz, verificará que uma das partes não tem razão, que as suas pretensões não são retas, ou então que elas são despidas de senso comum. Essas conclusões seriam resultado de modos de pensar gerais, populares, partilhados, inclusive, pela parte que é julgada equivocada.

Apesar do julgamento realizado, a parte considerada equivocada continuaria a dizer õque tem razãoö, que a õjustiçaö está com ela, e o que mais conta seria continuar a lutar, sacrificando-se pelos seus objetivos. Tudo isso significaria que as convicções não são superficiais ou simples palavras; tampouco são razões polêmicas para salvar a pele, mas são realmente profundas e arraigadas nas consciências. Assim, os conceitos de equidade e justiça seriam puramente formais e o que efetivamente poderia acontecer é que as duas partes em conflito tivessem razão (as coisas permaneceriam como estão) ou que uma parecesse ter mais razão que a outra (as coisas ficariam como estão).

Desta maneira, em um conflito o que se deve avaliar não são as coisas da forma como estão, e sim os fins que as partes se propõem a defender com o próprio conflito. Contudo, como este fim, que não existe ainda como realidade factível, poderia ser avaliado ou julgado? O próprio julgamento das pretensões das partes passaria a ser um elemento do conflito, isto é, o julgamento passaria a ser uma força do jogo a favor ou em prejuízo de uma das partes. Com base nestas ponderações, em um conflito cada juízo de moralidade é um absurdo, pois ele só pode basear-se nos dados de fatos existentes e o conflito tende a modificá-los; portanto, o único juízo possível seria o õpolíticoö, da conformidade do meio ao fim (logo, implica uma identificação do fim ou dos fins graduados em uma escala de aproximação). Um conflito seria õimoralö quando se afasta do fim, ou não cria condições que se aproximem dele (ou seja, não cria meios mais conformes com a conquista do fim), mas não seria õimoralö do ponto de vista õmoralistaö. Desse modo, não se poderia julgar o homem

²³⁷GRAMSCI, Antônio. Ob. Cit. Págs. 10-12.

²³⁸ Idem. Págs. 160-161.

político pela sua maior ou menor honestidade, mas sim por manter ou não seus compromissos (e nesta decisão pode estar compreendido o *öser honestoö*, ou seja, o ser honesto pode ser um fator político necessário, e em geral o *é*, mas o juízo *é* político, e não moral). Ele seria julgado não por atuar com equidade, mas por obter ou não resultados positivos, ou evitar um resultado negativo, e em relação a isso pode ser necessário o *öatuar com equidadeö*, mas como meio político e não como juízo moral.

Portanto, de acordo com essas interpretações, Maquiavel em *O Príncipe* fornece regras para serem seguidas²³⁹; o florentino teria apreciado os problemas políticos pela prática política e criado sua teoria. Dessa forma, ele conseguiria trazer para o leitor as regras do jogo político, desvendando as *öpráticas públicas secretasö* que serviriam para todos os príncipes independentemente de qualquer juízo moral ou religioso.

Nesta visão, muitos atribuíram a Maquiavel o divórcio entre a política e a ética, como aquele que concebeu a política de maneira amoral, com um *status* independente próprio: o da política pela política. *O Príncipe* seria mera tabulação de tipos de governo e governantes, e de métodos para mantê-los no poder. É isso e nada mais. Toda controvérsia por ele causada reside na leitura errônea de um texto moralmente neutro.

Haveria uma colisão entre a moralidade *ó* o lugar dos valores últimos buscados por si mesmo *ó* e a política *ó* a arte de adaptar os meios aos fins, a região das habilidades técnicas, do que Kant deveria chamar de *öimperativos hipotéticosö*, que assume a forma *öSe você quer realizar x, faça y (por exemplo, traia um amigo, mate um inocente), sem necessariamente perguntar se x é intrinsecamente desejávelö*²⁴⁰. Maquiavel teria descoberto a necessidade da autonomia política, a política que está além do bem e do mal moral, que tem suas próprias leis contra as quais *é* vão rebelar-se, que não podem ser banidas do mundo.

A consideração de determinadas passagens na obra de Maquiavel parece tornar insustentável a idéia de excluir qualquer preocupação moralista da sua arte política. Se por um lado Maquiavel defende que a ação política não pode deixar-se limitar por quaisquer pré-julgamentos, especialmente os de ordem moral e religiosa, a clássica oposição entre leis

²³⁹ ALTHUSSER, Louis. *Machiavelli and Us*. Págs. 29-30.

²⁴⁰ CASSIRER, Ernest. *Ob. Cit.* Págs. 170-171. *öTodo conselho de Maquiavel deve ser interpretados nesse espírito. Ele prevê os possíveis perigos que podem ameaçar as diferentes formas de governo e prescreve os seus antídotos. Ele diz ao governante o que deve fazer para estabelecer e conservar o mando, para evitar discórdias profundas e prevenir conspirações. Todos esses conselhos são öimperativos hipotéticosö, ou para usar as palavras de Kant,, önão se discute se a finalidade é racional e boa, mas somente o que deve fazer-se para alcançá-la.ö*

da política e normas da moral não implica no seu pensamento em uma esfera autônoma da ação.

Maquiavel justamente traz questões éticas para a política. Marilena Chauí²⁴¹ sustenta que uma ação pode ser considerada ética se for consciente, livre, responsável e balizada pelo ideal de bem ou de mal. Estas questões aparecem na obra do florentino. A ação política será livre porque Maquiavel mostra que o príncipe pode ser autônomo para dar a si mesmo as regras e normas de sua ação política; ele não está mais preso a um conjunto de valores que irá determinar como se deve agir. Essa liberdade permite ao governante agir contrário a moral convencional diante da necessidade. Como será debatido nos capítulos seguintes, essa liberdade não isenta o príncipe dos dilemas éticos e da dificuldade de se portar contrário a valores em que se acredita. Seguindo nos requisitos para que uma ação seja considerada ética, também é possível verificar que conduta será consciente, pois o príncipe tem a capacidade de analisar todas as possibilidades e conseqüências das decisões que tomar. Por sua vez, o governante será responsável pelas escolhas que fizer e será julgado por elas. Será o súdito que irá analisar se aquela conduta era adequada ou não para aquela situação. Assim, será o súdito que verificará se ação política foi boa ou má; portanto, o juízo de valor é feito *a posteriori*. O príncipe precisa atingir o consenso nos súditos de que aquela conduta que em um primeiro momento parecia má era necessária para aquela determinada circunstância.

Se a ética é um código de conduta do indivíduo (como agir ou não agir) ou o ideal a ser buscado pelo indivíduo, ela não pode ser concebida fora da compreensão do propósito e do caráter da *pólis* dele. É impossível divorciar-se da *pólis*, mesmo em pensamento. Aristóteles apresentou a ética da *pólis* grega. Por natureza, os homens são feitos para viver em sociedade, seus objetivos são comunais. Assim, a atividade política é intrínseca a natureza humana e, apesar de algumas pessoas que ali vivem decidirem abster-se da política, a massa da humanidade não pode agir assim, além da sua vida comunal determinar os deveres morais de seus membros.

Ademais, seria o florentino um *otécnico* que não se preocupa nem um pouco com o uso que farão da ação política por ele apresentada? Poderia ser Maquiavel um técnico neutro observando o universo político como um objeto físico? Ou poderia ser Maquiavel o primeiro cientista político? Mas como se pode pensar na revolução do

²⁴¹ CHAUÍ, Marilena, *Ética e violência*. In: *Diálogos com Marilena Chauí*. Pág. 215.

pensamento sem o choque? Maquiavel queria chocar seus leitores, seu discurso era para impactar, assustar e não para ser edificante. Ele traz a pólvora e não a paz, o remédio.

Em outras palavras, essa interpretação tenta retirar o caráter ôdemoníacoö atribuído a Maquiavel e também desfazer qualquer polêmica que sua leitura suscitou ao longo dos anos. É como se pretendessem absolvê-lo de todos os juízos negativos que lhe foram feitos. Recentemente Fernando Henrique Cardoso²⁴², no prefácio ao livro *O Príncipe* de Maquiavel, claramente excluiu o caráter assustador do florentino, não entendendo a razão pela qual sua obra poderia chocar o leitor²⁴³. Ele apresenta Maquiavel como o pensador que descreve a política e as forças que moviam a vida política; para ele, o florentino apresentou o conflito permanente entre os poderosos e os que obedeciam, bem como chamou a atenção para o amadurecimento da cultura política e do fortalecimento das instituições²⁴⁴. Entretanto, o ex-presidente entende que não há qualquer julgamento moral do príncipe, e sim da sua capacidade de agir para a perpetuação do Estado e do poder em suas mãos. Para Fernando Henrique Cardoso, Maquiavel estaria preocupado com a manutenção e a perpetuação no poder, descrevendo a política como um cientista político que nem mesmo pensava que òos fins justificam os meiosö ou que estava preocupado em impactar. Ora, não parece provável que o florentino não tenha tido a intenção de chocar seus leitores ao dizer que a moralidade corrente impõe um limite à ação política. Também não se pode afirmar que o pensador não soubesse que ao dizer que a prática de uma ação má por vezes é necessária na política não fosse assustar aqueles que liam sua obra.

Em *O Príncipe*, Maquiavel não formulou regras gerais de política e trouxe para seu leitor situações fáticas aptas a demonstrar que sua teoria corresponde à prática. Pelo contrário; sua obra tira do príncipe um modelo normativo cristão e não lhe fornece nenhum outro conjunto de regras. *O Príncipe* não é um código que descreve as condutas adequadas

²⁴² CARDOSO, Fernando Henrique. *Maquiavel eterno*. Págs. 11-22.

²⁴³ RIBEIRO, Renato Janine. *Da ética e da política*. Artigo publicado no jornal òO valorö de 12/3/2012.

²⁴⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Ob. Cit. Pág. 13: òPolítica, para ele, era um mundo que se explicava por si mesmo, pelas ambições, forças e fraquezas humanas. Essas forças moviam a vida política. Entretanto, por mais que tudo girasse, continuaria havendo dois tipos de gente, os poderosos e os que obedeciam. Uns podiam galgar ao poder, outros decair, mas ou se dava continuidade à existência do poder organizado, embora mudando os personagens no comando, ou o conflito levaria ao caos. Não é certo que desprezasse a força dos conflitos, inclusive a dos provocados pelo povo. Tampouco é certo que preferisse o despotismo e a crueldade do príncipe às formas mais organizadas de gerir o conflito permanente entre uns e outros: estas dependeriam do amadurecimento do que hoje se chama cultura política e do fortalecimento das instituições bem como da òantiguidadeö do poderö.

para todas as situações políticas. De uma maneira simples, Maquiavel mostra ao seu leitor o quanto é difícil agir na política e não a descrição do agir político.

Com isso, ele impacta o leitor de duas maneiras: a primeira quando diz que em determinadas situações políticas é necessário praticar atos que não são considerados bons para manter a condição do governante. Qual governante admitiria, de antemão e até mesmo para si próprio, que durante seu governo iria praticar uma conduta má ou agir contrário aos seus valores? A segunda se dá quando o florentino questiona ao governante se ele está preparado para isso, ou seja, se ele está apto para fazer suas escolhas e assumir a responsabilidade pela sua conduta.

Dessa maneira, não se pode dizer que Maquiavel tenha contribuído apenas com comentários empíricos ou que foi apenas um autor que fez descrições sem qualquer consideração sobre os mecanismos e as práticas de poder. O florentino, assim, não pode ser visto como um pensador imparcial, que aspira a objetividade. Ele trouxe para o debate a questão de como se deve agir e a responsabilidade pelo ato praticado, ou seja, uma questão ética. Portanto, esta interpretação pode ser afastada e é possível afirmar que a ação política trazida por Maquiavel está inserida em alguma ética.

3- Maquiavel e a oposição entre a moral cristã e a moral pagã.

Alguns pensadores defendem que Maquiavel propunha ao governante pautar suas ações pela moralidade pagã para manter o Estado e seu poder. Maquiavel teria chegado a essa conclusão observando as sociedades que tiveram mais êxito no passado. E, assim, a moralidade cristã não era própria do governante e tão apenas do cidadão comum.

A política em Maquiavel, então, oporia a ética cristã e a ética pagã, sendo que ela seguiu a ética pagã. Esta ética pagã seria a exercida na sociedade romana e grega antiga. Teríamos o enfrentamento de duas éticas. E Maquiavel se agarraria a valores e idéias pagãs, deixando de ser o autor da antiética. Essa é uma releitura de Maquiavel um pouco mais recente.

Isaiah Berlin²⁴⁵, maior expoente dessa corrente, também concorda que Maquiavel chocou ao mostrar que não era possível o governante se pautar pela moralidade

²⁴⁵ BERLIN, Isaiah. Ob. Cit. Pág. 310.

cristã em uma sociedade cristã. Contudo, discorda veementemente que o florentino tenha rejeitado uma ética cristã para o governante em prol de uma técnica sem escrúpulos, no qual tudo é possível para atingir os objetivos. Na verdade, Maquiavel apresenta o conflito de duas éticas, uma pagã e outra cristã. Seriam duas éticas, uma voltada para cidadão comum e a outra para o governante.

O governante, na verdade, se pautaria por valores pagãos. E os cidadãos deveriam pautar sua vida pelos valores cristãos. O governante não se pautaria por valores cristãos, eis que isto obviamente o levaria a ruína; tampouco o príncipe seria um homem político moralmente neutro ou um homem angustiado, preocupado em praticar atos que são moralmente censuráveis. Para Berlin, Maquiavel desloca o dilema do homem público: ele não está na escolha de praticar um ato considerado mal ou não, mas na escolha entre ter a vida pública ou ter a vida privada.

Na realidade, não existiria para o governante ao agir uma colisão de valores apenas em situações excepcionais; existem sim dois sistemas de valores incompatíveis entre si. O conflito está em escolher o sistema de valores para política:

*A realização principal de Maquiavel é, permitam-me repetir, sua revelação de um dilema indissolúvel, a implementação de um permanente ponto de interrogação no caminho da posteridade. Provém de seu reconhecimento de facto de que os fins igualmente últimos, igualmente sagrados, podem se contradizer uns aos outros, de que sistemas inteiros de valor podem colidir sem possibilidade de arbitragem racional e de que isso não acontece apenas em circunstâncias excepcionais, como resultado de anormalidade, acidente ou erro ó o confronto entre Antígona e Creonte ou na história de Tristão -, mas (e isto é certamente novo) como parte da situação humana normal.*²⁴⁶

A escolha de um sistema automaticamente afasta o outro: *“Ao escolher a vida de um estadista, ou até mesmo a vida de um cidadão com bastante senso cívico para querer que seu Estado seja o mais bem-sucedido e esplêndido possível, o homem se compromete com a rejeição do comportamento cristão”*²⁴⁷. Para Isaiah Berlin, a grande originalidade de Maquiavel foi forçar os homens a fazer uma escolha consciente entre a vida pública e a vida privada²⁴⁸. De acordo com Berlin, Maquiavel mostra que *“todos são*

²⁴⁶ BERLIN, Isaiah. Ob. Cit. Pág. 344.

²⁴⁷ Idem. Pág. 333.

²⁴⁸ Ibidem. Pág. 332: *“A escolha é dolorosa, pois é uma escolha entre dois mundos inteiros. Os homens têm vivido, em ambos, lutado e morrido para preservá-los um contra os outros. Maquiavel optou por um deles e está pronto a cometer crimes por sua causa”*.

*obrigados a escolher, e, ao escolher uma forma de vida, renunciar à outra*²⁴⁹ö. Esta escolha é que seria dolorosa, que causa o dilema ético para o homem. Uma vez escolhida a vida pública, as medidas que o governante irá tomar são consideradas normais e o conflito moral deixa de existir: *õPara Maquiavel, não há conflito. A vida pública tem sua própria moralidade, à qual os princípios cristãos (ou quaisquer valores pessoais absolutos) tendem a ser um obstáculo gratuitos*²⁵⁰. Apenas se poderia falar em conflito moral para aqueles que não conseguem abandonar a vida privada ou acreditam que podem conciliar as duas vidas simultaneamente: *õO conflito moral que essa situação provoca só perturbará aqueles que não estão preparados para abandonar qualquer uma das possíveis ações: aqueles que supõem que as duas vidas incompatíveis são de fato conciliáveis*²⁵¹ö.

Portanto, uma vez escolhida a vida pública, os valores que serão seguidos pelos governantes serão estritamente pagãos e as medidas antes consideradas imorais pela ética cristã, passam ser normais e não torturam ou angustiam o homem público. Esse é o segundo ponto importante levantado por Isaiah Berlin: ao seguir o sistema de valores próprios para a política, o governante não terá tormento:

Para aqueles que consideram tais conflitos raros, excepcionais e desastrosos, a escolha a ser feita é necessariamente uma experiência torturante para qual, como ser racional, o homem não pode se preparar (pois não se aplica nenhuma regra). Mas para Maquiavel - pelo menos o Maquiavel de õO Príncipeö, dos õDiscursosö, da õMandrágoraö- não há tormento. Seu homem escolhe porque sabe o que deseja e está disposto a pagar o preço. Escolhe a civilização clássica em vez do deserto tebano, escolhe Roma e não Jerusalém porque (digam os padres o que quiserem) essa é sua natureza e ele não é existencialista ou individualista romântico õavant la paroleö- porque essa é a natureza dos homens em geral, em todos os tempos, em toda parte. Se outros preferem a solidão ou martírio, ele dá de ombros. Esses homens nada significam para ele. Nada tem a lhes dizer, nada que discutir com eles. Só que lhe importa é àqueles que concordam com suas idéias é que esses homens não deveriam ter a permissão de imiscuir-se na política, na educação ou qualquer outro fator cardinal na vida humana; a própria perspectiva deles o torna inaptos para essas tarefas.

Isaiah Berlin explica o que seriam estes valores pagãos. Para Maquiavel a ação política deveria ser extraída das sociedades mais bem sucedidas até então conhecidas, ou seja, as dos tempos clássicos. Maquiavel não teria feito uma análise histórica baseada em princípios científicos, mas seus métodos seriam uma mistura de observação, conhecimento

²⁴⁹ BERLIN, Isaiah. Ob. Cit. Pág. 336.

²⁵⁰ Idem. Pág. 335.

²⁵¹ Ibidem. Pág. 335.

histórico e sagacidade geral. Maquiavel também alertava que os homens deveriam ser vistos como verdadeiramente são, sem idealizações. As sociedades bem sucedidas possuíam homens que tinham o senso da verdade efetiva na política, sabiam do que funciona na prática, do real poder. A boa sociedade era aquela que desfrutava de harmonia interna, que não possuía conflitos²⁵².

Nessas sociedades existiram homens que foram educados para desenvolver capacidades ligadas às virtudes pagãs. Eram as virtudes pagãs que engrandeciam os Estados²⁵³. E como Maquiavel não acreditava na irreversibilidade do processo histórico, o que foi realizado no passado poderia ser feito novamente. As ações praticadas na Antiguidade poderiam ser revividas se homens bastante vigorosos, talentosos e realistas pudessem ser mobilizados para este fim. Maquiavel teria visto sociedades degeneradas. Para restabelecê-las, os fundadores dos novos Estados, às vezes, eram compelidos a recorrer a medidas cruéis, à força, à fraude, à traição, à matança, ou seja, medidas que certamente agrediriam a moral corrente.

O ensinamento dos valores cristãos teria esmagado o espírito cívico dos homens, obrigando eles a suportarem humilhações, mandos e desmandos sem reclamar, de modo que tiranos e usurpadores não encontravam nenhuma resistência. Portanto, para a construção e condução da sociedade, a moral cristã era inapropriada e dissolvia o tecido social; além disto, ajudaria os tiranos e opressores. Dessa forma, os valores cristãos eram um obstáculo na construção e na manutenção da sociedade que se desejava. Os seres humanos são ruins e, dessa maneira, seria impossível a construção de um Estado cristão. Até mesmo seria ilusório pretender a construção de um Estado cristão da maneira que eram os homens²⁵⁴. Os

²⁵²BERLIN, Isaiah. Ob. Cit. 312: *“Uma boa sociedade é uma sociedade que desfruta estabilidade, harmonia interna segurança, justiça, um senso de poder e de esplendor, como Atenas nos seus melhores dias, como Esparta, como os reinos de Davi e Salomão, como Veneza fora outrora, mas, acima de tudo, como a República Romana. É verdadeiramente maravilhoso considerar que grandeza chegou Atenas no espaço de cem anos depois de se libertar da tirania de Pisístrato. Mas, acima de tudo, é maravilhoso observar a que grandeza chegou Roma depois de se libertar de seus reis”*.

²⁵³Idem. Pág. 312: *“A razão para isso é que havia homens nessas sociedades que sabiam como engrandecer as cidades. Como faziam? Desenvolvendo certas faculdades nos homens: força moral interior, magnanimidade, vigor, vitalidade, generosidade, lealdade, acima de tudo espírito público, senso cívico, dedicação à segurança, poder, glória, expansão da pátria. Os antigos fomentavam tais qualidades por todos os meios, entre os quais estavam espetáculos deslumbrantes e sacrifícios sangrentos que excitavam os sentidos dos homens e despertavam sua bravura marcial, e especialmente pelo tipo de legislação e educação que promoviam as virtudes pagãs”*.

²⁵⁴Ibidem. Pág. 315: *“Se os seres humanos fossem diferentes do que são, talvez pudessem criar uma sociedade cristã ideal. Mas Maquiavel deixa claro que os seres humanos, nesse caso, teriam que ser*

ideais do cristianismo são a caridade, a misericórdia, o sacrifício, o amor a Deus, o perdão ao inimigo, os desapego aos bens materiais, ou seja, algo de incomparável valor e mais elevado que qualquer propósito político. Já os valores pagãos eram mais próprios para a política, pois diferente de prezar a salvação da alma, priorizavam a *polis*, a cidade e este mundo²⁵⁵.

Para Isaiah Berlin, Maquiavel acreditava que as qualidades que os governantes necessitam para reviver os tempos bons das melhores sociedades antigas não são aqueles da educação cristã. Como já dito, ele não procura corrigir a concepção cristã de um homem bom, mas apenas diz que a bondade, pelo menos em sua forma mais tradicionalmente aceita, não pode criar e nem manter a sociedade forte, segura e vigorosa, o que é realmente necessário para o governante. Maquiavel teria observado que os homens que buscaram ser guiados por estes ideais estão fadados a serem derrotados e conduzir a sociedade para sua ruína, pois eles não teriam a visão do mundo fundada na *verità effettuale*.

O objetivo de Maquiavel seria a criação e a manutenção do Estado assim como os antigos faziam, baseados na moralidade pagã²⁵⁶. Maquiavel teria proposto que o governante tivesse as qualidades do leão e da raposa. Essas qualidades se resumem em saber agir em determinadas situações.²⁵⁷ Essas qualidades não são moralmente admiráveis, mas somente elas vão preservar a sociedade da sua ruína. Dessa forma, essa é a maneira que o governante deve agir, cultivando essas qualidades.

Como já exposto, Isaiah Berlin defende que Maquiavel estivesse realmente rejeitando a ética cristã, mas em favor de outro universo moral, um sistema antigo, onde se optaria por uma moralidade romana ou clássica, uma esfera alternativa de fins. O verdadeiro conflito não era entre moral e política, mas entre a moral pagã e a moral cristã.

muito diferentes dos homens que sempre foram; e é certamente inútil construir o futuro para seres que não podem existir sobre a Terra ou discutir suas perspectivas de futuro; esse debate é irrelevante e apenas gera sonhos e ilusões fatais.

²⁵⁵ RIBEIRO, Renato Janine. *Ética na Política*. Pág. 149.

²⁵⁶ BERLIN, Isaiah. Ob Cit. Pág. 314: *Uma é a moralidade do mundo pagão: os seus valores são a coragem, o vigor, a fortaleza na adversidade, a realização pública, a ordem, a disciplina, a felicidade, a força, a justiça, sobretudo a afirmação das reivindicações apropriadas de cada um e o conhecimento e o poder necessários para assegurar que sejam satisfeitas; aquilo que, para um leitor da Renascença, Péricles tinha visto concretizado na sua Atenas ideal, Livio encontrara na antiga República Romana, aquilo cuja decandência e morte Tácito e Juvenal lamentavam no seu tempo. Esses parecem a Maquiavel os melhores períodos da humanidade e, humanista e renascentista como ele é, deseja restaurá-los.*

²⁵⁷ Idem. Pág. 321: *Se alguém é um leão e uma raposa, pode se permitir a virtude ó a castidade, a afabilidade, a misericórdia, a clemência, a generosidade, a honra ó como fizeram Agesilau e Timoleonte, Camilo, Cipião e Marco. Mas se as circunstâncias são adversas, se alguém se descobre rodeado pela traição, o que pode fazer senão imitar Filipe, Aníbal e Severo?.*

O mundo pagão que Maquiavel prefere é o constituído sobre o reconhecimento da necessidade da força e das perfídias sistemáticas usadas pelos governantes, e ele parece achar natural e nem um pouco moralmente aflitivo empregar essas armas sempre que necessário.

Leo Strauss²⁵⁸ também verifica que muitos escritores chamaram Maquiavel de pagão. Maquiavel amaria mais sua terra natal, sua pátria do que sua alma; ele esqueceu ou renegou o outro mundo, e se apaixonou pela glória mundana da Roma pagã. Para o professor inglês, muitos entendem que ele se rebelou de uma maneira tão apaixonada e cega contra a moral cristã, que foi considerado o homem que amou este mundo mais do que qualquer outro.

Newton Bignotto concorda que Maquiavel apresenta uma ruptura com os autores que propunham ao príncipe uma vida moral sem máculas. Para estes autores, a política estaria submetida à ética cristã e a boa política era necessariamente a que se fazia em consonância com os valores morais mais elevados, embora se soubesse que a perfeição era impossível na cidade terrestre. Só que ele não concorda que Maquiavel tenha proposto um divórcio entre a ética e a política; na verdade, o florentino estaria mostrando que a política exige outro sistema de valores próprio dela²⁵⁹:

Segundo I. Berlin, parece-nos mais interessante pensar que Maquiavel não opõe duas esferas autônomas da ação ó política e ética ó mas que ele opõe duas maneiras de se conceber a ética: uma cristã, fundada na revelação e na consciência, e outra antiga, fundada no respeito ao bem público e às leis da pòlis. (...)

Ele afirma, sem ambiguidade, a superioridade da antiga ética sobre a do seu tempo mantendo a discussão no terreno próprio ao debate sobre valores.

Assim, Newton Bignotto defende que a principal crítica feita por Maquiavel está no fato de que a política possui exigências que não podem ser satisfeitas por uma ética voltada à defesa de valores atemporais. A política precisaria de valores que podem ser encontrados em lugares diferentes daqueles ensinados pela religião. Estes valores estariam na vida das repúblicas gloriosas do passado. Era fundamental o príncipe abandonar a ética cristã e passar a pensar a política no universo moral dos antigos, em parte dos renascentistas, no

²⁵⁸ STRAUSS, Leo. Ob. Cit. Pág. 175.

²⁵⁹ BIGNOTTO, Newton. *As fronteiras da ética: Maquiavel*. Pág. 164. In *óÉtica: vários autoresö*. Organização Adauto Novaes.

qual a verdadeira ética política nascia do contato entre os homens e se conservava pelos costumes do povo²⁶⁰.

Contudo, Maquiavel não estaria condenando o cristianismo enquanto religião, e sim enquanto uma ética que descuida dos valores cívicos²⁶¹. A ética cristã seria incapaz de guiar os homens na construção de uma república virtuosa. Este seria o limite da ética cristã na política. Já a ética pagã é própria da política e encontra seu limite na tirania. A ética pagã ou cívica encontrada na Roma antiga não impedia a corrupção do corpo político (a tirania), mas enunciava valores que davam fortes elementos para os que se dispunham a lutar contra o poder de um só:

Maquiavel aponta os limites da ética cristã mostrando que ela é incapaz de guiar os homens na construção de uma república virtuosa. A tirania aponta para os limites da ética antiga, deveríamos dizer de toda ética, que é incapaz de evitar a corrupção e assim a ruptura com a política.

De acordo com Newton Bignotto, era inevitável para Maquiavel que os regimes se corrompessem. A ética pagã ou cívica seria importante para ajudar a discenir na vida política cotidiana de um povo, as ações que contribuem de forma decisiva para sua ruína. Ela seria fundamental para pelo menos retardar os efeitos da corrupção. Maquiavel teria proposto uma constante volta aos valores que guiam o começo das repúblicas para, assim, postergar os efeitos da corrupção²⁶².

Esse pensamento é interessante na medida em que não coloca Maquiavel como o pensador que separou a ética da política; também não coloca o florentino como um cientista moralmente neutro. Maquiavel passa a ser tido como um pensador de uma ética para política. Isaiah Berlin e os outros comentadores mostram que Maquiavel opôs dois sistemas de valores (duas éticas) e que um deles era próprio da política: a ética pagã.

Contudo, não parece plausível que Maquiavel apenas desloque o dilema do príncipe para escolha entre a vida pública e a vida privada. Não se pode falar que a escolha do homem público se dará entre pautar sua vida por valores pagãos e abdicar os valores cristãos. Apesar de manter o caráter assustador trazido por Maquiavel, pois de qualquer maneira esta visão representa um rompimento com o pensamento medieval e não deixa de ser uma

²⁶⁰ BIGNOTTO, Newton. *As fronteiras da ética: Maquiavel*. Pág. 165.

²⁶¹ Idem. Pág. 164.

²⁶² Ibidem. Pág. 168.

oposição a uma política guiada exclusivamente pela ética cristã, ela acaba por colocar o príncipe em uma espécie de zona de conforto, pois todos os atos praticados por ele, por mais imorais que possam parecer, se tornam normais ao príncipe, pois estão amparadas pela moral pagã. Nesse sentido, o príncipe teria um conjunto de regras já predeterminadas a seguir na política.

O dilema não está em escolher entre a vida privada (pautada pela ética cristã) e a vida pública (pautada pela ética pagã); o dilema está no agir. Não se pode dizer que Maquiavel está propondo um padrão de conduta ao príncipe que pode ser identificado com o paganismo antigo ou clássico. Se pensado dessa maneira, a avaliação da ação política se dará *a priori*, ou seja, ela sempre será boa se pautada pelos valores pagãos. Isto daria uma tranquilidade ao príncipe ao agir e não é isso que Maquiavel identifica. O choque está justamente na ação. Maquiavel nada mais faz do que dizer que o príncipe está rodeado de incertezas e que deverá saber compreender todas as situações para poder agir com eficácia. O que vai causar espanto é que muitas vezes a situação exige uma ação considerada má. O príncipe toda vez que for agir deverá saber como escolher e a escolha certa será pautada pelas consequências de sua ação. O que vai importar são as consequências do ato praticado.

Assim, o ato praticado vai ser considerado bom ou mal por suas consequências. A avaliação do ato é *a posteriori*. O príncipe não conseguirá fugir da responsabilidade pelos seus atos praticados; seu dilema persiste até o conhecimento dos efeitos de seu ato. Portanto, a política exige do governante muita habilidade e criatividade ao agir, porque a ação sempre deverá ser muito bem pensada. O príncipe que ingressa na política não deve estar preparado para escolher entre a vida pública e a vida privada, mas sim para saber que ele será responsável por suas ações e que - muitas vezes - o mal deverá ser praticado se produzir consequências boas.

A ética que o príncipe segue privilegia as consequências dos atos praticados. Ele será julgado pelos efeitos que seus atos produziram. O governante, portanto, sempre estará em uma situação delicada porque ele vai depender do resultado da ação. O príncipe deverá ser capaz de avaliar os possíveis resultados de suas ações. Por vezes, uma ação considerada uma virtude pode produzir um efeito negativo; já uma ação considerada má, um vício, pode produzir um efeito positivo. A prudência do príncipe está em saber analisar como agir diante das circunstâncias. Assim, ele nunca estará em uma zona de conforto. Esta ética assusta. Ela não tira o caráter assustador de Maquiavel. O príncipe novo não possui regras a

seguir; suas ações não estão predeterminadas. E como o príncipe depende dos efeitos de seus atos, ele não tem garantia nenhuma do êxito. O príncipe de *virtù* saberá analisar as situações e como agir da melhor maneira a produzir o melhor efeito.

Assim, a prudência do príncipe não se dará pela escolha da vida pública, ou seja, por pautar suas ações pelos valores pagãos. Na realidade, a prudência do príncipe está em saber que a prática da virtude ou do vício pode revelar contrário do que se tradicionalmente pensa. Por essa razão, o príncipe necessita planejar bem sua ação para produzir um efeito positivo.

Portanto, Maquiavel não chama a atenção para que o príncipe escolha entre a vida pública (ética pagã) e a vida privada (ética cristã); o florentino mostra ao príncipe que ele deverá sempre ser responsável pelos seus atos. Dessa forma, ele estará sempre em uma constante insegurança e deverá saber como agir.

Outro ponto de discórdia se deve ao fato de que Maquiavel não propõe que o príncipe deva abdicar ou renunciar aos valores cristãos. Sempre que possível, o príncipe deve praticar o bem e o mal somente quando necessário²⁶³. Se o ato considerado bom produzir um bom efeito, ele deverá ser praticado. O príncipe só deverá saber quando praticar o ato considerado mal e, também, estar preparado para isso. Sebastian de Grazia defende que este mal para produzir um bom efeito é um mal que a primeira vista é aparente. Seria um mal de primeira impressão, pois produziria um bom efeito²⁶⁴:

Então, surge a pergunta: o mal que um príncipe novo ou indivíduo único muitas vezes precisa praticar é um mal absoluto ou um mal de primeira impressão? A resposta é: um mal de primeira impressão. Nosso filósofo moral sabe o que está dizendo com todos aqueles õconsideradosö, õjulgadosö e õaparentesö; sabe o que está fazendo com essa afirmação provocativa: õSe do mal é lícito dizer bemö. O mal absoluto e o mal aparente se opõe como o meio-dia à meia-noite; no entanto, para chocar os suscetíveis, para saciar sua irreprimível irrelevância pessoal, da qual logo teremos mais notícias. Niccolò mantém a tensão do leitor jogando com a semelhança dos termos, por não acrescentar nenhum qualificativo ao substantivo õmalö. É lícito dizer bem ou mal, se esse mal for apenas aparente e se converter num verdadeiro bem.

²⁶³ Maquiavel. Capítulo XV. Pág. 73: *õDaí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disto segundo a necessidadeö.*

RIBEIRO, Renato Janine. *A ética na política*: Pág. 147: *õNem por isto devemos ser cruéis de propósito: ele recomenda praticar o bem sempre que possível e o mal quando necessárioö.*

²⁶⁴ DE GRAZIA. Sebastian. Ob. Cit. Pág. 331.

Portanto, a dicotomia entre a moral cristã e a moral pagã não é tão clara. Como já dito, o dilema do príncipe não é abdicar da moralidade cristã na política e sim produzir um bom resultado com sua ação. Não existem dois sistemas de valores conflitantes; o que existe é uma ética para o governante que se preocupa é com a consequência dos atos praticados.

Os bons efeitos da ação do príncipe podem muitas vezes se confundirem com os fins dos valores pagãos, se pensarmos que eles objetivam a cidade, a pólis, este mundo. Entretanto, Maquiavel não propõe que a ética da política seja estritamente pagã; a política tem sim uma ética, mas uma ética de resultados. É ética que não tem um modelo de conduta a seguir ou um modelo predefinido. O que importa será atingir o resultado. O dilema do príncipe está no agir diante das circunstâncias. Para o florentino, o príncipe será julgado pelo seu resultado. É o resultado que orienta e limita a ação do príncipe. Contudo, essa ética será melhor desenvolvida nos próximos capítulos.

4- Conclusão da segunda parte.

Como visto na primeira parte, a ação política trazida por Maquiavel não está inserida na ética cristã, que era considerada própria da política.

A primeira interpretação da obra do florentino e que permaneceu òvivaõ por muitos anos, conclui que ação proposta ao príncipe por Maquiavel representava a ausência de ética na política. A política para o florentino seria um campo diverso da ética, sem nenhum critério moral, com a busca de poder a qualquer custo, com interesses egoístas. A política òmaquiavelianaõ seria a política do òvale-tudoõ, dos òfins justificam os meiosõ para manutenção do Estado. A ação política apresentada por Maquiavel seria antiética na medida em que não segue a moral convencional.

Esse pensamento colaborou muito para a fama de Maquiavel, mas foi superado. *O Príncipe* realmente causa um choque ao defender que a ética cristã não é própria da política. Contudo, Maquiavel não é um defensor de que o príncipe deve praticar o mal sempre, sem qualquer escrúpulo. Na realidade, o florentino mostra que a ética cristã não se preocupava com as consequências; ela apenas propunha regras de condutas baseadas em vícios e virtudes a serem estritamente observados sem se preocupar com os resultados. Assim,

ele vai dizer que o bem deve ser praticado pelo príncipe sempre que possível e o mal somente quando produzir um bom resultado. Dessa forma, o mal só é praticado quando necessário e não sempre como primeiramente foi interpretado.

Mas o que Maquiavel pretendia buscar? O príncipe segue alguma ética? Esta ação política estaria dentro de alguma nova ética? Alguns pensadores defenderam que o contexto ético da ação política não importava para o florentino. Maquiavel apenas analisou e descreveu a ação política como ela realmente é. Ele era um cientista político e o seu objeto de estudo era a ação política analisada sem qualquer juízo de valor ao seu respeito. A política estava concebida como uma atividade além ou aquém do bem e do mal, que possui suas leis próprias e Maquiavel apenas as descreve. Na realidade, esse pensamento afasta o caráter assustador de Maquiavel e da própria política. O príncipe sabe que em determinadas situações terá que praticar o mal ou que terá que agir contrariamente aos seus valores sem garantia de que irá produzir o bom resultado. Há um dilema na ação e ele persiste até o conhecimento do resultado. Diante de determinadas situações, o governante terá que abrir mão de um código moral que rege sua vida íntima sem garantia de que o efeito pretendido será atingido. Este dilema é o que causa choque em Maquiavel. Se o mal não atingir o efeito desejado ou os súditos não reconhecerem o bom efeito da ação, o príncipe arcará com estas consequências. Assim, Maquiavel não foi apenas um cientista político que descreveu a ação política sem nenhum juízo de valor.

Contudo, a tarefa ainda continua e é preciso verificar se existe uma ética apropriada para política. Alguns comentadores, como Isaiah Berlin, defendem que Maquiavel propôs duas éticas: uma própria para o súdito (cristã) e outra própria para o político (pagã). O dilema do príncipe é deslocado para escolha da vida pública. Ao escolher a vida pública, o príncipe deve ter a consciência de que deve abandonar a ética e a moral cristã, pois caso contrário irá colher sucessivos fracassos políticos. E a moral pagã seria apropriada para a vida pública e daria tranquilidade para ação do príncipe. Maquiavel não propõe uma ética pagã para o governante. Sempre que possível o príncipe pode seguir a moral convencional. O dilema na verdade está em saber que o mal terá que ser praticado diante de determinadas circunstâncias. E ele será considerado bom não por seguir uma moralidade pagã, mas sim se ele produzir um resultado considerado bom para o súdito.

A ética própria da política é aquela que se preocupa com os resultados. A ação política será considerada moralmente boa se os súditos reconhecerem o bom efeito da

ação. Assim, a ação criativa está em inserida em uma ética de resultados e este é o tema da próxima parte.

PARTE III

A ÉTICA DE *O PRÍNCIPE*

1- A ética da responsabilidade em *O Príncipe*.

Na sua busca da *verità effettuale*, Maquiavel foi o primeiro a dizer que a atividade política nem sempre é agradável. Ele mostrou que muitas vezes ao agir, o governante contraria seus valores pessoais. E essa atividade é no mínimo angustiante, pois o governante não tem garantia nenhuma de que os governados irão reconhecer que a medida adotada era adequada naquela situação.

A política, portanto, não é confortável. Maquiavel assusta não só porque afastou a ação política do campo da ética cristã (tirando uma relativa segurança do príncipe), mas porque revelou que o agir politicamente causa desconforto ao político. Vale a pena em determinadas situações abrir mão de valores em que se acredita? O príncipe está disposto a pagar esse preço? Maquiavel responde que sim, desde que o súdito reconheça que aquela ação era a mais apropriada para aquele momento. O povo consentindo com a escolha tomada, apoiará o príncipe e sua condição de governante estará mantida.

Diante desse quadro, seria possível dizer que existe uma ética na política? Max Weber em 1919 apresenta a obra *ÖCiência e Política: duas vocações* que procura, por assim dizer, um lugar ético para a política. A ética que Weber apresenta para política permite afirmar que ela se aplica em *O príncipe* de Maquiavel²⁶⁵.

²⁶⁵ Max Weber não afirma que a ética da responsabilidade foi desenvolvida ou é própria de *O Príncipe* de Maquiavel. Entretanto, pela maneira como ela é exposta, é possível dizer que ela pode ser utilizada para a política e para o governante trazido pelo florentino. Aliás, essa obra de Maquiavel é mencionada no texto do pensador alemão em apenas uma passagem. Ao tratar da ética religiosa, Max Weber sustenta que a moral hindu permitiu que se fizesse da arte política uma atividade subordinada apenas a suas próprias leis e que a literatura hindu ofereceria uma exposição da interpretação popular do *maquiavelismo*: *ÖA literatura hindu chega a oferecer-nos uma exposição clássica do maquiavelismo radical, no sentido popular do maquiavelismo; basta ler o Arthaçstra, de Kautilya, escrito muito antes da era cristã, provavelmente quando governava Chandragupta. Comparado a esse documento, ÖO Príncipe de Maquiavel é um livro inofensivo* (Max Weber, pg. 117). Em outra passagem, Weber destaca a influência dos conselheiros ou guias do príncipe e menciona que essa atividade teve destaque na época de Maquiavel (pg. 70). Ao final de sua obra, Max Weber apresenta a política como o lugar de tarefas violentas e, assim, aquele que desejava a salvação da alma ou de almas alheias deveria, portanto, evitá-la. Para ilustrar essa passagem, o pensador cita uma passagem da obra *Histórias Florentinas*, de Maquiavel, para dizer que um dos heróis de Florença rende homenagem a seus concidadãos ao afirmar que eles preferiram a grandeza da cidade à salvação da alma (pg. 120-121).

O pensador alemão vai discorrer em seu trabalho sobre a necessidade de se encontrar verdadeiros chefes políticos. Ele critica os políticos chamados de profissionais, que buscam o poder por dinheiro e não possuem nenhuma causa política²⁶⁶. Para Weber, não basta o poder pelo poder, é necessário se colocar a serviço de uma causa política. Além disso, é preciso que o político tenha responsabilidade pelas consequências dos seus atos. A ausência de uma causa e a ausência de uma responsabilidade seriam os pecados mortais da política²⁶⁷.

Tendo esses pontos como norte, Max Weber passa a discutir a ética na política. Assim como Maquiavel, Weber reconhece que ao político é impossível em todas as situações seguir valores e preceitos morais que ele acredita. Ele vai ainda mais além: não se pode aplicar os valores e os princípios que se estabelecem nas relações da vida privada para algumas situações da vida política, pois a política lida com o monopólio que o Estado tem da força e da violência²⁶⁸. Para Weber, os homens aceitam serem dominados ou se submeterem a um poder, pelo medo ou pela esperança. A obediência é dada para aquele que detém a força legítima.

Max Weber defende que o político deve estar consciente de que a política está no campo da força e da violência. Este campo não perdoa erros. Assim, a política impõe ao governante a necessidade de responder pelas consequências que seu ato produziu. Por esse motivo, o governante, muitas vezes, terá que agir contrário ao que acredita ou segue na sua vida privada para produzir um resultado satisfatório, que os governados reconheçam e o apoiem²⁶⁹. Para ilustrar esta passagem, Weber, sem citar Maquiavel, coloca o problema da

²⁶⁶ WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Pág. 103.

²⁶⁷ Idem. Pág. 107: *Em verdade e em última análise, existem apenas duas espécies de pecado mortal na política: não defender causa alguma e não ter sentimento de responsabilidade- duas coisas que, repetidamente, embora não necessariamente, são idênticas*.

²⁶⁸ Idem. Pág. 107: *Cabe, entretanto, indagar se existe uma ética que possa impor, no que se refere ao conteúdo, obrigações idênticas aplicáveis às relações sexuais, comerciais, privadas e públicas, às relações de um homem com sua esposa, sua quitandeira, seu filho, seu concorrente, seu amigo e seu inimigo. Pode-se, realmente acreditar que as exigências éticas permaneçam indiferentes ao fato de que toda política utiliza como instrumento específico a força, por traz da qual se perfilha a violência?*

²⁶⁹ Ibidem. Pág. 118: *A originalidade própria dos problemas éticos no campo da política reside, pois, em sua relação com o instrumento específico da violência legítima, instrumento de que dispõe os agrupamentos humanos*.

Seja qual for o objetivo das ações que pratica, todo homem que pactua com aquele instrumento ó o homem político o faz necessariamente- se expõe as consequências que ele acarreta. E isso é particularmente verdadeiro para o indivíduo que combate por suas convicções, trata-se militante religioso ou revolucionário.

ética do Evangelho para o político prestes a enfrentar uma guerra²⁷⁰. O homem que seguir estritamente as regras do Evangelho não participará da guerra, acreditando que se assim agissem todos, não haveria mais conflitos. A consequência pretendia seria a paz. Ele será responsável por essa decisão. As chances de que todo o Estado esteja em risco são grandes. Entretanto, será uma derrota digna e justificada pela ética. Já o político que preferisse a guerra, experimenta a necessidade de justificar-se perante a própria consciência: a guerra é uma situação difícil para o Estado e para ele próprio. Para ele, a guerra seria a única capaz de garantir a paz imediata. Ele também será responsável por esta decisão: se for vitorioso, a guerra não estará desacreditada e a ele serão creditados os benefícios dela; se perder, por outro lado, será questionado pelo povo dos absurdos dela.

Outro exemplo citado por Max Weber é o dever de verdade²⁷¹. Muito provavelmente o político que em toda e qualquer situação mostra sempre a verdade dos fatos, pode se prejudicar e causar danos irreparáveis para o Estado e para ele próprio. Weber diz que se o governante, por exemplo, publica todos os documentos que tem acesso, principalmente aqueles que humilham o país, poderá despertar consequências na nação que levarão anos para deixarem de se manifestarem. Muitas vezes ele verá que não poderá apresentar toda a verdade e que isso poderá produzir bons frutos.

A responsabilidade do governante, portanto, é fundamental. É pensando nesta responsabilidade que o político pode por vezes agir contrário a valores que acredita.

²⁷⁰ WEBER, Max. Ob. Cit. Ibidem. Pág. 112: *Com efeito, a ética do Evangelho não deseja ensinar que só a guerra civil seria uma guerra legítima. O pacifista que age de conformidade com as regras do Evangelho deporá as armas ou as lançará longe em respeito ao dever ético, tal como se recomendou na Alemanha, para pôr fim não só à guerra como a todas as guerras. O político, ao contrário, dirá: O único meio seguro de desacreditar a guerra para todo o futuro previsível teria sido uma paz imediata, fundada sobre o *status quo*. Com efeito, nessa hipótese, os povos ter-se-iam perguntado: de que nos serviu a guerra? E o absurdo da guerra ter-se-ia posto em evidência- solução que já não é possível adotar. A guerra será, com efeito, politicamente vantajosa para os vencedores ou, pelo menos, para uma parte deles. A responsabilidade por tal situação cabe à atitude que nos privou de toda a possibilidade dessa resistência. Dentro em pouco, entretanto é quando ultrapassado o período de cansaço é estará desacreditada a paz e não a guerra; consequência da ética absoluta.*

²⁷¹ Idem. 112-113: *Há, por fim, o dever de verdade. É também ele incondicional, do ponto de vista da ética absoluta. Daí se retirou a conclusão de que se impunha publicar todos os documentos, principalmente os que humilham o próprio país, por em evidência, à luz dessas testemunhas insubornáveis, o reconhecimento de uma culpabilidade unilateral, incondicional e que se despreocupa das consequências. O político entenderá que essa maneira de agir a julgar pelos resultados, longe de lançar luz sobre a verdade irá obscurecê-la, pelos abusos e pelo desencadeamento das paixões que provocará. Sabe o político que só a elaboração metódica dos fatos, procedida imparcialmente, poderá produzir fatos, ao passo que qualquer outro método acarretará, para nação que o empregue, consequências que, talvez, exijam anos para deixarem de se manifestarem. Para dizer a verdade, se existe um problema de que a ética absoluta não se ocupa, esse é o problema das consequências.*

Tendo isto em mente, Max Weber define que a política se orienta pela ética da responsabilidade, na qual o agente responde pelas consequências previsíveis de seus atos.

Na realidade, Max Weber define que toda atividade é subordinada a duas éticas: a ética da responsabilidade, na qual o agente responde pelas consequências de seus atos; e a ética da convicção²⁷², na qual o agente se preocupa em seguir em todas as situações suas convicções. Assim como Maquiavel que afasta a ética cristã da política, Weber afasta a ética da convicção dela. É possível dizer que a ética cristã seja uma ética da convicção. Uma das razões para Weber afastar a ética da convicção da política é que o partidário dela tem dificuldades em lidar com as consequências de seus atos. Ele não tem uma crise de consciência ao agir, pois vai seguir seus valores. Contudo, caso as consequências de seu ato se revelem desastrosas, não imputará a responsabilidade delas para si próprio, mas sim para as circunstâncias, para o mundo ou para os homens. Não é que o partidário da ética da convicção não seja responsável pelos efeitos de sua ação; é que ele não acredita que seja responsável por elas. Para Max Weber, seria totalmente irracional na política agir sem considerar as consequências de seus atos, apenas para manter a própria convicção. Inclusive o pensador alemão ilustra esta passagem descrevendo um líder sindicalista partidário da ética da convicção: seria muito difícil convencê-lo de que determinadas atitudes suas podem contribuir por retardar a ascensão de sua classe ou até mesmo poderia ajudar a rebaixá-la²⁷³.

Como dito, é fundamental que o político tenha consciência da responsabilidade de seus atos. Dessa maneira, na política caberia a ética da responsabilidade, pois o agente sabe que não pode imputar as consequências do seu ato para outras pessoas²⁷⁴.

²⁷² WEBER, Max. Ob. Cit. Pág. 113: *õDesembocamos, assim, na questão decisiva. Impõe-se que nos dêmos claramente conta do fato seguinte: toda atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irreduzivelmente opostas. Pode orientar-se segundo a ética da responsabilidade ou segundo a ética da convicçãoõ.*

²⁷³ Idem. Pág. 113: *õPerderá tempo quem busque mostrar, de maneira a mais persuasiva possível, a um sindicalista apegado à verdade da ética da convicção, que sua atitude não terá outro efeito senão o de fazer aumentarem as possibilidades de reação, de retardar a ascensão de sua classe e de rebaixá-la ainda mais ó o sindicalista não acreditarãõ.*

²⁷⁴ Ibidem. Págs. 113-114: *õQuando as consequências de um ato praticado por pura convicção se revelam desagradáveis, o partidário de tal ética não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que assim criou os homens. O partidário da ética da responsabilidade, ao contrário, contará com as fraquezas comuns do homem (pois, como dizia muito procedentemente Fichte, não temos o direito de pressupor a bondade e a perfeição do homem) e entenderá que não pode lançar a ombros alheios as consequências previsíveis da propria ação. Dirá, portanto: õEssas consequências são imputáveis à minha própria açãoõ. O partidário da ética da convicção só se sentirá õresponsávelõ pela necessidade de velar em favor da chama da doutrina pura, a fim de que ela não se extinga de velar, por exemplo, para que se mantenha a chama que anima o protesto contra a injustiça social. Seus atos, que só podem e só devem ter valor exemplar,*

O partidário da ética da responsabilidade se vê com frequência compelido a recorrer a meios que Max Weber chama de perigosos para evitar consequências desagradáveis²⁷⁵. Assim como fez Isaiah Berlin ao dizer que para Maquiavel aquele que segue a ética cristã não pode ingressar na política, Max Weber aconselha o partidário da ética da convicção a não participar dela. Contudo, é possível dizer que neste ponto Weber se distancia de Maquiavel ou vai além dele.

Pode se afirmar que a política descrita em *O Príncipe* de Maquiavel segue a ética da responsabilidade. O príncipe não pode em todas as situações seguir os valores propostos pela moral cristã; ele deve - muitas vezes - agir contrariamente a estes princípios pensando nas consequências de seus atos. As consequências da ação política serão abordadas mais à frente.

Raymond Aron, comentador de Max Weber, inclusive chega a chamar a ética da responsabilidade de a òmoral de Maquiavelö. E a ética da convicção ela chama de moral de Kant²⁷⁶. Para Raymond Aron, a ética da responsabilidade é aquela que obriga o homem de ação a prever as consequências de suas possíveis decisões e introduzir aos acontecimentos certos resultados que se deseja. Isso seria plenamente aceitável de se dizer do príncipe.

Entretanto, importa em afirmar que Maquiavel está no terreno da moralidade e não da força ou da violência. O florentino reconhece que a situação do príncipe não é agradável. Maquiavel trabalha mais com a ideia de uma crise de consciência que o governante possa ter ao agir; por esta razão, o príncipe deve estar disposto a contrariar valores e princípios nos quais acredita para que possa produzir bons efeitos. Um partidário da ética da convicção ou da ética cristã, por exemplo, talvez não esteja disposto a enfrentar esta situação. É, portanto, no campo da moralidade que ele faz a sua tese da ação política. Já Max Weber parte do princípio de que o partidário da ética da convicção não pode ingressar na política porque ela faz apelos aos meios violentos. Max Weber está no campo da força legitimada.

mas que, considerados do ponto de vista do objetivo essencial, aparecem como totalmente irracionais, visam apenas àquele fim: estimular a chama da própria convicçãoö.

²⁷⁵ WEBER, Max. Ob. Cit. Pág. 114: *õA nenhuma ética é dado ignorar o seguinte ponto: para alcançar fins õbonsö, vemo-nos, com frequência, compelidos a recorrer, de uma parte, a meios desonestos ou, pelo menos, perigosos, e compelidos, de outra parte, a contar com a possibilidade e mesmo a eventualidade de consequências desagradáveisö.*

²⁷⁶ ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Pág. 470.

Max Weber mostra que aquele que se dedica a política deve ter consciência de que ela se compromete com õpotências diabólicas que atuam com toda a violência²⁷⁷. Para ele, as tarefas políticas não podem ser concretizadas sem violência. A atividade política para Weber se utiliza de medidas violentas e por isto aquele que deseja a õsalvação da almaõ ou que não tem consciência dos diabólicos poderes que estão em jogo, não pode ingressar na política²⁷⁸. O sociólogo alemão até chega a utilizar-se de Maquiavel para afastar da política o partidário da ética da convicção. Para ele, o florentino teria percebido que o õdemônio da políticaõ vive em õestado de tensão extremaõ como Deus, e que naquela época a salvação da alma pesava muito mais no poder de decisão. Contudo, o governante iria preferir sempre a grandeza da cidade ao agir. O Estado, a pátria ou a cidade natal seriam muito mais importantes do que a salvação da alma²⁷⁹. Entretanto, como dito antes, Maquiavel não faz sua teoria com base na violência. O caráter assustador da política não é porque ela se utiliza de meios violentos; Maquiavel nem tinha uma concepção de Estado moderno. Na realidade, o caráter assustador da política está em õabrir mãoõ em determinadas situações de valores em que se acredita para produzir um bom efeito sem saber se realmente ele será produzido.

Aliás, Max Weber não explica em seu trabalho quais seriam estas boas conseqüências ou qual seria o bom resultado. Ele conclui retomando a idéia inicial: a verdadeira vocação política é ter uma causa para defender com senso de responsabilidade; ou seja, a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõem, mas se

²⁷⁷ WEBER, Max. Ob. Cit. Pág. 120.

²⁷⁸ Idem. Pág. 121: *õCom efeito, todos esses objetivos que não é possível atingir a não ser através da atividade política õ onde necessariamente se faz apelos a meios violentos e se acolhem os caminhos da ética da responsabilidade õ colocam em perigo a õsalvação da almaõ. E caso se procure atingir esses objetivos ao longo de um combate ideológico orientado por uma ética da convicção, há risco de provocar danos grandes e descrédito, cujas repercussões se farão sentir durante gerações várias, porque não existe responsabilidade pelas conseqüências. Nesse caso, o agente não tem consciência dos diabólicos poderes que entram em jogo. Ora, esses poderes são inexoráveis e, se o indivíduo não os percebe, será arrastado a uma série de conseqüências e a elas, sem mercê, entregue; e as repercussões se farão sentir não apenas em sua forma de atuar, mas também no fundo de sua almaõ.*

²⁷⁹ Ibidem. Págs. 120-121: *õO gênio ou demônio da política vive em estado de tensão extrema com o Deus do amor e também com o Deus dos cristãos, tal como este se manifesta nas instituições da Igreja. Essa tensão pode, a qualquer tempo, explodir em conflito insolúvel. Isso os homens já sabiam, mesmo ao tempo que a Igreja dominava. Repetidamente o interdito papal atingia Florença õ e, naquela época pressão tal pesava muito mais fortemente sobre os homens e muito mais lhes ameaçava a salvação da alma do que a õfria aprovaçãoõ (como diz Fichte) do juízo moral kantiano õe, entretanto, os habitantes da cidade continuavam a mover guerra aos Estados papais. Em bela passagem de suas õHistórias de Florentinasõ, se exata minha lembrança, Maquiavel alude a tal situação e põe na boca de um dos heróis de Florença, que rende homenagem a seus concidadãos, as seguintes palavras: õEles preferiram a grandeza da cidade à salvação de suas almasõ.*

complementam²⁸⁰. Fernando Henrique Cardoso, no prefácio de *O Príncipe*²⁸¹, sustenta que tema levantado por Maquiavel (ética e moral na política) foi mais bem trabalhado por Max Weber, na medida em que o sociólogo alemão coloca que a política não exclui a crença em valores e nem supõe o amoralismo da ação. Todavia, como já dito antes, Maquiavel não propõe uma ação amoral ou que o agente político deve suprir todos os seus valores; pelo contrário, assim como Max Weber, ele destaca que é importante pensar nas consequências da ação. E isso, muitas vezes, necessita desrespeitar valores em que se acredita.

De todo modo, é importante destacar que a ética da responsabilidade, aplicada na política, é a ética que foi desenvolvida para *O Príncipe*. O príncipe deve compreender as circunstâncias que aparecem e prever as possíveis consequências que seus atos podem produzir. Contudo, é preciso trabalhar a questão de quais seriam as boas consequências que se deveria prever ou desejar.

2- Qual seria a boa consequência?

Entre os comentadores que defendem que a ética da responsabilidade é a ética do príncipe em Maquiavel, há um grande debate sobre quais seriam as boas consequências ou os bons resultados que se poderia atingir. Apesar de Max Weber não afirmar que a ética da responsabilidade possa ser aplicada ao príncipe de Maquiavel e muito menos que ela decorre da leitura desse texto, sua obra retoma em parte o pensamento do florentino. A partir da leitura de Weber, Raymond Aron²⁸² tenta verificar qual seria o bom efeito ou a boa consequência que o governante almeja e que o pensador alemão pretendeu apontar.

Para Raymond Aron, o objetivo do governante de acordo com Max Weber é atingir o bem da coletividade²⁸³. Aron até chega a mencionar que Max Weber gostava de tomar como símbolo da ética da responsabilidade o herói de Florença, descrito por Maquiavel como aquele que preferiu a grandeza do Estado à salvação de sua alma. Mas o que seria este

²⁸⁰ WEBER, Max. Ob. Cit. Pág. 122.

²⁸¹ CARDOSO, Fernando Henrique. Ob. Cit. Pág.21.

²⁸² ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Pág. 470.

²⁸³ Idem. Pág. 470: *“O homem do Estado emprega meios reprovados pela ética vulga para realizar um objetivo supra-individual, que é o bem da coletividade. Weber não elogia o maquiavelismo e uma ética da responsabilidade não é necessariamente maquiavélica, no sentido comum do termo. A ética*

bem da coletividade? Assim como já dito anteriormente, o comentador de Max Weber ressalta que o pensador alemão não determinou quais objetivos se pretendiam atingir com a ação política. Ele ressalta que Weber acreditava que jamais haveria um acordo entre os homens que vivem em sociedade sobre qual objetivo a alcançar. Cada coletividade humana pode aspirar diversos valores, sendo impossível a satisfação de todos os membros. Assim, não existe uma ação política que não beneficie uma classe e sacrifique outra dentro da coletividade. Sempre um grupo será atendido e o outro não. Contudo, a ação deve atingir o maior grupo possível. Esse grupo é que define o bem da coletividade geral. Assim, para concluir, Raymond Aron entende que Max Weber não pode determinar o bem comum de maneira rigorosa porque sua noção será genérica, ou seja, será a do maior grupo²⁸⁴.

Portanto, o bem comum ou o bem da coletividade (ainda que tomado pelo bem da maior parte) seriam as boas conseqüências que a ação política deveria produzir para Max Weber (segundo Raymond Aron). Maria Lúcia de Arruda Aranha²⁸⁵ ao tratar de moral e política em *O Príncipe* de Maquiavel, também segue a linha já traçada por Weber e destacada por Raymond Aron.

Maria Lúcia de Arruda Aranha considera que Maquiavel tenha afastado a ética da convicção da política; ela seria própria para a vida privada, pois o indivíduo pode seguir seus princípios custe o que custar, sem se preocupar com o que vai acontecer. Já na política, o critério seria o resultado; o governante deve se preocupar em agir para produzir aquilo que ele deseja (ética do resultado)²⁸⁶. Para ela, a ação política não pode ser julgada *a priori* boa ou má, justa ou injusta, e sim *a posteriori*, depois de conhecido os efeitos ou o resultado alcançado. Entretanto, quais seriam os resultados ou as conseqüências capazes de

da responsabilidade é simplesmente a que se preocupa com a eficácia, e se define pela escolha dos meios ajustados aos fins que se pretendeö.

²⁸⁴ ARON, Raymond. Ob. Cit. Pág. 471: *õDentro de uma sociedade não há medida política que não traga vantagem para uma classe e sacrifício para outra. Por isso as decisões políticas, que podem e devem ser iluminadas pela reflexão científica, serão sempre, em última análise, ditadas por julgamentos de valor não suscetíveis de demonstração. Ninguém pode determinar com segurança na medida em que tal indivíduo ou tal grupo deve ser sacrificado pelo bem de outro grupo, ou da coletividade global. O bem da coletividade global só pode ser definido por um grupo em particular. Em outros termos, de acordo com pensamento de Max Weber, a noção genérica de bem comum não comporta uma determinação rigorosaö.*

²⁸⁵ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel a lógica da força*. Pág. 75.

²⁸⁶ Idem. Pág. 75: *õNa moral individual, o critério não depende do resultado da ação (fazes o que deves, aconteça o que acontecer), porque a perspectiva da política é a sobrevivência do grupo, e não apenas do indivíduoö.*

determinar que a ação política possa ser julgada boa? Ela vai responder que as ações devem ter sempre em vista os valores coletivos²⁸⁷.

Maria Lúcia defende que o resultado almejado pelo príncipe deve ser a estabilidade do governo com os conseqüentes benefícios para a comunidade. Segundo ela, a predominância da moral cristã tornava a ação política para Maquiavel prejudicial à coletividade. Assim, na política, serão morais as ações que são úteis para a comunidade e imorais aquelas que visam interesses particulares ou não atingem os fins desejados²⁸⁸. Dessa maneira, a nova ética que o florentino propõe para a política é diferente daquela exigida nas situações da vida particular; é uma ética que permite agir contrariamente a moral ou ao senso comum, desde que seja bom para a comunidade. Portanto, a boa consequência apontada pela Maria Lúcia é que a ação seja útil para a comunidade governada.

Maria Lúcia, contudo, já antecipa o problema de se dizer que a ação política deve visar o bem comum. Quem vai definir o que venha a ser o bem comum? Ela aponta que os critérios utilizados para avaliar a ação política e as conseqüências a serem atingidas com esta ação (estabilidade do governo e bem comum), podem se desvirtuar com tempo. É que o príncipe é quem vai decidir sobre a conveniência da ação e, para ela, será ele quem julgará se a ação visa ou não o bem comum. Em outras palavras, Maria Lúcia chama a atenção para dizer que o julgamento da ação política (se ela atingiu ou não o bem comum) poderia caber ao príncipe que agiu. Assim, existiria a ameaça da política sem ética. Para ela, Maquiavel soluciona o problema ao transferir para os súditos a necessidade de se controlar qualquer poder arbitrário e que não vise o bem comum²⁸⁹.

Sebastian de Grazia²⁹⁰ é outro comentador que segue essa linha. Para ele, Maquiavel propõe um novo espelho ao príncipe. Este novo espelho do príncipe seria uma nova ética. Ele também reconhece em Maquiavel a necessidade do príncipe em se enveredar pela via daquilo que é considerado mal. Entretanto, este mal será um vício que ele chama de primeira impressão. A princípio, a ação pode ser considerada boa ou má; mas esta avaliação

²⁸⁷ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Ob. Cit..Pág. 76.

²⁸⁸ Idem. Pág. 76.

²⁸⁹ Ibidem. 77-78: *Os critérios usados por Maquiavel para avaliar a ação política ó a estabilidade, o bem comum ó nem sempre são suficientes, uma vez que a análise do êxito efetivo supõe um distanciamento que só vem com o tempo. Daí os riscos do processo. Como o poder se acha nas mãos do príncipe, em última instância é ele quem decide sobre a conveniência ou não de uma ação, é ele que julga se ação visa ou não o bem comum. Mesmo hoje, como falar em ética política em sociedades marcadas pela divisão e discriminação social e ainda constituídas por homens não politizados e ,portanto, incapazes de intervir como cidadãos conscientes?ö.*

será aparente, de primeira impressão²⁹¹. Para Sebastian, toda e qualquer ação não é considerada boa ou má por uma determinação divina; pelo contrário, é um julgamento humano, objeto de consideração externa. Ele destaca que é preciso avaliar uma ação utilizando o critério que ele chama de *bem usado*. Este critério tem como base o bem comum. Uma ação julgada má a primeira impressão (como, por exemplo, a crueldade), pode ser considerada boa se bem usada. E quando será bem usada? Quando promover o bem comum, ou seja, quando promover a máxima utilidade para os súditos²⁹². Da mesma maneira, uma ação julgada boa à primeira impressão poderá ser considerada má se não for bem usada.

De acordo com Sebastian de Grazia, a nova ética proposta por Maquiavel traz um novo vocabulário ético: do mal é lícito se dizer bem e do bem é lícito se dizer mal. A ação política pode ser má aparentemente, em uma primeira impressão, mas promover o bem comum. E uma ação pode ser considerada boa aparentemente e não atingi-lo. O comentador destaca que o mal de primeira impressão e o mal absoluto não se confundem; são completamente opostos. O mal de primeira impressão tem um aspecto claramente provisório para Sebastian de Grazia. Ele é transitório e só será praticado quando o bem comum assim impuser tal necessidade. Para ele, depois que o bem comum é atingido, o mal de primeira impressão deixa de existir e não se deve insistir com ele. O mal de primeira impressão permite que o agente político ingresse no mal, pois ele é passageiro e ingressar supõe sair. Se a ação for verdadeiramente má, não se pode sair dela²⁹³.

²⁹⁰ DE GRAZIA, Sebastian. Ob. Cit. Pág. 321.

²⁹¹ Idem. Pág. 320: *õNão só simplesmente se considera que tal ou qual pessoa possua determinadas qualidades, mas a própria bondade ou maldade das qualidades, apesar do consenso sobre elas, é mero objeto de consideração externa. È verdade que já um consenso sobre seu valor positivo ou negativo, mas, ao fim e ao cabo, não passa de um julgamento humano, não sendo uma ordenação divinaõ.*

²⁹² Ibidem. Pág. 321: *õÉ preciso aplicar o critério do õbem usadoõ. A única exigência a todas as qualidades é que promovam o bem comum. Como objetivos imediatos, Niccolò, nesses capítulos, especifica a salvação do Estado do príncipe, a manutenção ou perda do controle do Estado (õmanter os súditos (...) unidos e fiéis), deixando a relação desses objetivos mais próximos com o objetivo mais distante do bem comum como algo já assente, omitido ou entendido e memorizado a partir das afirmações anteriores.. O príncipe se refere primeiramente ao objetivo distante (acabamos de vê-lo no caso de Agátocles) com a máxima utilidade possível para os súditosõ.*

²⁹³ Ibidem. Págs. 331-332: *õComo define Niccolò no caso das crueldades bem usadas, a classificação dentro dessa categoria de mal tem um aspecto claramente provisório. Por não fazer parte das compulsões ou imperativos da verdadeira natureza do agente, ele pode ser transitório. Será usado apenas quando o bem comum impuser tal necessidade, e depois eliminado prontamente, reorientando-se para o bem comum e deixando de existir: õE depois não se insiste neleõ. Isso no capítulo 8 de õO Príncipeõ, e outra vez no capítulo XVIII: õnão se deve afastar do bem, podendo, mas saber, ingressar no mal, estando necessitadoõ.*

Portanto, será lícito dizer bem do mal se esse mal for aparente e se ele converter em um verdadeiro bem comum. Assim, uma ação má só poderá ser praticada se ela for aparentemente má, ou seja, se visar e atingir o bem comum. Sebastian de Grazia vai ainda além; para ele, o florentino mantém uma tensão no leitor de *O príncipe* ao não qualificar o substantivo *õmalö*. Assim, o leitor mais desatento confunde o mal absoluto com o mal de primeira impressão. Maquiavel jamais defendeu que na política fosse praticado o mal absoluto, e sim o mal de primeira impressão²⁹⁴. E o grande dilema que Maquiavel apresenta, na visão deste comentador, é que o príncipe mal terá dificuldade em sair ou desistir de praticar atos maus; e o príncipe bom terá dificuldades em ingressar em atos maus, ainda que de primeira impressão.

Sebastian de Grazia afirma que pouco importa para Maquiavel a verdadeira intenção do príncipe ou suas crenças individuais. O príncipe deve ser prudente e utilizar a razão para adequar os meios a exigência de atingir o bem comum. O príncipe deve sempre procurar atingir o bem comum, mesmo que muitas vezes tenha que se utilizar de um vício de primeira impressão. Dessa maneira, assim como Maria Lúcia de Arruda Aranha, Sebastian de Grazia coloca como objetivo do príncipe a prática de atos necessários para promover o bem comum. Além disto, também para ele o súdito é quem irá controlar se o príncipe atingiu o bem comum e, com isto, irá louvá-lo ou reprová-lo.

Lauro Escorel²⁹⁵ é outro comentador de Maquiavel que se aproxima muito das ideias de Max Weber. Em primeiro lugar, ele não concorda com a afirmação de que o florentino propunha uma política imoral ou que a política e a ética constituem dois mundos separados. De acordo com esse comentador, a política para Maquiavel tinha uma ética

O aspecto transitório dos atos maus à primeira vista permitem explicar a invulgar frase ã ingressar no malö, Ingressar supõe sair. Se a crueldade é estável, uma tendência constante de tua natureza, teus atos cruéis são verdadeiramente maus, e não podes sair deles, tal como era impossível ao imperador Cômodo, de ãânimo cruel e bestialö, ou ao duque Galeazzo Sforza, que não se contentava em mandar matar os homens a não ser quando ãos matava de algum modo cruelö.

²⁹⁴DE GRAZIA, Sebastian. Pág. 331: *õEntão surge a pergunta: o mal que um príncipe novo ou o indivíduo único muitas vezes precisa praticar é um mal absoluto ou um mal de primeira impressão? A resposta é: um mal de primeira impressão. Nosso filósofo moral sabe o que está dizendo com todos aqueles ãconsideradosö, ãjulgadosö e ãaparentesö; sabe o que está fazendo com esta afirmação provocativa: ãSe do mal é lícito dizer bemö. O mal absoluto e o mal aparente se opõe como o meio-dia à meia noite; no entanto, para chocar os suscetíveis, para saciar sua irreprimível irreverência pessoal, da qual logo teremos mais notícias, Niccolö mantém a tensão do leitor jogando com a semelhança dos termos, por não acrescentar nenhum qualificativo ao substantivo ãmalö. É lícito dizer bem do mal, se esse mal for apenas aparente e se converter em um verdadeiro bemö.*

²⁹⁵ESCOREL, Lauro. Ob. Cit. Pág. 162.

própria²⁹⁶. Para ele, Maquiavel mostra que a atividade política necessita de uma vocação que direciona o governante para a aquisição, manutenção e uso do poder em uma determinada sociedade. Entretanto, o uso desse poder deve atender a uma finalidade específica, ou seja, o bem da comunidade. Toda atividade política deve estar direcionada a proporcionar e atingir o bem comum. O príncipe jamais deve buscar satisfazer interesses pessoais ou egoístas; o fato de possuir o poder faz com que ele adote todas as medidas cabíveis e necessárias para o bem coletivo. Para ele, Maquiavel assim impõe uma moralidade na política: todos os atos serão morais se úteis para comunidade; e imorais se só tiverem em vista da satisfação de interesses privados e egoístas²⁹⁷.

Dessa maneira, o comentador sustenta que o florentino utiliza o bem comum como critério de julgamento da ação. O príncipe só agirá eticamente se conquistar e conservar o poder para promover o bem coletivo. É uma ética utilitária na medida em que somente aceita como resultado o que for útil para o bem da comunidade. E o julgamento da ação política não será *a priori*, ou seja, é impossível afirmar se uma ação é boa ou má antes de verificar se ela promoveu o bem comum. Portanto, todos os julgamentos serão *a posteriori* na política. Para Maquiavel, na moral da política não existe um Bem ou um Mal em abstrato como na ética cristã, mas sim uma ação que redunde ou não em benefício para a coletividade²⁹⁸. Toda ação política deve ter uma moral imanente que é atingir o bem coletivo. Isso também leva o comentador à outra conclusão: a ética da política permite a adoção de meios por vezes censurados para o benefício da coletividade. A ética da política implica no reconhecimento da necessidade do Mal. O Mal tal como conceberam os cristãos e que deveria ser evitado a todo o custo na atividade política, por vezes será necessário para atingir o objetivo pretendido.

Nesse ponto, Lauro Escorel também se aproxima de Max Weber. Ele coloca o problema da ética de princípios para o governante mesmo sem citar o pensador alemão. Para

²⁹⁶ESCOREL, Lauro. Ob. Cit. Pág. 162: *õVerificamos no capítulo anterior, que Maquiavel concebia a política ó ou antes constatava que ela assim se apresenta na história ó como uma atividade autônoma, senão soberana, que engendra, sob o império do instinto de poder e da necessidade, sua própria ética utilitária e empíricaõ.*

²⁹⁷ Idem. Ob. Cit. Pág. 150.

²⁹⁸ Ibidem. 157: *õIdentificação do interesse particular com o interesse geral, disposição do indivíduo de consagrar-se ao bem da própria pátria, pautando suas ações pelo interesse desta última, eis em que consiste a moralidade maquiavélica, para qual não existe um Bem e um Mal em abstrato, a definir os atos humanos, mas apenas atos bons e atos maus conforme redundem ou não em benefício da coletividade. Em suma: no pensamento de Maquiavel, a Moral perde a sua autonomia e transcendência, sendo integralmente absorvida pela Políticaõ.*

ele, a consciência humana é tomada pelo cristianismo, ou seja, por uma ética que reclama a salvação da alma, o sacrifício de todas as vantagens mundanas e da glória terrena, e que não permite a violação ou abandono de qualquer princípio ou dever moral. A pessoa que é incapaz de violar o código moral que rege sua vida interior e de contrariar seus princípios, com certeza terá sucessivos fracassos políticos, ou seja, não atingirá o bem comum. Esse homem político não pode ter uma ética que limite alcançar seus objetivos; a verdadeira vocação política vai exigir que o governante dirija seu poder para promoção de valores morais necessários ao bem da comunidade²⁹⁹. A moralidade não pode enrijecer o agente político ao agir, pois mesmo que o seu fracasso seja nobre e ele seja alçado à condição até mesmo de santidade, por certo não obterá o êxito político e muito menos se manterá no poder.

De acordo com Lauro Escorel, o indivíduo na sua vida privada pode se omitir para não violar seus princípios ou até mesmo sacrificar sua vida em prol de um valor moral superior, pois as conseqüências de seus atos atingirão somente a ele; contudo, o governante tem responsabilidade pelos seus atos, uma vez que o bem-estar e a segurança da coletividade estão em suas mãos. Por essa razão, em certos casos o príncipe deve violar a moral dita privada para manter seu poder e garantir o bem coletivo³⁰⁰.

Apenas para complementar o pensamento de Lauro Escorel, a necessidade de praticar atos que são considerados *õmausö* pela moral privada com o intuito de atingir o bem comum, não significa dizer que os fins justificam os meios ou que ao político *lhe* é permitido fazer tudo. Pelo contrário: a política é inseparável da moral em primeiro lugar porque ela deve promover o bem da coletividade; em segundo lugar, o *õmalö* somente deverá ser praticado em determinadas circunstâncias. Ele é eventual e o príncipe deverá sempre levar

²⁹⁹ ESCOREL, Lauro. Ob. Cit. Pág. 165: *õÉ fato de observação corrente que a pretensão de fazer política encouraçado numa rígida moralidade de ordem privada poderá levar o indivíduo à auto-exaltação estóica ou mesmo á santidade, mas não o conduzirá por certo ao êxito político, nem o manterá no poder, se a ele o tiverem levado circunstâncias excepcionais. E não se concebe um político, cuja existência, diga-se de passagem, é indispensável à vida do Estado e à promoção dos valores morais necessários ao bem da comunidade, que renuncie ao agir segundo exija uma determinada situação de fato, para não ferir um código ético inadequado à esfera política. Porque, de tal omissão, poderão resultar, conforme as circunstâncias, conseqüências práticas desastrosas para própria coletividadeõ.*

³⁰⁰ Idem. Pág. 166: *õSe o indivíduo, na sua existência privada, tem o direito de sacrificar o seu bem pessoal imediato e até sua própria vida a um valor moral superior, ditado pela sua consciência, pois em tal hipótese está empenhando apenas seu destino particular, o mesmo não acontece com o homem de estado, sobre o qual pesam a pressão e a responsabilidade dos interesses coletivos; este, de fato, não terá o direito de tomar uma decisão que envolva o bem-estar ou a segurança da comunidade, levando em conta tão somente as exigências da moral privada; casos haverá em que terá o dever de violá-la para defender as instituições que representa ou garantir a própria sobrevivência da naçãoõ.*

em conta a moralidade dominante na comunidade como uma força social, pois ela é importante no julgamento do homem político. Ou seja, para que o governante conquiste a confiança de seus adeptos, deve se preocupar em não contrariar a ideia que eles possuem do bem e do mal. O príncipe deve ter a opinião dominante ao seu favor para agir³⁰¹.

Dessa forma, o que é importante destacar para este comentador é que a política para Maquiavel deve servir a uma finalidade ética: a aplicação efetiva do poder em benefício da comunidade. Para ele, o político imoral é aquele que age para satisfazer interesses pessoais e egoístas em detrimento de toda coletividade.

É possível discordar de todos esses comentadores. Em primeiro lugar, Maquiavel não diz que o príncipe deve promover o bem comum. O florentino não explora o bem comum em seu trabalho. Esses comentadores colocam o bem comum como o norte que o governante deve ter ao praticar suas ações políticas; atingir o bem comum justificaria a prática de ações que são consideradas más. Caberia ao súdito fiscalizar e reconhecer que o bem comum foi atingido. Entretanto, é difícil conceituar o que venha a ser bem comum. Como atingi-lo se não se sabe o que ele é? Seria o bem comum o interesse geral dos súditos? Seriam os valores coletivos? Seria o bem comum tudo aquilo que os súditos desejam ou seria aquilo que os súditos reconhecem como bom? Pode ser o bem comum a vontade da maioria? É difícil fazer suposições se a obra de Maquiavel não aborda este tema. Nem mesmo esses comentadores definem o que venha ser o bem comum. Dizer que a ação política precisa atingir o bem comum deixa a solução do problema muita vaga, muito abrangente e genérica. É verdade que o príncipe, ao agir, será responsável pelas consequências de sua ação; mas não se pode afirmar que as boas consequências estão diretamente ligadas ao bem comum se não é possível defini-lo. Talvez se pudesse afirmar que os súditos é que vão definir o que é bem comum ao julgar a ação do príncipe; mas seria dizer que o príncipe deve atender aos anseios do povo ou que a ação do príncipe seria pautada por aquilo que os súditos desejam. E seria

³⁰¹ ESCOREL, Lauro. Ob. Cit. Pág. 172: *õA técnica política não poderá, portanto, ser aplicada com êxito real e duradouro caso se apresente totalmente desligada de considerações morais. Em outras palavras: a arte da política é inseparável da moral, em primeiro lugar porque cabe a esta última assinar-lhe sua finalidade última que é a de promover o bem comum; em segundo lugar porque, na prática, o político não pode, sem grave dano para sua carreira, desconhecer a moralidade dominante como uma das forças sociais que ele há de levar em conta na ponderação dos fatores integrantes do jogo pelo poder. (...) o homem político, para conservar a confiança de seus adeptos, deve preocupar-se em não ferir suas idéias do bem e do mal; deve, em suma, agir tendo em vista a moralidade reinante na sua época. Um artista, diz ele, que morre de fome numa mansarda por ter ousado escandalizar o gosto do público, pode ainda pintar obras-primas; mas obras primas políticas só*

impossível atender a todos os desejos do povo. O que se pode concluir, portanto, é que não há um bem comum a ser buscado ou um desejo a ser realizado.

Contudo, a questão ainda persiste: quais seriam as boas conseqüências que se pretende atingir com a ação política na ética da responsabilidade?

Robert Chisholm apresenta outra solução para esta questão³⁰². Para ele, o bom efeito ou a boa conseqüência da ação será o legado que o príncipe deixará. Esta solução também é seguida por José Luiz Ames³⁰³. Ele entende que a ética de Maquiavel respeita dois critérios: o primeiro é criar uma ordem em um mundo de contingência e ser leal com o Estado; o segundo está no fato de que a ação política deve produzir um bom efeito³⁰⁴. Para Robert, Maquiavel pretende mostrar, tanto nos *Discursos* quanto em *O Príncipe*, que é necessário criar uma ordem humana em um mundo de acaso. E para ele, somente a ação política é capaz de criar a ordem nesse mundo; ademais, a ordem só pode ser criada dentro do Estado. O Estado é que possibilita essa ação política criadora e é por esse motivo que o príncipe deve sempre ser leal a ele. Com isso em mente, Robert Chisholm afirma que a ação política que cria a ordem é a que servirá de parâmetro para os julgamentos morais que são feitos. E os julgamentos morais devem levar em conta o efeito produzido pela ação; se o efeito for bom, ele justificará o ato. A ação política, portanto, será julgada por suas conseqüências.

Para Robert Chisholm, pouco importa a verdadeira intenção do agente político ou valor moral inerente ao ato: o que vale é se a ação produziu ou não um bom efeito³⁰⁵. Mas qual será o bom efeito para Maquiavel? Ele afirma que o bom efeito é o legado

podem ser realizadas por um homem político que trabalhe em colaboração completa com a opinião dominante.

³⁰² CHISHOLM, Robert. Ob. Cit.

³⁰³ AMES, José Luiz. Ob. Cit.

³⁰⁴ CHISHOLM, Robert. Ob. Cit. Pág. 53. *Entender isto a respeito de Maquiavel nos permite desenhar os critérios avaliativos de sua ação política. Há dois critérios: a lealdade do agente político a algo que transcende a fortuna pessoal; e os efeitos de suas ações. O primeiro deles tem a ver com a preocupação de Maquiavel da imposição da ordem sobre o mundo de contingência. O empreendimento humano coletivo, o Estado, é o contexto dentro do qual essa ordem pode ser criada; portanto é o objeto adequado da lealdade. O propósito da ação política é estabelecer uma ordem estável e segura, com esse e somente esse propósito é que a tática da tirania pode ser usada sem incorrer na mera criminalidade (cf. o relato sobre Liverotto de Fermo no capítulo VIII). Mas isso não quer dizer que Maquiavel acredita que os fins justificam os meios. Em vez disso, Maquiavel diz que quando o efeito é bom (...) ele sempre justifica a ação, o que não é a mesma coisa.*

³⁰⁵ Idem. Pág. 54. *A ação política deve ser julgada apenas por suas conseqüências. Nem o objetivo buscado por um agente nem o valor moral inerente de um ato, nos termos da filosofia moral ou*

que príncipe deixa. As ações do príncipe devem visar a manutenção do Estado e a criação de instituições que sobrevivam a eles. Esse seria o legado que deve ser buscado pelo príncipe. Explica o comentador que o príncipe deve criar uma ordem que garanta aos seus súditos algum tipo de segurança, talvez criando um regime novo ou recriando um regime antigo³⁰⁶. Em outras palavras, o príncipe não deve tomar o poder para atingir fins pessoais; ele deve se preocupar em criar ou estabelecer um Estado seguro, que se mantenha e que o poder possa ser assegurado para seus sucessores. Esse é o grande legado que o príncipe deve se preocupar e que fará com que ele seja incluído entre os mais ilustres homens.

Robert Chisholm se difere dos demais, pois para ele o príncipe não se dirige ao povo e nem discorre sobre ele. Para este comentador, o foco de Maquiavel é trabalhar com o príncipe. O príncipe só deve se preocupar em não abusar de seus súditos para que a ordem possa ser mantida. E o florentino vai mostrar que o príncipe é diferente dos súditos porque ele é ambicioso. Mas não seria a ambição do poder pelo poder ou para satisfazer interesses pessoais; é a ambição em produzir um bom efeito, ou seja, em criar, reorganizar e refazer instituições capazes de manter o Estado e de assegurá-lo para seus sucessores³⁰⁷.

Dessa maneira, a ética da responsabilidade proposta por Maquiavel em *O Príncipe* seria uma ética que se preocupa em produzir um bom efeito e este bom efeito seria o legado que o governante deixa. Assim, o que importa ao agir não seria a salvação da alma ou aperfeiçoar o caráter, mas criativamente produzir um bom efeito, que importa em estabelecer uma ordem dentro de um mundo de contingência³⁰⁸. Sobre esta lógica, o príncipe não precisa estar preocupado em infringir a moralidade cristã, e sim em manter seu Estado e estabelecer uma ordem estável e duradoura.

Robert Chisholm coloca, ainda, dois fatores que auxiliam no legado deixado pelo príncipe: reputação e glória. O legado histórico irá assegurar a glória terrena. O legado

clássica, é vital nessa avaliação. Não há o problema de õmãos sujasõ ó a busca de bons e maus efeitos, definidos dos agentesõ.

³⁰⁶ CHISHOLM, Robert. Ob. Cit. Pág. 68.

³⁰⁷ Idem. Pág. 69. *õQual será a característica que distingue o príncipe do bom cidadão? Ambição é a resposta óbvia. Os grandes se distinguem do povo por sua ambição, mas a ambição sem habilidade é desprezada por Maquiavel. (...) Maquiavel não defende a ambição mesquinha, mas a grande, magnífica ambição, que, não se contenta meramente com a conquista e manutenção do poder, mas procura recriar ou refazer ordens e instituiçõesõ.*

³⁰⁸ Ibidem. Ob. Cit. Pág. 71. *õO propósito da ética de Maquiavel não é a salvação da alma ou o aperfeiçoamento do caráter, nem mesmo a glória em si, mas a criação de algo que possa ser julgado bom por causa das suas conseqüências humanas. O consequencialismo de Maquiavel privilegia a reordenação criativa das circunstâncias como o ato humano por excelência. Os efeitos dos novos modos e ordens criados justificam os atos necessários para seu estabelecimentoõ.*

histórico é aquele que impõe uma ordem duradoura³⁰⁹. E o príncipe deve ter boa reputação perante seus súditos de modo que ele poderá praticar seus atos para produzir o bom efeito. A boa reputação perante os súditos auxilia o príncipe na consecução de seu legado e de sua glória terrena³¹⁰.

É possível também discordar deste comentador. Para ele, é essencial que o príncipe deixe um legado, ou seja, que crie e organize instituições duradouras, capazes de assegurar o seu poder e de seus sucessores, e que tragam a segurança para o Estado. Assim, o bom efeito é o legado que será deixado. Portanto, pouco importa se o governante tenha que contrariar seus princípios ou agir contrário a moral vigente, desde que ele produza o bom resultado que é o legado. Esta visão tira a importância do papel do súdito na obra de Maquiavel; caberá a ele apenas reconhecer esse bom efeito almejado, por vezes imputando-lhe a glória terrena. Entretanto, *O Príncipe* deixa claro que o súdito será o destinatário da ação política do governante; o príncipe só mantém sua condição de governante com a aquiescência dos governados. Assim, o mais importante não será o legado que o príncipe deixará, mas fazer com que súditos reconheçam que aquela ação praticada, mesmo que seja considerada má, era boa para eles. Em outras palavras, é criar um consenso entre os súditos de que aquele ato é bom para eles. Como consequência, haverá um consentimento de que aquela pessoa pode ser o governante e assim estará mantido o poder. Esta é a idéia trabalhada por Merleau-Ponty.

³⁰⁹ CHISHOLM, Robert. Ob. Cit. Pág. 70: *O propósito de Maquiavel ao citar essas figuras quase míticas é elevar a ambição do suposto príncipe acima dos interesses imediatos, não para favorecer algum bem transcendente incorporado na religião ou na moralidade, mas para considerar os requisitos de um legado histórico que irá assegurar a glória terrena pela imposição de uma ordem duradora.*

³¹⁰ Idem. Pág. 62: *A reputação parece servir como uma restrição ao comportamento do príncipe : o príncipe virtuoso deve agir de modo a adquirir glória e também poder. Em resumo, emular Agátocles é uma via que não está aberta ao homem de virtude porque não podemos chamar de virtude matar os próprios concidadãos, trair os próprios amigos, não ter fé, não ter piedade nem religião; esses meios podem garantir a conquista do império, mas não da glória.*

3- A boa consequência é a criação do consenso.

Em seu artigo "Notas sobre Maquiavel"³¹¹, Merleau-Ponty tenta entender a razão pela qual o pensador florentino causou tanta polêmica e diferentes interpretações de sua obra *O Príncipe*. A conclusão desse brilhante artigo é que Maquiavel propôs uma ética para política que considera os efeitos de uma escolha³¹², ou seja, que não se pode dispensar a consideração de seus resultados prováveis.

A leitura que Merleau-Ponty fez é o cerne da ética da responsabilidade contida na obra de Max Weber, apesar de não citá-lo no seu trabalho. Na realidade, ambos os pensadores possuem pontos de partidas diversos. Max Weber está no campo da força; para ele, o Estado tem o monopólio da violência legítima. Como visto na primeira parte deste capítulo, o pensador alemão não concebe a ação política sem a violência. As medidas violentas é que afastam a ética dos princípios do campo político. Já Merleau-Ponty mostra que Maquiavel quer ir além: o florentino tenta entender os motivos pelos quais os súditos aceitam se submeter ao poder do príncipe, ou seja, como o príncipe consegue a obediência de seus governados. O príncipe necessita ser reconhecido como governante para manter seu poder. É evidente que possuir o monopólio da violência é fundamental, mas não se pode concluir que a pura coação garante essa obediência e até mesmo o poder. Portanto, o objetivo da obra *O príncipe* de Maquiavel é verificar como é necessário adquirir o respeito dos súditos sem se impor pela coação.

Para Merleau-Ponty, Maquiavel verificou a tensão existente entre o príncipe e os súditos: o primeiro quer comandar, almeja o poder; os segundos não querem ser oprimidos. Um necessariamente depende do outro: se existe alguém que comanda, existe alguém que é comandado. Para isso, é necessária a anuência de quem é comandado, o que por certo torna a relação governante/governado tensa. Por ser uma tensão constante, a relação de comando/obediência deve sempre se manter estável, equilibrada. Ao príncipe cabe a dura tarefa de evitar que o equilíbrio existente entre aquele que governa e aquele que é governado jamais se dissolva, pois ele será o primeiro prejudicado com isso. E de acordo com Merleau-Ponty, a grande originalidade do florentino está no fato de que ele não recorre apenas ao uso da coação para manter esta situação de equilíbrio. Maquiavel reconhece que os súditos podem a qualquer momento desestabilizar esta relação de comando/obediência e por esta razão o

³¹¹ PONTY, Merleau. *Notas sobre Maquiavel*. In *ŌSignosö*. Págs. 237-252.

³¹² RIBEIRO. Renato Janine. *A ética na política*. Pág. 52.

príncipe está em uma constante situação de insegurança. Desta maneira, de todas as formas a relação deve ser mantida³¹³.

É nesse ponto que Merleau-Ponty vai além de todos os outros comentadores de Maquiavel. Para ele, a única maneira de o príncipe manter a relação comando/obediência é permanentemente fazer com que haja consenso de que ele é quem deve comandar. É o que Merleau-Ponty chama de *ôcristalização da opinião geralô*³¹⁴. Os súditos devem consentir com o poder do príncipe; Merleau-Ponty entende que o poder é da ordem do tácito e os governados somente se deixam governar por um Estado e se submetem as suas leis se eles concordarem com isso. O poder se estabelece a partir do momento em que ele deixa de ser recusado e deve sobreviver a qualquer contestação. A ação política deve, assim, criar o consenso, a adesão e o consentimento do súdito com o príncipe³¹⁵.

A coação e o medo por si só não criam o consenso do súdito; o príncipe deve mostrar aos governados que submeter ao seu poder é o melhor para eles. O súdito deve anuir que aquele governo é bom para ele. Neste contexto, possuir o monopólio da violência não significa nada. Merleau-Ponty assevera que o florentino entende que se dominam melhor aqueles a quem se tem confiança³¹⁶. É por esse motivo que o príncipe deve a todo e qualquer momento evitar o ódio, o desprezo e o descrédito. O ódio e o desprezo chamam à revolta e assim a relação comando/obediência estará ameaçada.

Perceba que não se trata de produzir o bem comum dos súditos de uma maneira geral e abstrata, e sim de obter o assentimento deles com o poder do príncipe. Também é possível concluir que não existe poder absoluto, pois nem sempre existirá o consenso unânime. E por isso que Maquiavel adverte que se deve buscar a adesão dos inimigos e daqueles que foram vencidos; não podendo conquistá-la, deverão ser aniquilados, de uma só vez, pois poderão interferir na relação comando/obediência e assim colocar o poder em risco.

A grande questão que se levanta neste momento é saber o que provocaria o consenso. Merleau-Ponty sustenta que o príncipe não pode atender a todos os desejos ou

³¹³ PONTY. Merleau. Ob. Cit. Págs. 239-239 *ôQuer seja hereditário, quer novo, o poder é sempre descrito em ôO príncipeô como contestável e ameaçado. Um dos deveres do príncipe é resolver as questões antes que elas se tenham tornado insolúveis pela emoção dos súditos. Dir-se-ia que se trata de evitar o despertar dos cidadãosô.*

³¹⁴ Idem. Pág. 239.

³¹⁵ Ibidem. Pág. 239.

³¹⁶ Ibidem. Pág. 239.

pedidos dos súditos. Ao tentar fazê-lo, fatalmente cairá no descrédito. O governante também não pode agir apenas seguindo seus princípios, suas opiniões. O príncipe deve ter em mente que a relação estabelecida deve ser sempre mantida e que ela constantemente é ameaçada. Para solucionar esse impasse, Merleau-Ponty defende que cabe ao príncipe deliberar e não a mais ninguém, sob pena de perder seu espaço. Assim, ao mesmo tempo em que o príncipe delibera, deve se comunicar com os súditos, apontando a necessidade de eles aderirem à decisão que ele tomar e, dessa forma, fazer com que a decisão também possa ser considerada deles³¹⁷.

Dessa forma, Merleau-Ponty entende que a verdadeira *virtù* é fazer com que os súditos consintam com a decisão tomada pelo príncipe. Para que os súditos apoiem a decisão tomada, é necessário que eles a julguem como algo bom, como o melhor caminho a ser tomado diante daquela situação. Se o consenso for criado, o poder será conferido ou mantido com o príncipe. É uma relação intensa de troca, estabelecido através de um diálogo: o príncipe age e dialoga com seus súditos ao mesmo tempo para criar a adesão e o pacto em torno da sua figura. É a adesão que mantém a o binômio comando/obediência. Entretanto, Merleau-Ponty destaca que o consenso não está diretamente ligado aos benefícios que ação produziu ou pode produzir. Explico: o importante é o julgamento que os súditos fazem da ação. Eles têm que reconhecer, pela exposição que o príncipe deve fazer, que a aquela era a melhor decisão a ser tomada. Nestas situações, pode ser que o verdadeiro beneficiado seja apenas o príncipe, pois se ele criar o consenso será agraciado com o poder³¹⁸.

³¹⁷ PONTY, Merleau. Ob. Cit. Pág. 241: *õMaquiavel nada mais diz em õO Príncipeõ sobre as relações entre o poder e povo. Mas sabe-se que era republicano pelos õDiscursos sobre Tito Lívioõ. Talvez possamos estender as relações entre o príncipe e seus conselheiros. Descreve então, sob o regime da õvirtudeõ, um meio de viver com os outros. O príncipe não deve decidir de acordo com os outros: seria desprezado. Também não deve governar no isolamento, pois o isolamento não é a autoridade. Mas há uma conduta possível entre esses dois fracassos. õO sacerdote Lucas, falando de seu senhor, o imperador Maximiliano, hoje reinante, afirmava que este não se aconselhava com ninguém e, no entanto, nunca agia segundo suas próprias opiniões. Nisso seguia uma rota diametralmente oposta à que acabo de traçar. Pois, como este príncipe não participa seus projetos a nenhum dos ministros, as observações ocorrem no exato momento em que eles devem ser executados; de forma que, premido pelo tempo e vencido pelas contrariedades que não previa, cede aos conselhos que lhe dãoõ. Há uma maneira de afirmar-se que quer suprimir o outro - e que torna escravo dele. E há com o outro uma relação de consulta e de troca que não é a morte, mas o próprio ato do eu. A luta originária sempre ameaça reaparecer: cumpre que seja o príncipe que formule as questões, e ele não deve, sob pena de ser desprezado, conceder a ninguém uma autoridade permanente de falar francamente. Mas, ao menos nos momentos em que delibera, comunica-se com os outros, e esses podem aderir à decisão que ele tomar, porque em certos aspectos a decisão é delesõ.*

³¹⁸ Idem. Pág. 242: *õMas Maquiavel não diz em parte alguma que os súdito sejam logrados. Descreve o nascimento de uma vida em comum, que ignora as barreiras do amor próprio. Falando aos Médicis, prova-lhes que o poder não existe sem o apelo à liberdade. Nesta reviravolta, talvez o príncipe seja o*

Se a pergunta de *O Príncipe* é saber como o príncipe consegue conquistar a obediência dos seus súditos e, por consequência, manter seu poder, a resposta é criar o consenso nos governados em torno de suas decisões. O príncipe visa o consentimento e não o bem comum. O bem comum não pode ser o horizonte do governante, porque não há consenso sobre ele. O professor Renato Janine Ribeiro em seu recente artigo³¹⁹, ao analisar a ética e a política sob o prisma de Maquiavel, coloca o problema da adesão em torno do bem comum. Cada governante é que irá definir o bem comum que produziu; o que importará mesmo será o julgamento positivo dos súditos.

Com a finalidade da ação política definida, é preciso discutir a ética na qual ela está inserida, a ética da responsabilidade. Merleau-Ponty verifica que Maquiavel rejeita a ética dos princípios para a política. Para ele, Maquiavel é contra a falsa aplicação dos princípios. Não adianta apenas alegar princípios ao agir; o que interessa são os resultados. Portanto, nesse ponto, Merleau-Ponty acompanha o raciocínio de Max Weber. Para o comentador, o pensador florentino teria apresentado duas razões para dizer que ética de princípios não é própria da atividade política. A primeira seria a de que os homens bons e honestos sucumbiriam em meio a tantas pessoas desonestas. Entretanto, o próprio Merleau-Ponty entende que este argumento é frágil, pois também poderia ser aplicado na vida privada e neste campo Maquiavel permaneceria *ômoralö*³²⁰. Ou seja, não vale dizer que, por causa dos homens, não se pode ser sempre bom e seguir os princípios em toda e qualquer situação na vida pública, pois o mesmo valeria para a vida privada.

A segunda razão seria mais apropriada e mais importante. Como já tratado insistentemente, a relação comando/obediência depende da coesão social. E a coesão social depende do julgamento dos súditos. O juízo público é fundamental no pensamento de Maquiavel, pois a boa consequência da ação política é o consentimento dos governados. Por esse motivo, os súditos serão os destinatários da ação política; cada decisão interfere diretamente no consenso geral³²¹. Ou os homens vão aprovar ou vão detestar as ações

único logrado. Se Maquiavel foi republicano, foi por ter encontrado um princípio de comunhão. Colocando o conflito e a luta na origem do poder social, não quer dizer que fosse possível o acordo; quis salientar a condição de um poder que não seja mistificante, e que é a participação numa situação em comum.

³¹⁹ RIBEIRO, Renato Janine. *Da ética e da política*. Artigo em *O valor* de 12 de março de 2012.

³²⁰ PONTY, Merleau. Ob. Cit. Pág. 242: *ôFraco o argumento já que poderíamos do mesmo modo aplicá-lo à vida privada, onde, contudo, Maquiavel permanecesse ômoralö.*

³²¹ Idem. Pág. 243: *ôO que transforma, às vezes, a doçura em crueldade, a dureza em valor, e abala os preceitos da vida privada, é que os atos do poder intervêm num certo estado de opinião que lhe alteram o sentido; despertam um eco por vezes desmedido; abrem ou fecham fissuras secretas no*

políticas. O príncipe deve ter a sensibilidade de verificar como sua decisão será recepcionada pelos súditos, vendo os sentimentos que ela desperta neles. Esse é o planejamento da ação política tratada na primeira parte do trabalho.

Como já visto, ao decidir o príncipe vai dialogar com os súditos; o que se busca são governantes capazes de explicar aos governados as verdadeiras razões de uma política. Ao deliberar, o príncipe deveria comunicar-se com os súditos para que estes possam aderir à decisão que ele tomar. É uma verdadeira persuasão. Essa seria a virtude política do príncipe³²². É uma conversa franca, que introduz transparência nas relações políticas. Não se trata de manipular ou enganar os governados, mas fazer com que eles reconheçam que aquela é melhor decisão a ser tomada para aquela determinada circunstância. É fazer com que todos possam juntar-se em torno de um empreendimento.

Quando Maquiavel trata da questão da imagem no capítulo XVIII, ela é fundamental para o julgamento das decisões tomadas pelo príncipe. O príncipe deve ser considerado bom para poder dialogar com os súditos e mostrar-lhes que aquela é a melhor decisão a ser praticada³²³. A imagem do príncipe bom gera a confiança no governado e essa é a melhor base para qualquer conversa. Se o governado julga o governante bom, confia nele e assim poderá escutá-lo e aceitar suas decisões. Não que isso produzirá automaticamente o consenso, mas auxiliará no diálogo que o príncipe deve ter com o súdito. Não é porque o governante considera o príncipe bom que aceitará toda e qualquer decisão que ele tomará. Para Maquiavel, Agátocles Siciliano não se preocupou com a sua imagem; decidiu manter seu poder e adquirir a obediência de seus súditos pela coação e pela violência. Na realidade, ele impôs o consentimento pela força. O consentimento pela força é suscetível de criar o ódio e, por essa razão, Maquiavel sustenta que ele não pode ser celebrado entre os homens excelentes³²⁴.

bloco do consentimento geral e iniciam um processo molecular que pode modificar todo o curso das coisas.

³²² PONTY. Merleau. Ob. Cit. Pág. 244: *õMaquiavel não postula que se governe pelos vícios, pela mentira, pelo terror, pela astúcia; tenta definir uma õvirtudeõ política que consiste, para o príncipe, em falar aos espectadores mudos à sua volta e apanhados na vertigem da vida comum. Verdadeira força da alma, pois se trata, entre a vontade de agradar e o desafio, entre a bondade complacente consigo mesma e a crueldade, de conceber um empreendimento histórico ao qual todos possam juntar-seõ.*

³²³ Como tratado na primeira parte do trabalho, ao príncipe compete criar a marca ou a imagem do bom.

³²⁴ Maquiavel. Cap. VIII, pág. 38.

Assim, o verdadeiro valor da política é unir todos em prol de concordar com uma determinada ação e o político moralizante não aceita isso. Para um governante que segue seus princípios em toda e qualquer circunstância, pouco importa o julgamento dos governados. Ele deve fazer aquilo que ele acredita, sem se importar com a consequência desse ato. Como já muito explorado ao tratar de Weber, a derrota política nesses casos será certa. É preciso pensar sempre na adesão dos súditos. Os princípios não podem limitar a ação política do governante. Nesse sentido, ela será criativa, pois será diferente de qualquer outra.

O ponto, agora, é fazer com que os súditos aceitem aquela ação que para o senso comum não é boa. E essa é a verdadeira tarefa política. Não se pode infantilizar os governados. Eles devem saber que aquela ação considerada má pela ética convencional era a melhor alternativa para aquele momento. Não significa que o príncipe não tenha valores ou que deva governar sem escrúpulos. Nenhum governado aceita uma política apenas pautada pelos vícios. É que a política exige atos ou medidas que por vezes não são boas, mas que eram necessárias para aquela situação e só será bom para o príncipe se o governado aceitá-la.

O príncipe está, portanto, em uma posição delicada, pois sabe que em determinadas situações a ética tradicional não pode orientá-lo. Ele vai agir contrário a valores que acredita e não possui garantia nenhuma de que sua decisão irá produzir o consenso. Isso cria um dilema para o príncipe ao agir e é o que assusta na política. A ética lida com a prática e é preciso saber qual seria a ação mais adequada para aquele determinado momento. Entretanto, a melhor escolha pode ser uma ação contrária a princípios no quais o príncipe acredita. O dilema ético está em não saber se ele deve ou não praticar essa ação contrária. Por vezes, o dilema pode vir na escolha entre dois valores importantes que se contrapõem. Contudo, o que vai realmente interessar não são os valores ou as intenções do príncipe, e sim o julgamento dos súditos. Toda a movimentação do príncipe se dá no sentido de produzir um bom resultado que é o consentimento de seus governados. Na realidade, Maquiavel mostra em *O Príncipe* que ser governante não é uma atividade fácil.

Governar vai exigir em determinados momentos atos contrários à moral comum ou contrários aos princípios nos quais o agente político acredita. Saber quando praticá-los e ao mesmo tempo obter o consenso dos governados sobre essas decisões é a grande tarefa que se impõe. Como Merleau--Ponty conclui³²⁵, o florentino apresenta a clareza política para os governantes e questiona se eles estão preparados para isso.

³²⁵ PONTY. Merleau. Ob. Cit. Pág. 252.

É bom frisar esse caráter assustador da política trazido por Maquiavel. Como o florentino destaca, é sempre desejável seguir em todas as situações os valores e os princípios da ética convencional. Contudo, nem sempre o resultado pretendido será obtido. Aldo Fornazieri³²⁶ ressaltava bem esse problema do príncipe. Se os resultados da ação do governante forem pífios, do ponto de vista do julgamento dos governados, mesmo que o ele tenha usado meios moralmente adequados, poderá ser reprovado. Fornazieri entende que os resultados dimensionam o problema do julgamento do êxito da ação política. A intenção moral do governante ou a sua conduta moral perdem força diante de um mal resultado. Desta maneira, o príncipe teria que se importar mais com os resultados de seus atos do que com os princípios que ele acredita.

Contudo, será realmente que o príncipe está preparado para esta situação? É possível dizer que quando César Borgia decidiu matar Remirro de Orco, ele não tinha nenhuma certeza de que o povo da Romanha iria concordar com aquela ação e reconhecer que ele estava estabelecendo novamente a paz e comando no reino. O ato de matar Ramiro poderia ser considerado uma atitude extremamente cruel e prejudicar seu governo. Será que César Borgia não sofreu ao determinar que seu óbraço direito fosse assassinado? Será que este sofrimento não o acompanhou durante toda a vida? Como Maquiavel relata, o efeito produzido foi aquele pretendido por César Borgia, o que poderia amenizar, talvez, a necessidade de ter que praticar um ato contrário a moral tradicional. Ou seja, quando foi atingido o efeito desejado, o fato de ter mandado matar alguém pode ter sido amenizado.

O dilema da política pode ser visto ao longo dos anos. No filme *A Dama de Ferro*³²⁷, a atriz Meryl Streep protagoniza a primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher (1979-1989). O filme conta a história da primeira-ministra e o preço que ela pagou pelo poder. O gênero do filme é um drama e mostra uma mãe tendo que abdicar do convívio familiar e crescimento de seus filhos para ocupar cargos e ganhar destaque dentro do Partido Conservador. Entretanto, a cena mais marcante do filme é quando ela decide colocar o Reino Unido em guerra contra a Argentina por causa das Ilhas Malvinas. Quando o governo militar argentino decidiu e invadiu os três arquipélagos, o governo de Margaret Thatcher estava muito debilitado. Suas medidas econômicas eram consideradas duras pela população britânica. O filme apresenta o ministro de Relações Exteriores e outras pessoas tentando aconselhar a primeira-ministra a não entrar em conflito com a Argentina pela posse das ilhas

³²⁶ FORNAZIERI, Aldo. Ob. Cit. Pág. 233.

remotas no Atlântico Sul. A medida correta seria um acordo diplomático e a guerra poderia ainda mais agravar a situação do Partido Conservador no poder. A decisão da primeira ministra foi categórica no sentido de que o Reino Unido não poderia aceitar a invasão que lhe fora imposta; nem mesmo os apelos do secretário-geral da ONU fizeram com que Margaret Thatcher recuasse da sua decisão de entrar em um conflito armado.

O filme mostra que não foi uma decisão fácil. Margaret Thatcher foi retratada como uma senhora que depois de muito tempo ainda estava perturbada por ter decidido entrar em guerra. Na medida em que chegavam notícias de soldados britânicos e argentinos mortos durante o conflito, ela mostrava uma imagem convicta por fora mesmo estando angustiada por dentro. Sua decisão tinha determinado a morte de pessoas e por certo contrariou os valores e os princípios que ela acreditava. Tanto ela sofria internamente, que decidiu escrever cartas para todas as mães dos soldados que faleceram no combate, dizendo, entre outras coisas, que poderia entender os sentimentos delas com mãe também. Ela não tinha garantia nenhuma de que existira um consentimento ou uma aprovação daquela decisão que foi tomada. Margaret Thatcher poderia ter sua ação política reprovada e de nada valer seu sofrimento. Mantendo uma imagem forte, dialogou com os governados para que eles acreditassem que aquela era a melhor coisa que deveria ser feita naquele momento. Por ter sido uma guerra que durou poucos meses, e com vitória britânica (uma medida cruel, mas pontual e rápida), o resultado não poderia ter sido melhor. A vitória tirou o governo do Partido Conservador da crise em que se encontrava e foi fundamental para que Margaret Thatcher ganhasse as eleições de 1982 com a mais ampla maioria que havia tido um candidato desde 1935. Ela conseguiu uma coesão social para enfrentar todas as dificuldades oriundas das políticas econômicas adotadas até a sua renúncia, em 1990.

São diversos os exemplos que podem ser apresentados. Um deles aconteceu, recentemente, com a presidente Dilma Rousseff. Ela chorou publicamente na posse de Marcelo Crivella no Ministério da Pesca após ter que demitir do cargo o amigo Luiz Sérgio. A mudança ministerial era exigida pelo partido de Crivella a fim de garantir o apoio e votos nos projetos políticos apresentados pelo governo ao Congresso Nacional. A presidente jamais quis demitir um amigo; ter que afastá-lo sem sombra de dúvidas foi uma decisão difícil. E pode ser que ainda a perturbe. Contudo, ela o fez pensando na aprovação de projetos que, na visão dela, poderiam proporcionar benefícios para o povo brasileiro. Em seu discurso, a presidente

³²⁷ *A Dama de ferro*. Direção: Phyllida Lloyd. Paris Filmes, 2012. 1 DVD (105 min).

procura deixar claro para todos que aquela não era uma decisão fácil, mas necessária para seu governo: *“Luiz Sérgio, você foi e é um amigo e um parceiro que compreende a natureza de um governo de coalizão assim como a dedicação que a política muitas vezes acaba por nos impor em nome dos interesses do país”*³²⁸. Ela poderia ter mantido um amigo no Ministério e arcar com as consequências dessa decisão; ou, ao mandar um amigo embora, poderá não ter o consenso de que aquela era a decisão correta. Contudo, pelos seus índices de aprovação, o exercício do poder por meio de coalizões e alianças políticas feitas por ela, está sendo aceita e julgada boa pela maioria do povo brasileiro. Assim, apesar de ser uma decisão difícil, ela obteve um resultado bom.

Esses episódios retratam a ética da responsabilidade que Maquiavel descreveu para a política. O governante, diante de uma determinada circunstância, teve que agir. No caso de Margaret Thatcher, ela poderia ter optado por uma saída diplomática, evitado a guerra e por consequência as mortes, mas não conseguiu a adesão de seus governados. Optando pela guerra, ela não estava em uma posição confortável, pois pessoas morreriam com essa decisão. Coube a ela perceber quando deixar de ser cautelosa e passar a ser audaciosa³²⁹. Porém, ela também não tinha garantia nenhuma de que os governados fossem consentir com o conflito. Mas ela conseguiu demonstrar que aquilo era o melhor a ser feito na ocasião e o resultado garantiu o êxito desta decisão. Ou seja, ela conseguiu o consenso sobre uma decisão que viola a ética tradicional ou a ética cristã. A primeira-ministra provocou uma coesão social fundamental para a manutenção de sua condição de governante. Agora, se ela lida bem com isso é uma preocupação que está fora da política. O mesmo se pode dizer da presidente Dilma Rousseff. Ter que retirar um amigo de um cargo do governo sem garantias de que possuiria um consenso sobre sua política de alianças partidárias é uma decisão delicada e que a atormentou. Contudo, pelos seus índices de aprovação, pode se afirmar que essa decisão que ela feriu, produziu o resultado almejado.

Assim, o governante ético não é aquele que se abstém de fazer o mal, e sim aquele que consegue - por meio de suas decisões e escolhas - produzir o assentimento de que elas produziram coisas positivas. Na política, o certo ou o errado não será apresentado de antemão; a ação será julgada (adequada ou não) posteriormente. Mas porque ela é uma ética da responsabilidade? O governante jamais pode se isentar da responsabilidade de uma

³²⁸ Disponível em: <http://www.gp1.com.br/noticias/presidente-dilma-rousseff-chora-durante-a-posse-de-crivella-236185.html>>. Acesso em 13 de agosto de 2012.

escolha. Esse é o limite da ética da responsabilidade. Como visto, o erro histórico de interpretação de Maquiavel está neste ponto. Na verdade, o príncipe tem mais responsabilidade pelos seus atos do que qualquer outra pessoa. Todas as suas decisões serão sempre avaliadas e julgadas pelos súditos. Por esta razão, o príncipe não pode governar apenas pelos vícios ou fazer qualquer coisa para obter um bom resultado (os fins justificam os meios). Qualquer ato contrário a moral ou a ética convencional deverá ser aceito pelos súditos e ele vai responder pelos fracassos de suas escolhas. Só pode existir consentimento sobre aquilo que for aceito; assim, o julgamento dos súditos tem um papel fundamental na atuação do governante. Se a decisão não for julgada adequada e propícia para aquele momento, a situação do príncipe está ameaçada.

Maquiavel traz para a política a ideia de redução de danos. A ação política não pode estar inserida em uma ética de princípios; tampouco se pode acreditar que está sendo promovido o bem comum. Não se pode pensar em uma política pela vertente utópica, de como os homens e as coisas deveriam ser. É preciso ver como as coisas realmente são e, assim, evitar os maus resultados. É muito subjetivo tentar atender a todos os desejos do povo, pois o que é bom para alguns não pode ser para outros. É necessário buscar no julgamento de uma ação política o consenso de que aquela era a melhor medida a ser tomada para aquele momento. Só há obediência se há assentimento em se submeter ao poder. O assentimento não se dá pela coação ou pela força; força pressupõe coação e poder pressupõe consentimento. É preciso que o governante mantenha para o governado a esperança de que suas decisões serão ou são as mais apropriadas para aquela determinada situação. A redução do dano estaria no fato de que o governante deve evitar ao máximo a frustração de seus governados, pois enquanto eles tiverem esperança e anuírem com o poder, irão conferir obediência. O que Maquiavel inova: nem sempre esse consenso se dará pela ação que era considerada previamente a mais correta. E nem sempre agir politicamente será fácil.

³²⁹ Para Maquiavel, o príncipe prudente é aquele que sabe quando é melhor ser cauteloso e quando é

4- A ética da responsabilidade também para o homem privado.

Todo o trabalho, até o momento, caminha no sentido de trazer a ética da responsabilidade para o príncipe, ou seja, a ética de princípios ou a ética cristã não seria adequada para a política. Como visto, alguns comentadores de Maquiavel chegam a dizer que a ética dos princípios ou a ética cristã seriam próprias dos governados, mas não do governante. Até mesmo em recente prefácio de *O Príncipe*, Fernando Henrique Cardoso coloca a questão de que a moral dos príncipes é diferente da moral do homem comum³³⁰. Contudo, é possível mesmo sustentar a dicotomia entre a ética dos princípios para os governados e a ética da responsabilidade aplicada apenas aos governantes? Será mesmo que a ética da responsabilidade é apenas própria da política? A pretensão agora não é a de realizar qualquer salto histórico, mas realmente questionar se a ética da responsabilidade também não é válida para qualquer pessoa.

Diferente do que afirma Fernando Henrique Cardoso, é possível pensar que a ética da responsabilidade também cabe ao homem privado³³¹. Para isso, é necessário desenvolver dois pontos importantes. O primeiro é a responsabilidade pela consequência da ação ou pelos resultados produzidos. E o segundo passa pela ausência de regras ou de normas

melhor ser audacioso.

³³⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. Ob. Cit. Pág. 21: *“Muito dos temas e análises nos quais Maquiavel foi o pioneiro continuam a desafiar o engenho humano. Não por acaso, no início do século XX, Max Weber recolocou a diferença entre a moral comum e a moral dos príncipes, isto é, do homem político, do estadista. Esse não pode cingir-se a respeitar valores absolutos, terá de se haver com a responsabilidade de seus atos, mais do que os fins que crê. Contudo, para Weber é assim como eu penso-, a separação entre uma e outra moral não exclui a crença em valores nem supõem o amoralismo na ação política. Posteriormente Antônio Gramsci, partindo da tradição marxista, retomou o tema do príncipe, renascido com a metáfora do partido, não mais do Estado. E mesmo Isaiah Berlin, ao discutir as decisões que requerem uma escolha dramática entre dois valores que não se combinam, mas convivem no mesmo universo cultural, de alguma maneira dialoga com Maquiavel. Acaso não será essa a prova maior de vitalidade de *O Príncipe*, a de ter colocado questões de uma forma que, por mais que a história as refaça e por mais que os pensadores reelaborem interpretações, dela não se pode livrar?”*

³³¹ RIBEIRO, Renato Janine. A ética na política. Pág. 148: *“Lembremos o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele falou muito na ética da responsabilidade, conceito que Max Weber cunhou para dar conta do que Maquiavel iniciara. Teríamos por um lado a ética de princípios ou valores, e por outro, a que leva em conta os efeitos previsíveis da ação. O homem privado poderia dar-se ao luxo de seguir princípios, em sua pureza. Já o homem político precisa pautar-se pela ética da responsabilidade, insistia FHC, citando Weber (teve a cautela de não citar Maquiavel). Esse foi um ponto de debate no governo passado, com parte da oposição atacando o presidente em nome de um discurso moral. Subentendia-se que a ética da responsabilidade fosse uma ética com desconto, uma ética enfraquecida, até mesmo uma não ética. Mas ela não é isso.”*

para as algumas situações que se apresentam, o que aumenta a liberdade para agir, mas também aumenta a responsabilidade pela escolha.

Dessa forma, cabe agora a análise do primeiro ponto importante. O que será desenvolvido é que é o homem privado deve assumir a responsabilidade pelos resultados de suas ações. E essa não é uma tarefa fácil. O problema se dá quando os valores ou princípios nos quais o indivíduo acredita não dão conta de produzir um resultado considerado bom ou o melhor resultado para aquela situação. Por exemplo, pode um pai de família, com filhos pequenos, pedir demissão do seu emprego só porque seu chefe lhe xingou? Pode a pessoa falar a verdade em todos os momentos? Estaria o sujeito disposto a assumir os resultados produzidos com essas escolhas? Se o sujeito pode prever quais serão as consequências da sua ação, ele vai evitar o mau resultado ou o resultado que não é o melhor para aquela circunstância. Por essa razão, a ação será bem planejada e o agente sempre irá tentar produzir o que ele considera serem os melhores resultados. Muitas vezes os melhores resultados não são aqueles que decorrem da conduta pautada pelos princípios em que o sujeito acredita.

A ação só será ética se o agente for responsável por ela. Como já visto, a professora Marilena Chauí³³² defende que uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável. O agente precisa ser consciente do que faz; livre para escolher ou decidir o que fazer e responder por aquilo que faz. Na ética de princípios, o agente irá agir em toda e qualquer circunstância de acordo com os princípios nos quais ele acredita e assumirá a responsabilidade por essa conduta. Seus valores e princípios são seguidos não porque foram impostos, mas sim em razão de terem sido meditados, ponderados e refletidos antes do agente ter-lhes incorporado. Ele é totalmente capaz de prever ou analisar quais serão os resultados de sua ação e os resultados possíveis caso sua decisão fosse outra que não aquela. Portanto, ele é livre e consciente para agir. Entretanto, o sujeito vai sempre optar pelo resultado ou pela consequência oriunda da ação pautada pelos seus princípios, mesmo que este resultado não seja para ele e para os demais envolvidos o melhor entre todas as situações possíveis. Sua intenção ou seus princípios são mais importantes do que o resultado efetivo da ação. Pode se dizer que para o partidário da ética de princípios não existe um mal resultado quando se age em função de um valor ou de um princípio.

Assim, a ética de princípios atribui aos valores um caráter absoluto; os princípios devem ser seguidos por que foram instituídos por um sujeito ao avaliar o mundo e

³³² CHAUI, Marilena, *Diálogos com Marilena Chauí*. Pág. 214.

suas circunstâncias. Raymond Aron³³³ defende que a ética dos princípios é a ética proposta por Kant. Em linhas bem gerais, Kant buscava uma ética na qual pudessem ser apontadas condutas exigíveis de qualquer ser racional em quaisquer circunstâncias. Para ele, o fundamento da moralidade não levaria em consideração sentimentos ou interesses individuais, pois estes conduziriam sempre o agente para sua satisfação e à busca da felicidade pessoal. O sujeito deveria ter sua razão autônoma em relação às suas preferências individuais para impor suas próprias leis morais. As ações, portanto, deveriam ser guiadas pela lei moral, independente de ser recompensado com a felicidade. Nenhuma regra moral poderia ser derivada de um projeto de felicidade, pois este projeto é instável e depende das circunstâncias nas quais se vive e das preferências subjetivas³³⁴. Assim, poderiam existir pessoas que se submetem à lei moral e fossem infelizes³³⁵. Lei moral não possui qualquer tipo de ligação com a felicidade ou com qualquer outro tipo de satisfação sensível. O que realmente importa é que a ação moral será aquela que segue a lei moral e a lei moral é derivada da razão pura prática sem qualquer conteúdo empírico. Sua ética é uma ética normativa, com a tarefa de inculcar nos indivíduos padrões de conduta.

Ainda em Kant, sua ética impõe um dever; o imperativo categórico, conhecido como princípio fundamental da sua ética, nada mais é do que um dever de como agir em determinadas situações. São mandamentos da razão, prescrições da vontade racional e que podem ser transformadas em lei moral se puderem ser universalizadas para todos os demais seres racionais. Nem sempre a ação moral vai produzir um resultado considerado bom para o agente. Os imperativos categóricos sempre ordenam uma ação válida em si mesma

³³³ ARON, Raymond. Ob. Cit. Pág. 470.

³³⁴ CANDIOTTO, Cesar. *Ética e dever moral em Kant. (in) Ética*. Pág. 96.

³³⁵ Uma situação pode ilustrar esta passagem. Em 2010, o técnico de futebol Muricy Ramalho era o treinador do Fluminense e recebeu o convite para ser treinador da seleção brasileira de futebol. O convite era importantíssimo, pois o treinador contratado seria o comandante da seleção brasileira na Copa do Mundo que irá se realizar em 2014 no Brasil. Todo e qualquer treinador aceitaria o convite de imediato, sem pensar duas vezes. Entretanto, Muricy Ramalho disse que só concordaria em dirigir a seleção se o presidente do Fluminense anuísse com a sua demissão, pois ele respeitava todos os contratos de trabalho que assinava. O Fluminense recusou a sua liberação e ele acabou não aceitando o convite. Ao ser questionado, o técnico sustentou que estava muito triste, que tinha aberto mão de um sonho, mas que havia prometido cumprir seu contrato com seu empregador e que jamais iria quebrar sua promessa. Além disso, ele também sustentou que queria que sua atitude servisse de exemplo para seus filhos (disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2010/07/30/uma-semana-depois-de-convite-e-recusa-muricy-comenta-sobre-convocacao-da-selecao.jhtm>>. Acesso em 5 de outubro de 2012) Muitos criticaram sua conduta e teriam aceitado o convite. Contudo, Muricy sabia quais seriam as consequências de sua escolha e quais seriam os outros efeitos se a sua escolha tivesse sido diversa. Ao agir desta forma, ele assumiu este resultado por entender que era o mais adequado a fazer.

independente de qualquer consequência. Primeiramente o agente vai seguir a lei moral deduzida racionalmente, depois irá verificar os efeitos produzidos. É uma ética que não se preocupa com os resultados, mas sim com as condutas a seguir³³⁶.

O grande problema é lidar com a responsabilidade da escolha. Será que os princípios são mais importantes que os resultados? Pode o homem privado realmente não se importar com as consequências da ação? Dificilmente o partidário da ética de princípios conseguirá suportar e assumir o mau resultado decorrente da sua decisão, ainda que ela estivesse pautada pelos seus princípios. Sua consciência poderá até estar tranquila, pois ele agiu de acordo com que achava que era o certo, mas terá que arcar com as consequências desta escolha e nem sempre será fácil. Por essa razão, é muito questionável se o homem privado pode abrir mão dos efeitos previsíveis de sua ação apenas para seguir seus princípios ou valores.

Ademais, o homem privado nem sempre está em uma posição confortável para assumir todo e qualquer resultado. Ainda mais se ele pode prever quais serão as consequências possíveis oriundas de sua escolha ou se a sua escolha envolve muitas pessoas. Julio Cabrera³³⁷ defende que sempre o indivíduo irá adotar a atitude que lhe é mais cômoda ou que procure beneficiar o maior número de pessoas que dependem daquela decisão. Já o professor Mário Sérgio Cortella sustenta que muitas vezes o cidadão pensa na convivência civilizada para agir. Para ilustrar este ponto, ele trata da questão de ser sincero sem ser franco. Para ele, o sujeito tem sempre que dizer a verdade, mas há momentos em que a verdade beira o patamar da ofensa³³⁸. Em algumas situações específicas, será necessário omitir toda verdade

³³⁶ CANDIOTTO, Cesar. Ob. Cit. Pág. 101: *õ(...) a ética kantiana é claramente deontológica. Essa, primeiro, estabelece o que é obrigatório, o que é correto, para só então se preocupar com o bem. Se os direitos humanos no seu conjunto constituem um bem é porque eles derivam da determinação de deveres moraisõ*.

³³⁷ CABRERA, Julio, *A Ética e suas negações*. Pág. 109.

³³⁸ É realmente muito difícil encontrar alguém que é capaz de sempre dizer a verdade, em toda e qualquer situação, sem se importar em perder o amigo, a namorada ou até mesmo o emprego. Como também é difícil encontrar alguém capaz de revelar suas intenções em todas as circunstâncias e arcar com a responsabilidade desta conduta. No seriado *õSuper Sinceroõ* (Rede Globo, 1999), o ator Luiz Fernando Guimarães vive o personagem Salgado que enfrenta as mais diversas confusões por ser sincero em todas as situações cotidianas. A graça do personagem é que ele não se importa com os resultados que sua ação irá provocar. Ele não liga em ser demitido por criticar seu chefe; ele não está preocupado se os convidados de sua festa irão gostar que ele critique os presentes que recebeu; ou tampouco irá se importar se ele não consegue vender nenhum produto de sua loja por realmente dizer a verdade sobre eles. Suas ações são hilárias porque os telespectadores sabem que ninguém age daquela forma; muitas vezes eles têm que mentir ou omitir a verdade para manter o relacionamento com outras pessoas.

para que as pessoas não fiquem ofendidas³³⁹. O que importará, portanto, não serão os princípios ou a intenção do sujeito, mas os resultados que serão produzidos.

Toda a primeira parte passa pela questão de saber lidar com o insucesso ou com o mal resultado. Nem sempre seguir os princípios ou os valores é garantia do êxito. Dessa forma, assim como o homem público, o homem privado também se importa com os efeitos de sua decisão. Ele nem sempre irá agir de acordo com seus princípios, pois o resultado produzido pode não ser o melhor. E, muitas vezes, a consequência de sua escolha não envolve apenas ele, mas também outras pessoas. Como já dito anteriormente, o sujeito que possui filhos pequenos, não vai colocar em risco seu emprego por um princípio. Não é possível dizer que quase todo homem privado não se vê na situação de responsável por outras pessoas? Então, ele se veria um pouco como governante, um pouco como chefe, mesmo que apenas de uma outra pessoa. Em inglês antigo isso se chamava *ōgovernourō*, e em português do século 16 era dito *ōpessoa principalō*, de *princeps*.

Na verdade, a ética de princípios não lida com a ideia de redução dos danos. O agente sabe que sua conduta pode não ser a mais apropriada para o momento (para ele ou para as pessoas que dependem dele) ou até pode provocar uma derrota, mas mesmo assim ele a aceita. Essa ética implica em mártires e sacrifícios. Já a ética da responsabilidade tenta ao máximo reduzir os danos. Nesse caso, o agente sempre vai procurar produzir o que ele considera serem os melhores resultados. Ele não vai se abster de contrariar seus valores ou princípios, desde que produza coisas positivas. Já que o sujeito é responsável por seus atos, o agente vai procurar responder por resultados positivos.

Portanto, o que se pode concluir desse primeiro ponto levantado, é que o homem privado não vai se dar ao luxo de seguir seus princípios em todas as situações, porque ele é responsável por seus atos. Ele leva em consideração as possíveis consequências e resultados de sua ação e vai se importar com eles.

³³⁹ CORTELLA, Mario Sérgio. *Nos labirintos da Moral*. Pág. 69. *ōPor que estou falando isso? Porque acho que uma das regras da convivência civilizada reside na capacidade de ser sincero sem ser franco. Ou seja, tudo que se disser tem de ser verdade, o que não se deve é dizer toda ela sempre, pois há momentos em que o esclarecimento de toda a verdade beira o patamar da ofensa. Assim, sou um defensor da sinceridade, mas acredito que a franqueza deve ser reservada a situações específicas, quando há urgência ou quando ela é solicitada. Se você me perguntar: ōA minha aula foi boa?ö, eu posso contestar: ōVocê quer que eu seja sincero?ö. Então provavelmente você diria: ōJá sei, não foiö. Mas eu posso ser sincero sem ser franco: ōOlha, gostei muito disso, daquiloö. Mas não falo do conjuntoö.*

Esse primeiro ponto foi trazido por Maquiavel para o príncipe. O florentino mostra que o príncipe é responsável pelos resultados de sua ação e por esse motivo deve se preocupar mais com eles do que em seguir seus princípios. Se os resultados não forem convincentes para os súditos, de nada adiantará o príncipe ter agido corretamente. Maquiavel mostrou que os princípios nem sempre levam aos melhores resultados, ou seja, nenhum político pode agir considerando o que é certo ou errado segundo os princípios; ele precisa levar em conta os efeitos de seus atos. Ora, não se pode também dizer o mesmo para o homem privado? Assim como o homem público, ele não vai estar disposto a assumir a responsabilidade pelo mal resultado. E ele deve saber que nem sempre seguir seus princípios em todas as situações é garantia do sucesso.

Assim como Maquiavel recomenda ao príncipe, o homem privado deve, sempre que for possível, agir de acordo com seus princípios e valores. Entretanto, por vezes, seus princípios ou valores não poderão ser externados nas suas ações, pois provocarão um fracasso que ele não quer ou não pode assumir. Mas isso não significa dizer que a ética da responsabilidade permita que o indivíduo possa fazer o que bem entender. Também como o príncipe, o homem privado é responsável pelos efeitos de sua ação e será julgado por elas. A ética da responsabilidade não é uma ética com deságio: ela prima pelos resultados e responsabiliza o agente por eles.

O segundo ponto importante que merece destaque é que nem sempre o homem privado terá um preceito ou uma norma preestabelecida para balizar ou determinar sua conduta; nem sempre haverá uma lista pronta do que fazer ou deixar de fazer. Não será em todos os momentos em que a pessoa poderá se servir de uma norma ou regra que lhe diz o que é certo ou errado³⁴⁰ ou que lhe garanta o sucesso e até mesmo evite o fracasso. Nesses casos, como agir?

Maquiavel mostrou em *O Príncipe* que uma ética de princípios não auxilia o governante em seus dilemas; ela não mostra em todas as circunstâncias o rumo a tomar. O florentino não considera o governante nas situações simples e sim nos momentos em que ele precisa tomar decisões importantes. Ele capta o governante em seu momento de crise, quando ele precisa agir e não se pode amparar em um conjunto de regras. Sem uma regra para seguir, aumenta a responsabilidade do príncipe em produzir boas consequências e bons resultados reconhecidos pelos súditos. O que importa é o príncipe em uma situação de risco, pois diante

³⁴⁰ RIBEIRO, Ribeiro Janine e Flávio Gikovate. *Nossa sorte, nosso norte*. Pág. 95.

de uma circunstância difícil, sua escolha pode ser um verdadeiro desastre para ele e para seus governados. Como visto durante o trabalho, mesmo que o político programe o êxito de sua ação, ele não sabe em que dará sua escolha.

Tal com Maquiavel fez, o que interessa agora é o homem privado nessas situações de risco. Uma dessas situações pode ser percebida quando surgem para o homem privado os dilemas éticos: existem duas opções possíveis para aquela determinada circunstância e ambas são boas³⁴¹. Por exemplo, o indivíduo que adora o local onde ele trabalha, é querido por todos seus colegas e recebe uma proposta de emprego com salário maior. Ele deve sair? Ele deve ficar? O que é mais importante no trabalho: o bom ambiente ou ganhar mais? Quem vai definir, nesse caso, o que é certo e o que é errado? Que garantia ele terá que será bem sucedido mudando de emprego ou ficando no mesmo local? Outro momento em que essa situação também pode ser observada ocorre quando o sujeito multiplica as possibilidades de ação devido ao aumento de informação, comum em nossos dias³⁴². Para ilustrar essa passagem, podemos apresentar um profissional que acabou de sair da graduação. O que é melhor para sua carreira? Somente trabalhar? Fazer mestrado? Fazer doutorado? Ir estudar no exterior? Quem vai definir o que é certo ou o que é errado aqui? Essas ocasiões são cada vez mais frequentes, pois os modelos de organização da vida e paradigmas de existência começam a ser questionados com veemência, não havendo como ser identificada uma direção para o cotidiano que não seja questionável o tempo todo³⁴³. Cada vez mais o homem privado começa a se questionar se para aquela situação específica ele não poderia agir de outro modo ou de outra maneira. Poderia se afirmar que estes questionamentos aumentam, porque para muitos momentos não há mais uma regra que diga que, se cumprida, assegurará o sucesso ou o bom resultado.

Essas situações trazem momentos de insegurança para o homem privado. Quando é fácil saber o que é certo e mais fácil ainda segui-lo, não há incerteza ou qualquer problema³⁴⁴. Contudo, quando ele está diante das circunstâncias acima descritas, onde o que se verifica é uma ausência de regras, ele navega por águas turvas, passa por dilemas e crises. O que fazer quando surgir uma questão difícil? O que fazer quando se questiona o que é certo e o que é errado ou o que pode ou não dar certo?

³⁴¹ RIBEIRO, Ribeiro Janine e Flávio Gikovate. *Nossa sorte, nosso norte*. Pág. 95.

³⁴² OLIVEIRA, Jelson Roberto. *Ética da responsabilidade*. In *Ética, abordagens e perspectivas*. Pg. 211.

³⁴³ CORTELLA, Mario Sérgio. Ob. Cit. Pág. 11.

³⁴⁴ RIBEIRO, Ribeiro Janine e Flávio Gikovate Ob. Cit. Pág. 102.

Pode-se dizer que, se não há regras preestabelecidas para determinadas situações, ou seja, se não existe um pacote pronto ou uma lista do que é certo ou do que é errado, o homem privado tem uma liberdade maior para agir. Contudo, não significa que tudo é permitido ou que as pessoas podem fazer o que quiserem; na realidade aumentará a responsabilidade pelas decisões tomadas. Sem modelos, aumentam os riscos de se tomar decisões equivocadas. É uma liberdade que assusta. Se o indivíduo será responsável por suas ações, irá refletir sobre suas escolhas, pois tentará ao máximo evitar os maus resultados, as frustrações e o insucesso.

Sem referenciais, pode se afirmar que a ação do homem privado se torna criativa; cada vez mais ele se depara com situações difíceis que lhe possibilita novas formas de ação e que aumentam a sua responsabilidade para produzir um bom resultado.

Dessa forma, pode-se até pensar que *O Príncipe* Maquiavel teria lançado as bases da ética de nossos tempos. Esta exige levar em consideração as consequências prováveis do ato. De nada vale ficar apenas nas boas intenções. Assim, se o agente deve ser responsável pelas suas ações, certamente ele levará em consideração os prováveis resultados decorrentes das suas possíveis escolhas. E é certo que o indivíduo irá sempre buscar o melhor resultado, ou seja, aquilo que seja bom e que lhe faça bem ou o bem para outras pessoas envolvidas na sua decisão³⁴⁵.

³⁴⁵ RIBEIRO, Ribeiro Janine. *Ética na política*. Pág. 149.

CONCLUSÃO

Todos sempre me perguntam a razão pela qual escolhi escrever uma dissertação que trabalhasse *O Príncipe* de Maquiavel. A resposta é sempre a mesma: a polêmica que a obra do florentino ainda provoca depois de quase cinco séculos. Jamais ele poderia imaginar em 1513 que esse pequeno livro, de uma leitura rápida e sem maiores problemas, pudesse proporcionar tantos debates. São quase quinhentos anos de divergentes interpretações e diferentes conclusões; muitos temas e assuntos importantíssimos foram abordados pelos mais ilustres pensadores da política e da filosofia. Entretanto, um deles me tocou: é possível falar em ética para política?

Acredito que a (má) fama de Maquiavel decorra desse tema em específico. O florentino foi realmente um pensador que assustou e polemizou. Enquanto toda a tradição medieval e os seus contemporâneos idealizavam modelos de condutas para os príncipes baseados nos princípios e valores cristãos, que se aplicavam para todas e quaisquer situações sem qualquer exceção, e que ainda sempre garantiriam o bom governo, Maquiavel foi o primeiro a dizer que todo esse discurso do *ôdever* serô medieval não correspondia à realidade.

Em meio a uma forte influência da Igreja Católica em todas as sociedades europeias, Maquiavel vai ser pioneiro ao dizer que uma ética cristã não se importa com os resultados de uma ação. Ela é uma ética que lida com a derrota; ao propor para toda e qualquer circunstância condutas pautadas por valores cristãos, as consequências nem sempre serão boas para o agente. E na política o governante deve a todos os custos evitar a derrota ou pelo menos reduzir os danos. Maquiavel vai alertar que o príncipe está interessado em manter sua condição de governante e assim não pode ter resultados ruins. Do ponto de vista medieval, manter a condição de príncipe só não basta; é preciso pensar na salvação da alma e na vida eterna. Já para o florentino, a atividade política é um fim em si mesmo e o que interessa é manter-se como governante.

Ao mesmo tempo em que ele retira da política a ética cristã, ele traz questões éticas para o centro do debate. Como agir sem esse modelo de conduta predeterminado? Como visto ao longo do trabalho, ao retirar do príncipe as regras de comportamento, ele passa a ser visto como o autor que afastou a ética da política. As ações do príncipe seriam antiéticas na medida em que ele não possuía normas morais para seguir ao

governar. O governante seria livre para fazer o que quisesse para atingir os seus objetivos sem qualquer limite.

Outros comentadores defenderam que Maquiavel propôs sim um modelo para agir: seguir os princípios pagãos na atividade política. Dessa forma, a ética política seria pagã. Ou até mesmo existiram aqueles que colocaram Maquiavel como o pensador õbonzinhoö, que descreve a ação política tal como ela é, sem se importar com moral, ética etc.

Na realidade, Maquiavel abre um õvazio de regrasö. O príncipe não tem regras para agir ou modelos de conduta dados previamente. Maquiavel mostra ao príncipe como a política realmente é: a ética crista não basta para orientá-lo. Assim, o trabalho procurou mostrar que o príncipe goza de uma liberdade para tomar suas decisões. Mas não é uma liberdade positiva e sim, negativa. Essa liberdade lhe traz, antes de tudo, insegurança; o príncipe não tem mais um manual para agir. Também não é uma liberdade que lhe permite fazer tudo que quer. Ela tem limite e o limite é o julgamento dos súditos. O príncipe precisa conquistar a obediência de seus súditos, pois eles irão apoiá-lo enquanto concordarem em ser comandados por ele. O bom resultado na política será obter o consenso dos governados de quem é o governante e de que suas decisões eram as mais apropriadas para aquele momento. Toda a ação política do príncipe será direcionada a produzir esse bom resultado. Com isso, o príncipe passa a ter uma responsabilidade muito grande para produzir o bom resultado, pois se ele não atingi-lo, sua condição de governante estará ameaçada.

Poderia até dizer que essa liberdade é negativa porque, ao mesmo tempo em que o príncipe pode prever quais poderão ser as consequências da sua decisão, ele não possui nenhuma garantia de que elas realmente serão boas. Ele não sabe se irá obter o êxito. A obra de Maquiavel foi também um alerta para o príncipe nesse sentido, pois fatalmente eles passarão por uma crise no momento de agir. O príncipe vive uma situação incomoda porque não pode ter certeza absoluta de que sua decisão promoverá o consenso entre os súditos, mesmo sabendo que ele é livre para verificar suas consequências.

Diante desse quadro, Maquiavel traz a ética que não se importa em abster de fazer o mal, mas sim em fazer coisas positivas. Sua ética é a ética da responsabilidade; o que vale para o príncipe são as boas consequências de suas ações, ou seja, fazer com que os súditos o reconheçam como governante e concordem que suas decisões eram as mais apropriadas para aquela determinada situação. É a ética que não oferece um conjunto de regras para agir, mas cobra a responsabilidade pelo resultado produzido.

O Príncipe de Maquiavel mostra que a verdadeira tarefa política é buscar o consenso, a adesão e consentimento dos súditos em aceitar aquela decisão sem que para isso o uso da força seja necessário. Apresenta a política como um diálogo ou um debate na busca do consenso sem infantilizar o súdito. Vai dizer e convencer o governando, ou pelo menos a maioria deles, que aquelas condutas consideradas más em um primeiro momento eram fundamentais para aquela situação.

Ao final, o trabalho trouxe a questão se a ética da responsabilidade pode ser aplicada fora da política para qualquer pessoa. A conclusão foi a de que não existe mais uma ética absoluta; a ética de princípios não resolve mais todas as questões que aparecem. Cada vez mais se pensa nas consequências antes de se decidir e, cada vez mais, o agente se torna responsável por suas escolhas.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Maquiavel

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*, Os Pensadores, Vol. 6, São Paulo, ed. Nova Cultural, 1996.

_____. *O Príncipe*. Tradução: MARIA JÚLIA GOLDWASSER. Revisão: ZÉLIA DE ALMEIDA CARDOSO. Editora: Martins Fontes. São Paulo, 2008.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução e revisão: PATRÍCIA FONTOURA ARANOVICH. Editora: Martins Fontes, São Paulo, 2007.

_____. *A arte da Guerra*. Tradução e revisão: SALLY TIELLI. Editora: Évora. São Paulo, 2011.

_____. *História de Florença*. Tradução de NELSON CANABARRO. Editora: Musa Editora. São Paulo, 1994.

_____. *A Mandrágora*. Tradução de PEDRO GARCEZ GUIRARDI. Editora: Musa Editora. Brasiliense, 1987.

Obras de referência

ADVERSE, Helton. *Maquiavel: Política e Retórica*. Editora: UFMG. Belo Horizonte, 2009.

ALTHUSSER, Louis. *Machiavelli and US*. Tradução: GREGORY ELLIOT. Editora: Verso, United Kingdom São Paulo, 1999.

AMES, José Luiz. *A lógica da ação política*. Editora: Edunioeste. Cascavel, 2002.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel: a lógica da força*. Editora: Moderna. São Paulo, 2005.

ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e Política em Maquiavel*. Discurso Editorial, São Paulo, 2007.

ARENDT, Hannah. *Notas sobre a política e o Estado em Maquiavel*. In Lua Nova n.55-56-2002.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Tradução: SÉRGIO BATH. Editora: Martins Fontes. 5ª edição. São Paulo, 1999.

BARROS, Vinicius Soares de Campos. *Introdução a Maquiavel: Uma teoria do Estado ou uma teoria do poder?* Editora: Edicamp, Campinas, 1ª ed., 2004.

- BATH, Sérgio. *Traduzindo Maquiavel*. In *Maquiavel, um seminário na Universidade de Brasília*. Editora: UnB. Brasília, 1981.
- BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a Humanidade: Uma antologia de ensaios. A originalidade de Maquiavel*. Editora: Schawarcz Ltda, São Paulo, 2002.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Editora: Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Maquiavel Republicano*, Edições Loyola. Coleção Filosofia, v. 19, 1991.
- _____. *As fronteiras da ética: Maquiavel*. In *Ética, vários autores*. Org. ADAUTO NOVAES. Editora: Schwarcz Ltda. São Paulo, 2007.
- _____. *A Má Fama na Filosofia Política: James Harrington e Maquiavel*. In *Discursos (24)*, 1994, 173-174.
- BURNHAM, James. *Los Maquiavelistas*. Editora: Emecé Editores S.A. Buenos Aires, 3ª edição, 1945.
- BENNER, Erica. *Machiavelli's Ethics*. Editora: Princeton University Press. S.A. United Kingdon, 2009.
- CABRERA, Julio. *A ética e suas negações: não nascer, suicídio e pequenos assassinatos*. Editora: Rocco Ltda. Rio de Janeiro, 2011.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio de *O Príncipe*. Editora: Penguin/ Companhia das Letras. São Paulo, 1ª edição, 2010.
- CASSIRER, Ernest. *O Mito do Estado*. Editores: Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1976 .
- CARVALHO, Eide M. Murta. *O pensamento vivo de Maquiavel*. Editora: Martin Claret Editores. 1986.
- CANDIOTTO, Cesar. *Ética e dever moral em Kant*. In *Ética: abordagens e perspectivas*. Org. CESAR CANDIOTTO. Editora: Champagnat, 2ª edição, Curitiba, 2011.
- _____. *Ética: definições, modelos e perspectivas*. In *Ética: abordagens e perspectivas*. Org. CESAR CANDIOTTO. Editora: Champagnat, 2ª edição, Curitiba, 2011.
- CHAUÌ, Marilena. *Sobre a amizade ó Introdução à òÉtica e Violência*. In *Diálogos com Marilena Chauì*. Org. MARIA CÉLIA PAOLI. Editora: Barcarola, São Paulo, 2001.
- CHISHOLM, Robert. *A ética feroz de Nicolau Maquiavel..* In *Clássicos do Pensamento Político*. Editora: Edusp, São Paulo, 1998.

- CORTELLA, Mario Sérgio e Yves de La Taille. *Nos labirintos da Moral*. Editora: Papirus 7 Mares. 11ª edição. Campinas, 2011.
- CORTINA, Arnaldo. *O Príncipe de Maquiavel e seus leitores. Uma investigação sobre o processo de leitura*. Editora UNESP. São Paulo, 2000.
- CROCE, Benedetto. *Elementi di Politica*. Bari, 1945.
- ESCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Editora: Organizações Simões. Rio de Janeiro, 1958.
- FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006. Professor dr.: CLÁUDIO VOUGA.
- GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*. Tradução: Denise Bottman. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1993.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel - as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Editora: L&PM Editores Ltda. Porto Alegre, 1980.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Tradução: LUIZ MÁRIO Gazzaneo. Editora: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976.
- KHAN, Victoria. *Virtù and the Example of Agathocles in Machiavelli's Prince*. University of California. 1986. In Representation 13.
- LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. Tradução: Eliana de Melo Souza. Editora: Discurso Editorial. São Paulo, 1999.
- _____. *Lê travel de l'oeuvre Machiavel*. Editora: Gllinard, 1976.
- LUDWING, Carlos Roberto. *Tensões políticas e psicológicas em Macbeth e no drama de Shakespeare*. Tese de mestrado. Porto Alegre, 2008. Professora dra.: Kathrin H. Rosenfield.
- MACKENZIE, Iain, *Política, conceitos-chaves em Filosofia*. Tradução: Nestor Luiz João Beck. Editora: Artmed. Porto Alegre, 2011.
- MOUNIN, Georges. *Maquiavel*. Editora: Edições 70. São Paulo, 1999.
- NEDEL, José. *Maquiavel: concepção antropológica e ética*. Editora: Edipucrs. Porto Alegre, 1996.

OLIVEIRA, Jelson Roberto de. *Ética e Responsabilidade*. In *Ética: abordagens e perspectivas*. Org. CESAR CANDIOTTO. Editora: Champagnat, 2ª edição, Curitiba, 2011.

PEREIRA. Joacil de Brito. *Idealismo e Realismo na obra de Maquiavel*. Editora: Imprensa Universitária, Paraíba, 1ª edição, 1970.

PIERUCCI. Antônio Flávio e outros. *A atualidade de Max Weber*. Editora: UNB, Brasília, 2000.

PRICE, Russell. *The Theme of Gloria in Machiavelli*. In *Renaissance Quarterly*, Vol. 30, No. 4, Studies in the Renaissance Issue (Winter, 1977), pp. 588-631.

POCOCK. John G.A. *Il momento machiaveliano: Il pensiero politico fiorentino e la traduzione repubblicana anglosassone*. Editora: Princeton University Press, Princeton, 1980.

PONTY, Merleau Ponty. *Signos*. Editora: Martins Fontes, São Paulo, 1ª edição: 1991.

PREZZONI, Giuseppe, *Machiavelli anticristo*. Editora: Gheraldo Casini 1952.

PUDENCI, Luciana Moreira. *A tensão entre os valores e a neutralidade axiológica da ciência no pensamento de Max Weber*. Dissertação de Mestrado. Prof. dr. RICARDO RIBEIRO TERRA. São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine: *A última razão dos Reis: Ensaio sobre a Filosofia*. Editora: Companhia das Letras, São Paulo 1993.

_____ e Flávio Gikovate. *Nossa sorte, nosso norte: para onde vamos?*. Editora: Papirus 7 mares. São Paulo, 2012.

_____. *A ética na Política*. Editora: Lazuli Editora. São Paulo, 2006.

_____. *A democracia*. Editora: Publifolha, 3ª edição. São Paulo, 2008.

_____. *A postura do brasileiro diante da ética e o preconceito*. In. *Calendário*. Entrevista de dezembro de 2001.

_____. *A ética da irresponsabilidade*. In *Folha de São Paulo, Ilustrada*. São Paulo, 3 março de 1999.

_____. *Maquiavel era mesmo maquiavélico?* In *O Estado de São Paulo*, 2007.

_____. *Nós no país da ética light*. In *O Estado de São Paulo, Aliás*. São Paulo, 16 de maio de 2010.

_____. *O retorno do bom governo*. In *Ética, vários autores*. Org. ADAUTO NOVAES. Editora: Schwarcz Ltda. São Paulo, 2007.

_____. *O quarteto e a Fortuna*. In *Valor Econômico*. São Paulo, 20 de junho de 2010.

_____. *Legitimidade, velha questão do poder*. In *Folha de São Paulo, Ilustrada*. São Paulo, 8 de março de 1987.

_____. *Teses sobre ética*. In *Informe- informativo da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-USP*, número 31. São Paulo, 2006.

_____. *Da ética e da política*. In *Valor Econômico*, 12/3/2012. São Paulo, 2012

RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Tradução NELSON CANABARRO. Editora: Musa Editora Ltda, São Paulo, 1999.

SADEK, Maria Tereza. *A política como ela é*. Editora: FDT, São Paulo, 1996.

SOUZA, Rubens Gomes. *O pensamento vivo de Maquiavel apresentado por Conde Carlos Sforza*. Biblioteca do Pensamento Vivo. Editora: Livraria Martins, São Paulo.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução: RENATO JANINE RIBEIRO e LAURA TEIXEIRA MOTTA. Revisão Técnica: RENATO JANINE RIBEIRO. Editora: Companhia das Letras. São Paulo, 1996.

_____. *Maquiavel: Ensino Político*. Editora Brasilense, 1988.

STRAUSS, Leo. *História de la Filosofia Política*. Editora: Fondo de Cultura Económica, S/A de C. V. México, D.F, 1992.

_____. *Thoughts on Machiavelli*. Editora: The University of Chicago Press. Chicago, 1978.

STRATHERN, PAUL. *Maquiavel (1469 - 1527) em 90 minutos*. Editora: Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2000.

TABORDA, Virgílio, *Maquiavel e Antimaquiavel*, Coimbra, 1932.

VALLE, Bortolo. *A ética na Idade Média*. In *Ética: abordagens e perspectivas*. Org. CESAR CANDIOTTO. Editora: Champagnat, 2ª edição, Curitiba, 2011.

VIGNAL, Louis Gautier. *Maquiavelo*. Editora: Fondo de Cultura Económica. México, DF, 1971.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas vocações*. Editora Cultrix, São Paulo. 1989.

WEFFORT, Francisco C. organizador. *Os clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, ãO federalistaö*. Editora Ática: São Paulo, 1ª edição, 1989.